



Universidade Católica do Salvador
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

ANDRÉIA BISPO DOS SANTOS SILVA

O SUJEITO FEMININO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Uma Análise da Condição da Mulher beneficiária do Programa
Bolsa Família – Estudo de Caso no Município de Lauro de Freitas-
Bahia

SALVADOR
2014

ANDRÉIA BISPO DOS SANTOS SILVA

O SUJEITO FEMININO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Uma Análise da Condição da Mulher beneficiária do Programa Bolsa Família –
Estudo de Caso no Município de Lauro de Freitas- Bahia

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador-Bahia, para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mary Garcia Castro

SALVADOR
2014

UCSal. Sistema de Bibliotecas

S586 Silva, Andréia Bispo dos Santos.
O sujeito feminino e a política de assistência social uma análise da condição da mulher beneficiária do Programa Bolsa Família – estudo de caso no município de Lauro de Freitas- Bahia/ Andréia Bispo dos Santos Silva. – Salvador, 2014.
146 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas Sociais e Cidadania.

Orientação: Profa. Dra. Mary Garcia Castro.

1. Gênero - Política de Assistência Social 2. Programa Bolsa Família – Mulher 3. Empoderamento - Mulher. I. Título.

CDU 364.043-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

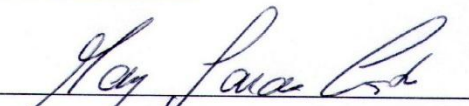
ANDRÉIA BISPO DOS SANTOS SILVA

**“O SUJEITO FEMININO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DA MULHER BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE
LAURO DE FREITAS- BAHIA”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 20 de agosto de 2014.


Banca Examinadora:



Profa. Dra. Mary Garcia Castro - UCSal – Orientadora



Profa. Dra. . Mari Aparecida Bortoli- PUC-RS



Profa. Dra. Josimara Aparecida Delgado – UFBA/UCSal

A minha amada e saudosa mãe, **Maria Romilda dos Santos**,
mulher extraordinária que com seu jeito forte e determinado ensinou para mim e
meus irmãos a beleza da vida em meio a tantas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram definitivamente para a composição desse estudo, as quais tive, além do prazer e o privilégio de contar e obter contribuições decisivas, também a honra por fazerem parte de minha vida. Por isso, trago cada um no coração, com a esperança que os mistérios que permeiam a vida se desvelem e os preencham de virtudes, pois tenho a certeza, que a minha gratidão é imensamente maior que minha capacidade de expressá-la através da escrita. Agradeço em especial:

A minha família, ponto de equilíbrio que como água cristalina renova minhas forças e esperança, onde me refaço constantemente tentando compreender cada vez melhor os desígnios da vida, em especial, as minhas irmãs, Adriana, Cristina e Cristiane e a minha adorável sobrinha Larissa.

A meu companheiro Valdenir e a meus amados filhos Adônis e Vander, os quais têm dado significado a minha vida e permitido que eu exercite constantemente sentimentos de afeto, gratidão, perdão, entusiasmos, alegria, tolerância...

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, em especial a professora Ângela Borges, mulher corajosa e determinada que acredita no potencial de cada aluno e os incentiva para voos cada vez mais altos.

Às professoras Mari Bortoli e Josimara Delgado pela dedicação e significativa contribuição tanto durante as aulas, exercício comprometido da docência, quanto no exame de qualificação – ápice desse estudo, em que foram desveladas todas as possibilidades. Ainda ressalto que durante as suas aulas pude compreender o tratamento sério, comprometido e situado que precisa ser dado à produção do conhecimento.

As colegas de turma pelo esforço conjunto de partilhar saberes, questionamento, inquietações, dúvidas e risos, especialmente a Ailana Freitas, Andaraí Cavalcante e Ana Maria Oliveira.

Aos amigos e companheiros Janete Reis, Vitor Carmo (em memória), Rivelto Carvalho, Simone Barreto, Rita Cruz pelas contínuas palavras de incentivo, pela presença discreta, por compreenderem minha reclusão, por acreditarem no meu

potencial, e na minha capacidade de superação dos desafios. Seus afetos e incentivos foram cruciais para conclusão dessa etapa da minha vida.

À professora Mary Castro, minha estimada orientadora a qual escolheu caminhar comigo partilhando os saberes do universo mágico da pesquisa científica, agradeço pelo jeito humano e respeitoso com o qual conduziu este trabalho, por demonstrar todo tempo tranquilidade e dedicação ao compartilhar comigo seus profundos conhecimentos nas discussões sobre as identidades, e proporcionar-me trilhar os caminhos da pesquisa científica.

Agradeço em especial às mulheres entrevistadas, que de maneira generosa não só abriram as portas das suas residências, mas também do coração ao partilharem sem receios suas lutas diárias, suas dores, alegrias, conquistas, recolhendo por alguns instantes durante nossas conversas vespertinas as pesadas cruzeiras que carregam sobre o ombro da vida ao relatarem suas experiências permeadas de conflitos, mas sempre esperançosas e empenhadas na busca contínua por mais igualdade, direitos e felicidade.

A todos vocês, meu muito obrigado!

Quanto mais numerosos os que sofrem, mais naturais parecem seus sofrimentos, portanto. Quem deseja impedir que se molhem os peixes do mar? E os sofredores mesmos partilham dessa dureza contra si e deixa que lhes falte bondade entre si. É terrível que o homem se resigne tão facilmente com o existente, não só com as dores alheias, mas também com suas próprias. Todos os que meditam sobre o mau estado das coisas recusam-se a apelar à compaixão de uns pelos outros. Mas a compaixão dos oprimidos pelos oprimidos é indispensável. Ela é a esperança do mundo.

B. BRECHT

SILVA, Andréia Bispo dos Santos. **O SUJEITO FEMININO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Uma Análise da Condição da Mulher beneficiária do Programa Bolsa Família – Estudo de Caso no Município de Lauro de Freitas-Bahia.** 146 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador. (UCSAL), 2014

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a condição da mulher beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) e trata das relações de gênero que estão imbricadas nesse programa de transferência de renda condicionada. O principal objetivo é analisar as condições sociais e materiais de existência das mulheres beneficiárias do programa e a possibilidade de esse promover autonomia e empoderamento às mulheres que atuam como sujeitos partícipes. Compreende-se o empoderamento como uma ação reflexiva e/ou inflexionada que transforma o sujeito em “agente ativo”, que circula como ator/atriz em dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. A dissertação investiga as relações entre esse programa de renda mínima e uma perspectiva de gênero com foco em desigualdades sociais. A abordagem analítica privilegia o debate sobre políticas com perspectiva de gênero, o programa de transferência de renda condicionada (PBF) e o papel atribuído às mulheres nesse contexto. Discute-se a divisão sexual do trabalho e os tempos sociais femininos. A investigação de cunho qualitativo, mediante o estudo de caso, tem como ponto de partida as vivências das mulheres beneficiárias do PBF de Lauro de Freitas, município da Região Metropolitana de Salvador. É utilizada a técnica de pesquisa bibliográfica e empírica, com depoimentos coletados nas entrevistas e em observações. A amostra da pesquisa é composta por 20 mulheres beneficiárias do Programa e moradoras do Conjunto Residencial D. Lindu. Problematicam-se as percepções das mulheres sobre o Programa, com relação à autonomia, divisão sexual do trabalho, os tempos sociais femininos e o empoderamento. Os estudos revelam que no Programa Bolsa Família o empoderamento da mulher perpassa a autonomia adquirida pelo manejo do benefício, uma vez que tal independência está condicionada por responsabilidades eticamente assumidas com os filhos e a família, mas fica muito aquém como mecanismo estrutural de retirada das mulheres da pobreza e de uma condição que lhes possibilite se modelar como sujeitos no feminino.

Palavras-chave: Gênero. Política de Assistência Social. Programa Bolsa Família. Empoderamento.

SILVA, Andréia Bispo dos Santos. **Case Study in the city of Lauro de Freitas, Bahia An Analysis of Women beneficiary of Bolsa Família Program: The FEM AND THE POLITICS OF SOCIAL ASSISTANCE SUBJECT.** 146 f. Dissertation (Master in Social Policy and Citizenship) Catholic University of Salvador. (UCSAL), 2014

ABSTRACT

This research aims to study the condition of the Bolsa Família Program (BFP) beneficiary women and deals with gender relations embedded in this conditional cash transfer program. The main objective is to analyze the social and material conditions of existence of the program beneficiary women, and the possibility it may promote autonomy and empowerment to women who act as participating subjects. It is to understand empowerment as a reflective and/or inflecting action that transforms the subject into "active agent" who circulates as an actor/actress in political, social, economic and cultural dimensions. The thesis investigates the relationship between this minimum income program and a gender perspective with a focus on social inequalities. The analytical approach highlights the debate about policies with a gender perspective, the program of conditional cash transfer (PBF) and the role assigned to women in this context. The sexual division of labor and women's social times are discussed. A qualitative nature research has as starting point through the case study on experiences of PBF beneficiary women at Lauro de Freitas, a municipality in the Metropolitan Region of Salvador. The technique of bibliographic and empirical research with testimonies collected in the interviews and observations is used. The survey sample consists of 20 women beneficiaries of the program and residents of Conjunto Residencial D. Lindu. Women's perceptions about the program, with respect to autonomy, sexual division of labor, women's empowerment and social times are problematized. Studies reveal that in the Bolsa Família Program women's empowerment involves the autonomy they have from the benefit of management, since such autonomy is constrained by ethical responsibilities assumed with the kids and family, but falls short as a structural mechanism for withdrawal of women from poverty and an empowerment that allows them to model themselves as female subjects.

Keywords: Gender; Social Assistance Policy; Bolsa Família Program; Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Lauro de Freitas	75
Figura 2: Localização de Lauro de Freitas – RMS	76
Figura 3 e 4: Imagens do Conj. Residencial D. Lindu	78

LISTA DE TABELA

- Tabela 1 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da idade das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D.Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.....79
- Tabela 2 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da autoidentificação quanto à cor/raça das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.79
- Tabela 3 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto ao estado civil das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.....80
- Tabela 4 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de filhos das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.....81
- Tabela 5 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto ao grau de instrução das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.81
- Tabela 6 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de pessoas que moram na casa das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.82
- Tabela 7 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de pessoas que moram e contribuem com os gastos nas casas das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.....84
- Tabela 8 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que trabalham formal ou informalmente beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.84
- Tabela 9 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que trabalham ou exercem trabalho registrado, beneficiárias do PBF, moradoras do Condomínio Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.86
- Tabela 10 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de moradores que têm renda proveniente do trabalho registrado nas residências das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.....86

Tabela 11 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da utilização do recurso do PBF pelas mulheres beneficiárias, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	102
Tabela 12 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que conhecem ou não conhecem o Conselho de assistência Social, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	105
Tabela 13 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que percebem o Programa como mais uma obrigação ou não, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	106
Tabela 14 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que participam ou não participam da comunidade, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	107
Tabela 15 – Distribuição das frequências absolutas e relativas sobre a divisão do trabalho doméstico das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	110
Tabela 16 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da organização dos tempos sociais das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	113
Tabela 17 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto à percepção da relação desigual entre homem/mulher das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	116
Tabela 18 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que conciliam ou não conciliam o acompanhamento do Programa e seu trabalho remunerado, beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	118
Tabela 19 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que afirmam ou negam que aumentou o nível de autonomia das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	120
Tabela 20 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das críticas apresentadas ao Programa Bolsa Família das mulheres beneficiárias, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PBF	Programa Bolsa Família.
PIA	População em Idade Ativa.
PEA	População Economicamente Ativa.
PNAS	Política Nacional de Assistência Social.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulher.
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima.
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda.
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social.
CADÚNICO	Cadastro Único.
CEP	Comissão de Ética e Pesquisa.
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IGD	Índice de Gestão Descentralizada.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social.
NOB	Norma Operacional Básica.
RMS	Região Metropolitana de Salvador.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PROTEÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E PERSPECTIVA DE GÊNERO	26
2.1	POLÍTICA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	27
2.1.1	Políticas sociais e as questões de gênero	35
2.1.2	Chefia feminina: feminização da pobreza ou desigualdades de oportunidades?	48
2.2	PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA.....	52
2.2.1	Programa Bolsa-Família: Política de Combate à Pobreza	54
2.2.2	Programa Bolsa-Família e a Condição da Mulher	56
2.3	AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA	59
3	A PESQUISA: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	65
3.1	DELINEAMENTO	65
3.2	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS	69
3.3	PROCEDIMENTOS	70
3.4	LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA.....	74
3.5	MAPEANDO AS MULHERES ENTREVISTADAS.....	78
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	88
4.1	PERCEPÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PBF SOBRE SUAS FAMÍLIAS	88
4.1.1	Percepção das mulheres beneficiárias sobre o “ser mulher”	92
4.1.2	Percepção das mulheres beneficiárias sobre o PBF	99
4.1.3	Percepção das mulheres beneficiárias sobre as condicionalidades do PBF	103
4.1.4	Mulher e comunidade	107
4.1.5	Divisão sexual do trabalho doméstico	109
4.1.6	Tempos sociais femininos	112
4.1.7	Efeitos do programa bolsa família	117
4.1.8	Recebimento do benefício, autonomia e empoderamento	118

4.1.9	Críticas ao programa bolsa família	123
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	131
	APÊNDICES	138
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - Mulheres Beneficiárias do PBF	138
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	141
	APÊNDICE C - QUADRO COM CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES PESQUISADAS E SEU GRUPO FAMILIAR	143
	ANEXOS	145
	ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	145

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é orientada para investigar as condições de vida das mulheres, mais especificamente – como para melhoria dessas vem sendo elaborada e implementada a política pública de assistência social, em particular o Programa Bolsa Família – para perceber em que medida tal Programa colabora para que essas mulheres venham a ser sujeitos femininos, o que inclui “empoderar-se” em termos de autonomia. Nessa perspectiva, pretende-se discutir os nexos e as contradições entre esse programa de renda mínima e uma perspectiva de gênero com foco em desigualdades sociais.

Estabelecer relações entre o Programa Bolsa Família e gênero é perceber que historicamente as condições social, econômica e política das mulheres, realizam-se no campo de desigualdades; portanto, compreender a condição de existência da mulher, como sujeito feminino, perpassa pela ideia inicial que o ser homem e o ser mulher são construções sociais e históricas, e que o fenômeno da desigualdade não é inerente ao indivíduo e sim “é posto pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais” (SAFFIOTI, 2004, p.71), determinando assim condições e relações, pautadas, a maioria das vezes, por relações desiguais e assimétricas, sendo a subordinação da mulher a tônica.

Estudos sobre a condição feminina (Araujo e Scalon, 2005; Macedo, 2007) revelam uma sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais, econômicas, políticas, culturais e as violências a que elas estão expostas. Nessa perspectiva, analisar a condição da mulher e sua possibilidade de se fazer sujeito feminino nos âmbitos materiais, sociais e simbólicos requer reconhecer características fundantes das relações desiguais de gênero, como a divisão social do trabalho, o baixo nível de escolarização dessas mulheres, grande índice de famílias chefiadas por mulheres ou monoparentais, desemprego ou empregos tendo como princípio a informalidade e a precarização, baixos salários e ausência de vínculos trabalhistas e ainda o usufruto dos “tempos sociais femininos”.

Com essa investigação da condição das mulheres que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família pretende-se investigar as possibilidades de uma ação

emancipatória de gênero em decorrência de sua participação efetiva pois, para Castro (2014, p.10):

Emancipar-se de fato passa por brechas na cultura política de controle, ir contra discriminações e cerceamento de autonomias e a institucionalização de direitos, inclusive por políticas públicas ou de acordo com a terminologia marxista, com políticas de emancipação.

Desse modo, defende-se a construção social da emancipação das mulheres, considerando que historicamente tem sido tratadas, a partir da ordem patriarcal de gênero como seres inferiores e desiguais, baseando-se num regime de exploração/dominação.

O debate sobre emancipação das mulheres é complexo, mas passa por conquista de um poder quanto a ter suas necessidades representadas, em políticas públicas na perspectiva de autonomia. Passa também pelo modo como a mulheres se percebem e suas condições de vida.

Para discutir a política de assistência social, em particular o PBF atrelado às abordagens de gênero é fundamental destacar que no Brasil as políticas sociais iniciam-se a partir da constituição da sociedade urbano-industrial e da consolidação do Estado, contudo, não se pode perder de vista que as conquistas e os avanços das políticas sociais, em especial na política de assistência, são frutos do intenso movimento da sociedade, das lutas sociais dos trabalhadores em prol da garantia e ampliação de direitos sociais, já que, ao longo da história, esses sujeitos foram tratados como sujeitos sem direito a ter direitos algo fundamentado historicamente pela ausência do Estado em conceder e garantir direitos sociais básicos.

Dessa forma, é importante salientar que tanto os trabalhadores, referindo-se às políticas sociais, de um modo geral, quanto o movimento feminista, com relação aos direitos das mulheres, vão protagonizar esse novo momento histórico, onde o sujeito passa a ser reconhecido como sujeito de direitos. Mesmo que essas condições ainda sejam recentes ou principiantes, elas são indicadoras de um desejo constante de mulheres e homens brasileiros no que concerne ao exercício pleno de cidadania.

A partir dos estudos sobre políticas sociais e das análises realizadas sobre o Programa Bolsa Família e perspectivas de gênero, apresentam-se de forma direta as indagações que norteiam a pesquisa: Quais as condições objetivas e subjetivas em que vivem os sujeitos que são beneficiados por esse Programa? Quais as atividades

e atribuições sociais que as mulheres desempenham enquanto responsáveis pela família na efetivação e manutenção do Programa? Quais as percepções das mulheres sobre o Programa, com relação à autonomia, a divisão sexual do trabalho, os tempos sociais femininos e ao seu empoderamento em diversos tipos de relações sociais?

Aborda-se essa temática motivada pela necessidade de compreender a política pública de assistência social, mais diretamente o Programa Bolsa Família e as relações de gênero que estão envolvidas na produção e reprodução desse Programa para a partir daí analisar os “tempos sociais femininos” e o usufruto desses tempos, compreendendo que tais tempos sociais são diferenciados quando consideradas as relações desiguais de gênero, como os lugares tradicionalmente ocupados por homens e mulheres na sociedade.

Autoras como Araujo e Scalon (2005) enfatizam que houve mudanças consideradas significativas, na situação das mulheres, no final do século XX, principalmente com relação às conquistas de direitos legais, contudo, esses avanços não foram suficientes para eliminar “formas tradicionais e conservadoras de perceber e de conduzir tais relações”.

Existência de relações de gênero marcadas por uma hierarquia entre os sujeitos – assumindo os homens posição dominante – e por uma divisão de atribuições assimetricamente valorizadas – a divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que se denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública. (ARAUJO e SCALON, 2005, p.9).

De acordo com Duque-Arazola (2010), os tempos sociais femininos são considerados de reprodução, enquanto os masculinos são de produção e da esfera da vida pública, considerados mais valorizados.

Segundo Fraser (2009), a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado obscurece a importância social do trabalho não assalariado de atenção à família e do trabalho reprodutivo, institucionalizando compreensões androcêntricas de família e trabalho, com isso naturalizando injustiças de gênero e as removendo da contestação política.

Dessa forma, ao analisarmos dimensões de gênero no Programa Bolsa Família, temos a intenção de visualizar gênero enquanto categoria política, ou seja, que envolve relação de poder, e ainda numa perspectiva relacional articulando as

dimensões de classe e raça, compreendidas como eixos estruturantes das relações sociais.

Pretendemos, ainda travar discussões sobre a possibilidade de autonomia e/ou empoderamento da mulher a partir do seu ingresso nesse programa de transferência de renda condicionada, entendendo o empoderamento como uma ação refletida e ou inflexionada, que transforma esse sujeito em agente ativo, já que “empoderar, equivale a possuir alternativa(s) sempre na condição de categoria social” (SAFFIOTI, 2004, p.114), a buscar posições individuais e coletivas.

O empoderamento está relacionado a práticas que buscam promover comunidades ou grupos, a exemplo de grupos identitários como mulheres, “no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas – material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade” (GOHN, 2004, p.23).

Reiterando o dito acima,

O “empoderamento das mulheres”, neologismo construído para definir a ação de “tomar o poder” por aqueles que carecem dele, significa para o universo feminino não um ato de subordinação das pessoas, mas a garantia dos meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e a conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar idéias e comportamentos na sociedade. (CALDEIRA, 2009, p.103).

Segundo Lisboa (2008), o empoderamento da mulher é também um desafio às relações patriarcais, em relação ao poder dominante do homem (pai, marido, irmão, patrão) e à manutenção dos seus privilégios de gênero, é uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres garantido-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, das suas vidas, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir.

Dessa forma, compreende-se que o empoderamento da mulher passa por vários aspectos, quer seja na sociedade, no plano familiar, no plano conjugal ou ainda no plano individual.

Neste sentido, o que seria o empoderamento para as mulheres do Programa Bolsa Família no município de Lauro de Freitas? Seria a possibilidade de poder efetivar compras mínimas com um recurso mínimo, a posse do cartão benefício? Ou mesmo seria a garantia de poder circular como ir ao banco, lojas, mercados, ter o acesso às escolas dos filhos, postos de saúde e outras instituições públicas? Ou ainda

seria a possibilidade de se reconhecer enquanto sujeito coletivo de direito que tem uma determinada autoridade nas suas casas, famílias e comunidades? Esses e outros questionamentos permearam todo estudo em busca de respostas ou explicações.

A proposta de investigação dessa temática deu-se a partir de envolvimento pessoal nos movimentos sociais e na própria academia, ainda no período da graduação. Inicialmente realizaram-se algumas aproximações com o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, realizando trabalho monográfico de conclusão do curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Bahia, orientada pela Professora Doutora Celi Zulke Taffarel. Elaborou-se trabalho intitulado: Educação e Trabalho Infantil: Uma análise da produção do conhecimento na Faced/UFBA (2005) (SILVA, 2005), buscando compreender a contribuição da produção científica sobre a temática e as abordagens. Na tentativa de ampliar as elaborações sobre a política de assistência social, decidiu-se estudar o PBF e a condição econômica, social, política e cultural das mulheres beneficiárias.

É importante destacar que a abordagem com recorte de gênero trazido para o tema surgiu a partir das discussões do curso de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, com base nas discussões e inquietações das disciplinas “Transversalidades de gênero, geração e etnia: questões para as políticas sociais” ministrada pela Professora Doutora Josimara Delgado e ainda a da disciplina “Juventudes, gênero, geração e raça: implicações para as políticas” ministrada pela Professora Doutora Mary Garcia Castro. As disciplinas realizadas ainda como aluna especial do curso de Mestrado foram fundamentais para melhor compreensão sobre a temática e incorporação dessa no projeto de pesquisa.

As abordagens discutidas nas disciplinas permitiam um pensar mais ampliado sobre os desafios presentes na agenda da política social brasileira na contemporaneidade e um olhar sensível sobre segmentos da população brasileira que historicamente estiveram à margem da sociedade e conseqüentemente não foram percebidos como sujeitos de direitos.

Salienta-se que a temática de gênero e destarte, as categorias autonomia e empoderamento são elementos alocados na agenda social do Programa Bolsa Família, apesar de não serem incorporados legalmente por sua normativa e diretrizes, entretanto, percebe-se a necessidade de pesquisas científicas que tratem sobre os temas, relacionando-os.

Enveredamos neste estudo na tentativa de estabelecer relação entre a política de assistência social e as relações sociais de gênero; em especial pela necessidade de compreender a condição da mulher, enquanto sujeito feminino em relação à reprodução dessas políticas na sociedade brasileira; entendendo sujeito feminino como sujeito político, sujeito coletivo, “incitador de posicionamento, de tomada de decisões e de negociações” (DUQUE- ARRAZOLA, 2010).

Para tanto, elegemos realizar um estudo de caso no município de Lauro de Freitas-Bahia, pois de acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social, a particularidade do programa no município é por manter uma Central de Gestão do Bolsa Família, onde além de informações e cadastramento do programa são realizadas ações de inclusão produtiva e assistência social, e segundo Lavinias et al (2012) “a inserção produtiva é central no processo de autonomização das mulheres no âmbito das relações assimétricas de gênero”.

Contudo, segundo Lisboa (2008), o Fórum Econômico Mundial, no documento “Empoderamento das Mulheres–Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005), definiu cinco dimensões consideradas importantes para o empoderamento e oportunidades das mulheres, a saber: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar, além de destacar as conquistas educacionais como um dos processos principais para o empoderamento da mulher em todas as esferas da sociedade.

Esta pesquisa, cujo objeto é a condição da mulher beneficiária do PBF, visa contribuir para a discussão, reflexão e aprimoramento da temática, permitir uma melhor compreensão das políticas públicas, principalmente das políticas de transferência de renda condicionada e identificar as condições sociais, econômicas e culturais dos beneficiários da política.

A pesquisa, cuja temática discorre sobre o Programa Bolsa Família e as relações de gênero, tem por objetivo geral analisar as condições da mulher beneficiária do PBF, segundo várias dimensões e sua trajetória, bem como investigar a possibilidade de esse programa promover autonomia e empoderamento às mulheres partícipes, possibilitando sua transformação em sujeitos femininos, no município de Lauro de Freitas. Para dar conta desse propósito, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- Refletir criticamente sobre a condição da mulher na política de assistência social através do PBF e a sua operacionalização no município de Lauro de Freitas, ou seja, como se concebe a mulher enquanto corresponsável nesse programa de renda mínima;
- Investigar e discutir se, ao receber o benefício do Programa Bolsa Família, amplia-se o grau de autonomia das mulheres no âmbito das relações de gênero;
- Investigar e analisar as percepções das mulheres sobre o Programa, dando ênfase à autonomia, a divisão sexual do trabalho, os tempos sociais femininos e à discussão sobre empoderamento;
- Compreender a relação entre a participação das mulheres no referido Programa e a divisão sexual do trabalho e os tempos sexuais femininos.

Neste sentido, o estudo da temática se justifica pela necessidade de investigação e análise das condições das mulheres beneficiárias dos programas de transferência de renda condicionada, em particular o PBF e a possibilidade de se promover o empoderamento ou autonomia de tais mulheres, pois segundo estudo de Bárbara Caldeira:

Essa política reforça a mentalidade maternalista de que as ações esperadas pela sociedade e pelo Estado estão orientadas pelo conhecimento e experiência histórica da função de administradora do lar e conciliadora dos conflitos familiares, por meio do bom uso do recurso e da aplicabilidade das “competências femininas”, destinados à manutenção das crianças e adolescentes, bem como às necessidades domiciliares (CALDEIRA, 2009, p.103).

Este trabalho justifica-se ainda dada a extensão do Programa, que atende a aproximadamente 12 milhões de famílias, o que colabora para perceber conseqüentemente a extensão da pobreza e da miséria no país. Entende-se que a temática proposta para estudo é atual e de extrema relevância para os avanços das políticas públicas, principalmente no tocante às políticas com perspectivas de gênero, pois possibilitará aos profissionais que elaboram e implementam a política de assistência social, em especial os programas de transferência de renda condicionada, novos olhares e novos parâmetros tanto sobre as políticas e programas quanto com relação aos usuários dessas políticas.

Para atingir o objetivo de analisar a condição de existência das mulheres beneficiárias do PBF, nos aspectos objetivos e subjetivos e a possibilidade de

autonomia ou empoderamento, optou-se por desenvolver um estudo teórico-empírico, dentro de uma perspectiva metodológica qualitativa.

A pesquisa foi realizada em Lauro de Freitas, município da região Metropolitana de Salvador, e constitui como sujeitos da pesquisa as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. A opção pelo município de Lauro de Freitas se fundamentou nos seguintes critérios: inicialmente por residir nesse município e desenvolver trabalhos profissionais e sociais há aproximadamente vinte anos, e principalmente por ter a oportunidade de desenvolver um estudo que possa trazer contribuições futuras tanto para os órgãos municipais que implementam essas políticas quanto para os sujeitos que são beneficiados por estas.

A amostra da pesquisa foi composta por 20 mulheres beneficiárias do programa.

Na busca por um maior rigor metodológico e aproximações mais significativas com a realidade dos sujeitos pesquisados, optou-se por um estudo de caso, pois esse permite uma compreensão mais estendida do problema e ainda permite a utilização de várias fontes de informações, nesse estudo privilegiou-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e empírica.

Para a realização da coleta de dados primários, foi utilizada a técnica de observação direta, a qual de acordo com Marconi e Lakatos (2010), reúne a observação e a entrevista, além do roteiro da entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) e o Termo de Livre Consentimento Esclarecido (APÊNDICE B) que se encontram no final do trabalho.

Com relação à estrutura do trabalho, esse está organizado em capítulos. No primeiro, a introdução, apresenta-se uma visão geral sobre a temática proposta para o estudo, destacando-se de forma sucinta categorias que serão discutidas ao longo do trabalho: apresentam-se a metodologia aplicada no estudo e traça os objetivos pretendidos, o objeto de pesquisa, as questões norteadoras do trabalho e ainda sua relevância social e acadêmica, bem como as motivações que provocaram a realização da pesquisa.

O segundo capítulo é dedicado à fundamentação teórica. Nesse momento é realizada a revisão da literatura, principalmente da literatura nacional que aborda a temática em questão, em que se buscou entender a trajetória histórica das políticas

sociais e das relações de gênero, compreendendo as políticas sociais como “processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil em meios a conflitos e lutas de classes” BEHRING; BOSCHETTI (2011, p.36). Neste estudo, o conceito de luta de classes¹ é o utilizado por Taffarel (1997), o qual busca explicar como se dá essa luta de classes na atualidade. Com relação ao gênero, ele é compreendido como uma “organização social, construída sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas nas relações sociais de poder” SCOTT (1994, p13).

Segundo Scott (1994), uma vez que gênero é um saber, “saber a respeito das diferenças sexuais” e entendendo que saber e poder nunca estão dissociados é a partir dessa perspectiva que iremos tratar de gênero ao longo do trabalho.

Destaca-se que a fundamentação teórica por sua vez é constituída por duas partes abordando as principais referências que embasam a pesquisa realizada.

A primeira seção trata sobre a proteção, as políticas sociais e perspectiva de gênero, ou seja, discute as políticas sociais e as formas de proteção existentes na sociedade, aborda discussões sobre gênero e a feminização da pobreza.

A segunda seção deu ênfase ao Programa Bolsa Família, tratando o PBF como uma política de combate à pobreza, a condição da mulher beneficiária e responsável direta pelo programa de transferência de renda condicionada, e ainda as condicionalidades do PBF.

O terceiro capítulo se encarrega de descrever a metodologia e os caminhos percorridos pela vivência teórico-empírica a partir da pesquisa de campo realizada no município de Lauro de Freitas. Esse capítulo descreve detalhadamente os procedimentos da investigação, apresenta e caracteriza o *locus* da investigação e os sujeitos da pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados e ainda traça um mapeamento preliminar das mulheres entrevistadas.

No quarto capítulo, apresentam-se os resultados e discussões das análises realizadas utilizando tabelas e os depoimentos das mulheres entrevistadas,

¹ Para Taffarel “luta de classes é uma categoria explicativa histórica que nos permite reconhecer não somente uma confrontação exclusiva entre burguesia e proletariado, entre capital e trabalho mas fundamentalmente as alianças de grupos sociais, segmentos, coletivos políticos que, de um lado, dominam e dirigem a vida econômica e social e, de outro, são subordinados, dirigidos, alienados social, econômica e intelectualmente” (TAFFAREL, 1997, p.30).

buscando-se assim confrontar o argumento da literatura e os dados obtidos com objetivo de melhor orientar os resultados encontrados.

O trabalho foi feito da seguinte forma: para as análises e interpretações dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo; com relação à parte descritiva dos dados, apresentam-se tabelas para a compreensão das análises; já a apresentação dos depoimentos foi feita através das falas transcritas das entrevistadas sendo que, para garantir o sigilo quanto a identificação delas utilizou-se a letra “E” referente à “Entrevistada” seguida do numeral.

Nas considerações finais, é desenvolvida uma síntese provisória da pesquisa realizada, com destaque para as conclusões percebidas durante as análises da condição de vida das mulheres beneficiárias do PBF nos aspectos objetivos e subjetivos. Foi dada ênfase aos aspectos sobre autonomia e empoderamento da mulher beneficiária para responder às questões que nortearam esse estudo.

Em resumo, pretendeu-se com esse trabalho, além de obter uma melhor compreensão sobre a condição da mulher beneficiária do PBF contribuir para discussões mais ampliadas sobre as políticas sociais, em especial do Programa Bolsa Família, que se efetiva numa sociedade baseada no capitalismo, cujo modo de produção e reprodução da vida baseia-se na produção coletiva e na apropriação privada dos bens.

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PROTEÇÃO, POLÍTICAS SOCIAIS E PERSPECTIVA DE GÊNERO

Para refletir sobre as políticas sociais, no tocante aos aspectos referentes à ampliação de direitos e de cidadania relacionada à problemática da pobreza ou, de forma mais ampla, relacionada às desigualdades existentes no Brasil, é fundamental tomarmos categorias consideradas fundantes para as análises, a saber: classe social, sexo e gênero, cor e raça/etnia bem como geração.

Portanto, é importante destacar que para discutir a política social como uma política numa sociedade capitalista é fundamental buscar resgatar seu caráter de classe social, ou seja, percebê-la como uma política baseada no antagonismo e que responde principalmente, aos interesses das classes políticas e econômicas dominantes.

Discutir as políticas sociais, em particular a política de assistência social no cotidiano brasileiro, supõe discuti-las no contexto das contradições da sociedade capitalista, que reside fundamentalmente no processo de produção coletiva da riqueza e na apropriação das propriedades.

Dessa forma, é preciso percebermos que são nos contextos das relações de classe sociais, de diferenças étnicas, de gênero e geração que vão ser concebidas as políticas sociais.

Analisar as políticas sociais atuais, em especial aquelas de combate à pobreza e a condição das mulheres que lhe são beneficiárias é um aspecto relevante já que as relações sociais desiguais entre homens e mulheres não é um fenômeno novo. Ao longo da história, homens e mulheres vivenciam relações assimétricas e de poder as quais são naturalizadas como traços de biologias, orientações e habilidades distintas.

Vários estudos bem documentam que a condição social da mulher é marcada por desigualdades, que tem relação com diferença entre sexo/gênero, cor/raça e classe social (CASTRO, 1999; MACEDO, 2007; SAFFIOTI, 2004). Nesta perspectiva, discutir a condição das mulheres e conseqüentemente analisar os esforços do feminismo em estar constantemente reavaliando essas práticas sociais possibilita

práticas mais igualitárias e conseqüentemente críticas à naturalização de atribuições e papéis sexuais ou a desconstrução de modelos “ideais de masculinidade/feminilidade.

É importante salientar que na atualidade constata-se conquistas significativas na condição de vida da mulher, compreendida aqui enquanto sujeito ativo ou categoria social de direitos, conquistas essas atribuídas com certeza à atuação histórica do feminismo, o qual busca uma sociedade mais igual, mais simétrica, mais justa ou seja, no seu sentido mais amplo de cidadania². Dessa forma, destacamos as conquistas femininas principalmente no campo dos direitos legais, a inserção da mulher no espaço público, dando ênfase ao mundo do trabalho e os partidos político e ainda as transformações ocorridas na esfera privada, a exemplo das escolhas afetivas e ao trato com a sexualidade.

Nesta perspectiva, à medida que analisamos na atualidade as políticas sociais, em particular, as políticas de combate à pobreza (especialmente o Programa Bolsa Família), entendemos que essas poderiam ser pensadas como políticas que consideram as perspectivas de gênero, para a partir daí vislumbrar possibilidades de alterar a lógica das desigualdades e da subordinação, desenvolvendo nas mulheres o exercício da autonomia.

Na tentativa de estabelecer os nexos e as contradições entre as temáticas desigualdades de gênero e as políticas sociais, no tocante as políticas de transferência condicionada de renda – Programa Bolsa Família, discorrer-se-á sobre abordagens críticas que colaboram como os nossos propósitos de análise.

2.1 POLÍTICA SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

² O conceito de cidadania adotado nesse estudo é o mesmo utilizado por Coutinho, o qual percebe a cidadania como direito de todos os indivíduos se apropriarem dos bens produzidos coletivamente. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 2000, P.50).

O objetivo desta seção é melhor situar o Programa Bolsa Família, no contexto pretendido pelo Estado, ou seja, como uma política social. Para tanto, é feita uma reflexão tanto sobre alguns conceitos básicos que autores do campo do serviço social, principalmente, vêm ressaltando quanto sobre o contexto histórico e político em que essas políticas sociais são fundamentadas.

Ao iniciar uma discussão/reflexão sobre a política de assistência social, particularmente o programa de transferência de renda (PBF), faz-se necessário compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais que dão sustentabilidade à sociedade brasileira e, conseqüentemente, delineiam as políticas públicas de um modo geral. Nesse sentido, Pereira (2008) afirma que política pública “refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade desde que aquele se tornou crescente interventor”, portanto, as políticas públicas são uma totalidade de ações, decisões, metas e planos do governo, voltados para a solução de problemas da sociedade, demandado também por esta sociedade, podendo ser bem sucedidas ou não.

Segundo Pereira (2008), a política pública faz parte do campo do conhecimento denominado *Policy Science* e surgiu nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra, quando pesquisadores buscaram entender a dinâmica das relações entre governos e cidadãos.

É importante destacar que o termo política pública diferente do termo clássico de política apresenta um significado moderno e tem um sentido recente e restrito e ainda engloba a política social, ou seja, “a política social é uma espécie do gênero política pública” (Pereira, 2008, p.92).

Refletir sobre as políticas públicas, em particular aquelas denominadas de políticas sociais em uma sociedade capitalista, remete à necessidade de compreender que essas políticas apresentam em sua constituição uma complexidade histórica, já que surgem de uma relação muito direta com as características históricas de cada realidade social em que emergem, pois resultam de uma correlação de forças.

Segundo Behring e Boschetti (2006), as análises sobre as políticas sociais devem considerar as relações entre suas diversas manifestações e dimensões, pois essas dimensões são elementos da totalidade profundamente imbricados e articulados. Neste sentido, as autoras vão enfatizar que:

Políticas sociais são processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo{.}(BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 36).

De acordo com o documento *Comunicado Ipea*,(2011) Nº 75,

Políticas Sociais são mecanismos políticos/institucionais que as sociedades constroem ao longo de sua história, a partir das forças dos movimentos sociais e políticos visando proteger e promover socialmente seus membros (2011, p. 151).

Nesse sentido, é importante salientar que a vulnerabilidade e a proteção social não são fenômenos novos; há muito, as sociedades têm a necessidade de “inventar” formas ou mecanismos de proteção. Segundo Coutinho (2000:64), as políticas sociais são “instrumentos por meio do qual se materializam os direitos sociais” sendo de uma forma ou de outra conquista da classe trabalhadora.

Autoras como Silva, Yazbek e Giovanni (2012) ressaltam que os sistemas de proteção atuais não são apenas respostas automáticas e mecânicas às necessidades apresentadas pelas diferentes sociedades, e sim eles representam formas históricas de consenso político, de sucessivos e intermináveis pactos que, considerando as diferenças existentes no cerne das sociedades, buscam incessantemente responder questões como: Quem, como e quantos serão protegidos? Quanto de proteção é possível? A partir das respostas dadas, percebendo-se o viés tanto social quanto político, é que serão definidas a natureza, modelo ou o tipo de proteção social engendrada em cada sociedade.

No Brasil contemporâneo, as políticas sociais apresentam dois focos básicos: “(i) proteger o cidadão frente às contingências, riscos e fatores que independente da sua vontade, podem lançá-lo em situação de dependência ou vulnerabilidade; (ii) promover a geração de oportunidades e de resultados, como instrumento de justiça e equidade” (COMUNICADO IPEA, 2011).

Ainda nesta perspectiva, Carloto (2006) enfatiza que as políticas sociais precisam ser ações vinculadas a estratégias governamentais que deem conta das dimensões econômicas e sociais dos indivíduos que as demandam, pois se as ações e programas não consideram esses aspectos não podem ser consideradas políticas.

Políticas sociais compreendem linhas e estratégias de ação coletiva que concretiza direito e cidadania formuladas e executadas visando atender

demandas e necessidades sociais, bem como promover mudanças estruturais. Precisam de continuidade, de planejamento a longo prazo, de ações articuladas no interior do aparato governamental e na relação deste com a sociedade civil. (CARLOTO, 2006, p. 151).

De acordo com Behring e Boschetti (2006), as políticas sociais estão relacionadas a conflitos de interesses, sendo resultantes de decisões que visam administrar esses conflitos, entretanto as políticas sociais não tem capacidade de dar conta dos problemas estruturas de uma sociedade capitalista, em que a tônica são desigualdades e exclusão social.

Nessa perspectiva, é fundamental localizar as políticas sociais num espaço e tempo contextualizado, haja vista que resultam de forças históricas contraditórias. Portanto, a forma e o conteúdo das políticas sociais estão diretamente associados a fatores estruturais e conjunturais do processo histórico de um determinado país. Sendo assim, precisamos compreender que uma das principais particularidades das políticas sociais é que elas nascem no cerne de um conflito econômico, político e social e em meio a contradições sócio- históricas.

Segundo Behring e Boschetti (2006), não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois como processo social, elas foram gestadas na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal; entretanto, destaca-se que a origem das políticas sociais é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e o estabelecimento dos Estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 64).

No Brasil, as políticas sociais surgem a partir da constituição da sociedade urbano-industrial e da consolidação da intervenção do Estado, a partir dos anos de 1930. Sendo importante destacar que são datadas a partir das reivindicações da classe trabalhadora, quando ela passa a lutar por seus direitos, pois perceberam a

real condição de vida e trabalho em que se encontravam, já que não tinham quaisquer garantia de direitos.

De acordo com Silva, Yasbek e Giovanni (2012), no Brasil, o marco inicial de constituição de proteção social situa-se no período de 1930-1945, a partir do governo de Getúlio Vargas. Nesse período, o padrão de proteção desenvolvido tinha por base o mercado de trabalho, controlado rigidamente pelo Estado. “A época Vargas constituiu-se num marco institucional de encaminhamento da questão social no Brasil, pela regulação do mercado de trabalho e do trabalho, com a consolidação das leis trabalhistas e o estabelecimento dos mínimos sociais” (Ivo, 2008,121).

Entretanto, essas conquistas vão acontecer por meio das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais na busca pelo reconhecimento das condições de vida e trabalho, exigindo assim o reconhecimento enquanto necessidade de classe. Contudo, é importante destacar que no Brasil, o tornar público as condições de vida e trabalho dos trabalhadores a princípio foi encarado como “questão de polícia”. Para Mota (2010), a questão social passa a ser inserida no campo da política quando as lutas dos trabalhadores passam a ameaçar a propriedade e a produção de riquezas:

A questão social somente se insere no campo da política – como contestação da ordem ou objeto de reformas – quando o desenvolvimento das forças produtivas e a conseqüente, mas nunca automática, constituição da classe para si, contém um potencial de ameaça à propriedade e ao processo de produção de riquezas. (MOTA, 2010, p. 48).

Entretanto, desse período até os anos de 1950, a assistência social sofrera alterações muito superficiais ou insignificantes, mantendo o caráter clientelista e assistencialista nas suas ações, herdado ainda do período getulista.

Segundo Ivo (2008), é a partir da década de 1950 que a assistência social assume nova amplitude no discurso governamental, pois o governo vai prover programas de “pronto socorro” social e ainda vai abarcar a prestação de serviços sociais básicos.

No entanto, é relevante destacar que a assistência social, a princípio era pautada sobre a ótica do assistencialismo, da filantropia e da caridade, onde as instituições, principalmente a igreja, desenvolviam ações voltadas para o auxílio das necessidades.

Para Pestano e Reis (2006), o histórico da assistência social, antes de se tornar uma política pública, tinha como principais características o assistencialismo, o clientelismo, a caridade e o voluntariado, entretanto, mesmo na atualidade com o caráter de uma política social essas categorias ainda são possíveis de serem percebidas.

Destaca-se que durante as décadas de 1970 e 1980 há um avanço no Sistema de Proteção Social; que no meado da década de 1970, mesmo com todo o controle social exercido por parte do Estado com relação aos programas sociais (já que se vivia um período de ditadura militar), isso não foi suficiente para impedir a rearticulação da sociedade civil, principalmente se levados em conta três fatores: a eclosão dos denominados “Novos movimentos sociais”; a estruturação do que se convencionou a chamar de “sindicalismo autêntico” e o reordenamento dos partidos políticos.

Para Silva, Yazbek e Giovanni (2012) essa nova movimentação social tinha como elemento mobilizador as novas demandas sociais, incluindo o resgate da dívida social acumulada e agravada durante o período da ditadura militar, e, conseqüentemente, a ampliação de direitos sociais negados ao longo da história e ainda uma nova concepção ou uma concepção mais alargada de cidadania.

É importante ressaltar que os conteúdos desses “novos movimentos sociais” são assimilados pela Constituição Federal de 1988, a qual institui o conceito de seguridade social que incorporou a Assistência Social, a Previdência Social e a Saúde, enquanto políticas constitutivas da Seguridade Social Brasileira. A partir daí, a assistência social passa a ser reconhecida como dever do Estado no campo da Seguridade Social, com o qual se busca garantir aos que se encontram em situação de vulnerabilidade as condições para que alcancem os seus direitos.

Destaca-se que as políticas sociais têm o caráter de proteção e de promoção social; as políticas de proteção têm como objetivo reduzir e aliviar os riscos e vulnerabilidades que estão expostos todos os indivíduos que vivem em uma sociedade de mercado; já a promoção social agrupa as políticas sociais que pretendem garantir aos indivíduos oportunidades de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico.

Para investigar os nexos e as relações entre o sujeito feminino e a política de assistência ou de proteção social, faz-se necessário compreender que a origem da assistência social no Brasil foi baseada em aspectos como a caridade, a filantropia e a solidariedade religiosa, que foram perdurando ao longo da história da assistência social no país; entretanto, a assistência social será concebida como política a partir da Constituição Federal de 1988. Composto com a Política de Saúde e a Previdência Social, esse tripé constitui a Seguridade Social brasileira.

De acordo com a literatura, percebe-se que a assistência social se constitui historicamente como um objeto de reivindicação dos mais diferentes movimentos sociais e sindicais.

Contudo, é a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em dezembro de 2003, que se aponta como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como requisito fundamental para a efetividade da assistência social como política pública:

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (BRASIL, 2005, 13)

A gestão proposta pela Política Nacional de Assistência Social está pautada no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o que está preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e nas Normas de Operação Básica (NOB).

De acordo com PNAS/2004 a política de assistência social traz como desafio para o enfrentamento da questão social os processos de descentralização e territorialidade. Com relação à territorialidade enfatiza-se que “o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades sócio territoriais na sua configuração” (Brasil, 2005, p. 14).

A partir da Política Nacional de Assistência Social evidencia-se que a política social vai considerar três vertentes fundamentais para pensar a proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e o núcleo familiar desses indivíduos. Com base

nesses novos princípios de proteção social, vão se relacionar as pessoas e seus territórios, os quais, a partir da atual política de assistência, dizem respeito à unidade sociofamiliar e o município. Conforme esse modelo de política de assistência baseado principalmente na territorialidade e matricialidade é possível compreender melhor o Programa Bolsa Família e sua estrutura.

É mister salientar que a assistência social como política de proteção social configura-se como uma situação nova para o Brasil, pois é quando da Constituição Federal de 1988 que a assistência social será considerada uma política social pública; o conceito de assistência social é compreendido como,

“a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, e política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Brasil, 1993).

De acordo com Couto, Raichelis, Silva e Yazebek (2010), a Assistência Social, de caráter não contributivo e direcionada a todos para quem dela necessita, tem tanto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – aprovado em 2004 – quanto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – implantado em 2005 – os dois instrumentos políticos e normativos mais recentes. Ambos objetivam o avanço da assistência enquanto garantia do direito do cidadão e de responsabilidade do Estado, por fim enquanto Política Pública.

Caldeira (2009) vai destacar que no quadro brasileiro, as políticas públicas podem ser entendidas como ação de governo, através da implantação de novos projetos, seja por meio de programas ou ações direcionadas a setores e grupos com perfil bem definido.

Esse mesmo posicionamento é reiterado por Novellino (2004) quando ela enfatiza que “em países como o Brasil, o papel das políticas públicas seria o de prover pelo menos as necessidades mais básicas de sua população”, entretanto, o que se constata nas políticas públicas na contemporaneidade são programas focalizados e residuais, que geralmente perdem sua amplitude, pois são direcionados a pequenos grupos, ou seja, políticas que selecionam os mais pobres entre os pobres, sobretudo na política de assistência.

2.1.1 Políticas sociais e as questões de gênero

Ao estabelecer uma relação entre a política de assistência social e as questões de gênero, necessário se faz refletir que a identidade tanto da mulher, quanto a do homem são construções aprendidas socialmente, através de um tornar-se constante e complexo que leva em consideração os aspectos biológicos, psicológicos e principalmente, os aspectos socioculturais.

De acordo com Sardenberg e Macedo (2008), as identidades sexuais não são inerentes à biologia dos sexos e sim são construções sociais, histórica e da cultura, portanto possíveis de mudanças e transformações. Com isso, vai se diluindo a ideia de que a diferença entre homens e mulheres diz respeito apenas às questões biológicas ou naturais.

Historicamente, as relações entre homens e mulheres ocorrem no campo da desigualdade, sendo assim, percebemos a necessidade de se buscar discussões que tratem de analisar essas desigualdades produzidas no cerne da sociedade, situadas no tempo, espaço e na condição social em que vivem essas mulheres, pois, para Saffioti (2004, p.71), “nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de *gênero* não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”, principalmente considerando que a discriminação ou o tratamento desigual gerará atribuição de espaços sociais diferenciados.

Muitas autoras buscam a partir de abordagens teóricas explicações para o entendimento das relações de poder de gênero. Algumas autoras vão historicizar a partir da sociedade primitiva, enfatizando que nesse período havia uma divisão social do trabalho e que os “dois sexos já se constituíam duas classes, mas entre eles não havia desigualdades porque enquanto os homens caçavam, as mulheres permaneciam no lar desempenhando tarefas produtivas” (FAGUNDES, 2005).

Existem vários mitos tentando explicar a origem dessas relações assimétricas e desiguais, a exemplo de mitos que relatam a existência de tribos constituídas somente de homens ou de mulheres, e ainda a ocorrência de um sistema de matriarcado, entretanto esse sistema é refutado pela antropologia moderna e também por teóricas feministas.

Segundo Fagundes (2005), a ideia predominante é da existência de uma divisão sexual do trabalho com diferenças valorativas das funções desempenhadas por homens e por mulheres, fruto das interações entre eles, das relações sociais entre os gêneros:

No âmago desse processo, o masculino vai aparecendo como superior, independente, de grande significado, e o feminino como inferior, dependente e de pouco significado, a mulher cabendo o lugar de subalterna, de quem historicamente não se constituiu como sujeito, de quem pouco exerceu o poder, podendo apenas reproduzi-lo. (FAGUNDES, 2005, p. 28).

De acordo com as teorias explicativas, essas ideias remetem ao patriarcado, sistema que se refere às estruturas sociais onde o pai, chefe de família, exerce sobre esta os direitos mais absolutos. Essas práticas de superioridade reiteram a hierarquia entre o homem e a mulher.

Com relação à discriminação e as desigualdades de gênero, Piscitelli (2009), vai fazer referência a naturalização ou ao caráter biológico dos sexos.

Toda discriminação costuma ser justificada mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamentos diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Com frequência esses traços são considerados como algo inato, com o qual se nasce, algo supostamente "natural", decorrente das distinções corporais entre homens e mulheres, em especial daquelas associadas às suas diferentes capacidades reprodutivas. (p. 118).

Na medida em que as relações desiguais são naturalizadas, a relação entre homens e mulheres poderá basear-se em relações assimétricas e de poder tanto na família, na sociedade de um modo geral, quanto nas políticas desenvolvidas pelo Estado. Piscitelli (2009, p.127) evidencia que "não há nada naturalmente feminino ou masculino e que essas distinções são construídas a partir das práticas culturais". Corroborando com essa ideia, Saffioti (2004) vai enfatizar que

as diferenças pertencem ao reino da natureza, enquanto igualdade nasce no domínio político, parece fora do horizonte de uma *ideologia de gênero*, que naturaliza atribuições sociais, com base nas diferenças sexuais (p. 77).

Nesse contexto, Lauretis evidencia que

A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrito no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero, que

normatizam condutas de mulheres e de homens (LAURETIS, 1987, apud SAFFIOTI, 2004, p. 77).

Na tentativa de dar conta do duplo procedimento de naturalização das distribuições desiguais de poder surge a categoria gênero, conceito incorporado pelo feminismo e pelas produções teóricas sobre mulheres nos anos de 1970 e que, até então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo.

De acordo com Scherer-Warren (2011), o movimento feminista se organizou inicialmente em torno de uma questão fundamental que era a discriminação da mulher, entretanto, com o tempo, esse e outros novos movimentos sociais foram ampliando as suas bandeiras de lutas a projetos mais gerais de transformação social, o que pode ser chamado de tendência mais avançada do feminismo, embora segundo essa autora, essa tendência tenha sofrido um refluxo nos últimos anos.

O feminismo se constitui, sobretudo, em sua vertente revolucionária, como o mais ambicioso movimento social, uma vez que para alcançar seus objetivos – a igualdade social entre homens e mulheres – deve provocar a superação do patriarcado-capitalismo, ou seja, construir uma sociedade igualitária no sentido da eliminação do sistema de dominação-exploração fundada no sexo, na estrutura de classe, nas diferenças raciais (SAFFIOTI e FERRANTE, 1985, p.276, apud SCHERER-WARREN, 2011, p.58).

Nessa perspectiva, é possível perceber a extensão do movimento feminista com relação às suas lutas e ainda o questionamento ao modelo vigente de sociedade, ou seja, esses novos movimentos apresentaram tendências mais avançadas, demonstrando preocupação com a transformação social. Sendo assim, percebeu-se a busca por ampliação de direitos, por democracia, cidadania e justiça social.

Nesse contexto, é importante destacar que, com base na literatura, a “primeira onda” do feminismo ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX. Segundo Piscitelli (2009), esse primeiro momento se caracterizou por uma importante mobilização na Europa, na América do Norte e em outros países, impulsionada principalmente pela ideia de “direitos iguais à cidadania”, que pressupunha a igualdade entre os sexos.

As principais reivindicações do movimento feminista daquele período era o direito ao voto, ter acesso à educação e poder ter posses e bens, já que as leis e os tratamentos eram diferenciados para homens e mulheres, pois somente os homens podiam votar, tinham um maior tempo de escolaridade e podiam ser proprietários.

Contudo, é entre as décadas de 1920 e 1930, que as mulheres conseguiram romper com algumas das expressões das desigualdades vividas por elas em termos legais, principalmente o direito ao voto que no Brasil é datado de 1932. A primeira onda feminista trazia como base das reivindicações as reformas nas leis.

O movimento da “primeira onda” feminista trouxe consigo a ideia ou a teoria dos “papéis sexuais” nas elaborações sobre a diferença sexual, ou seja, “papel masculino” e “papel feminino”, papéis que seriam construídos socialmente, porém fixos, a exemplo do papel de pai, de filho, de avó etc. Tendo como base essa teoria, homens e mulheres vão desempenhar funções distintas, isto é, nas palavras de Piscitelli (2009), “homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos” (p.128). Essa teoria vem mostrar o caráter cultural e flexível das diferenças existentes entre o masculino e o feminino.

De acordo com a literatura, uma das principais autoras sobre a temática é Margaret Mead, a partir da publicação do livro “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”. Nessa obra, a autora evidencia que o pensamento “compartilhado que haveria um temperamento inato ligado ao sexo, não era universal”. Mead foi considerada precursora em mostrar que os traços de caráter masculino e feminino são apreendidos desde que uma criança nasce.

Por isso é importante salientar que a partir da perspectiva dos papéis sexuais evidencia-se o caráter de construção cultural da diferença entre homens e mulheres, valorizando “socialização”, ou seja, os processos de socialização são responsáveis por incorporar os papéis masculinos e femininos.

A crítica apresentada a teoria que buscava entender as diferenças sexuais a partir da perspectiva dos papéis sexuais era que nessas abordagens, as relações entre os sexos eram analisadas sem considerar as desigualdades, as relações diferenciadas de poder entre homens e mulheres. Para autoras como (Castro, 1999; Macedo, 2007; Saffioti, 2004) o termo papel sexual sugere padrões fixos.

O feminismo da “segunda onda” se manifesta ou se fortalece a partir da década de 1960, tendo as ideias contidas no livro “Segundo sexo” de Simone Beauvoir como seu fomentador. Segundo Adriana Piscitelli (2009, p.133), esse movimento insere o construto subordinação, já que considera que “as mulheres ocupam lugares socialmente subordinados”

As abordagens teóricas advindas da segunda onda do feminismo questionam o caráter natural da subordinação, enfatizando que essa ideia de subordinação é construída, portanto, à medida que essas formas de opressão, a exemplo da subordinação, exploração, dominação são construídas elas também podem ser modificadas.

Neste sentido, Piscitelli enfatiza:

O pensamento feminista da segunda onda colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades. As feministas trabalhavam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo, as mulheres e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. (PISCITELLI, 2009, p. 133).

Na luta para compreender como se dava a subordinação feminina, as mulheres, enquanto sujeito coletivo buscaram ferramentas teóricas capazes de explicar as causas da subordinação, por meio de categorias e conceitos fundamentais, a saber: mulher, opressão e patriarcado.

Para o feminismo da segunda onda, a opressão das mulheres está para além das questões referentes à classe e raça, pois a opressão atingiria todas as mulheres. Com isso, cria-se uma ideia de identidade entre as mulheres, ideia essa que mais tarde vai ser questionada por outras mulheres feministas, principalmente feministas negras e mulheres dos países do terceiro mundo ou do “capitalismo atrasado” (Fraser, 2009). Conforme Piscitelli (2009, p.134), a base para essa identidade inclui traços biológicos e, também, aspectos sociais, ambos efeitos da dominação masculina, ou seja, “em termos teóricos as feministas trabalharam com uma ideia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política.”.

A partir dessas discussões, é fundamental compreender a segunda onda do feminismo como base fundamental para mudanças profundas na compreensão da diferença entre masculino e feminino, pois, para Fraser (2009, p. 12), deve ser compreendida “a segunda onda do feminismo como monumental fenômeno social que marcou uma época”:

O que foi verdadeiramente novo sobre a segunda onda foi o modo pelo qual ela entrelaçou, em uma crítica ao capitalismo androcêntrico organizado pelo Estado três dimensões analiticamente distintas de injustiça de gênero: Econômica, cultural e política (FRASER, 2009, p.14).

Contudo há toda uma crítica ao conceito de patriarcado, como afirma Piscitelli, “porque trata de maneira única, universal formas de poder que se alteram em diferentes períodos históricos e lugares. Já para Saffioti (2004, p.44), a crítica ao conceito de patriarcado é que este diferente de gênero que é um conceito aberto era tratado simplesmente como “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

É mister salientar que é ainda nesse ínterim da segunda onda feminista que o conceito de gênero foi elaborado, a priori, por pesquisadoras que buscavam “ferramentas conceituais” (PISCITELLI, 2009) mais apropriadas, ou que dessem conta da diversidade que é a situação feminina. Inicialmente, a ideia era a busca de categorias que mais enfatizassem as relações sociais, a imbricação de várias relações, como as de sexo, raça, classe e geração e que mais problematizasse, sem necessariamente substituir o conceito de patriarcado.

Essa segunda onda feminista, ao trazer para o centro das discussões as concepções de opressão, de patriarcado, de poder e as relações tanto no espaço público quando privado estabelece o “político” como sentido central das relações entre homem e mulher, daí a proposição utilizada “o pessoal é político” como máxima para este momento histórico do movimento feminista. A segunda onda feminista trouxe consigo o questionamento sobre a divisão sexual do trabalho, do poder, do conhecimento e do próprio corpo ou do prazer. Consequentemente, confrontando os papéis tradicionais de mulheres e homens na família e na sociedade.

Entre os avanços nos estudos e pesquisas sobre a condição/situação da mulher evidencia-se uma diversidade de experiências femininas e também a contestação de vários conceitos e categorias que eram utilizadas pelo pensamento feminista, sendo o patriarcado como categoria de análise um dos principais alvos de polêmicas.

Desse modo, Piscitelli (2009, p.136) vai enfatizar que “hoje esse conceito é alvo de críticas, principalmente porque trata de maneira única, universal formas de poder que se alteram em diferentes períodos, histórias e lugares”. Entretanto, Saffioti (2004, p. 101) advoga em defesa do uso do construto enfatizando que há “diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres”.

Continuando com a visão de Saffioti sobre essa questão:

Tão somente recorrendo ao bom senso, presume-se que nenhum(a) estudioso(a) consideraria igual o patriarcado reinante na Atenas clássica ou na Roma antiga ao que vige nas sociedades urbano-industriais do Ocidente. Mesmo tomando só o momento atual, o poder de fogo do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou muçulmanos é extremamente no que tange à subordinação das mulheres aos homens [...] A natureza do fenômeno, entretanto, é a mesma. Apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização (SAFFIOTI, 2004, p.101).

Para Saffioti, o patriarcado “funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres”. Para essa autora, o construto ainda é uma importante categoria de análise, pois ele age sem cessar e ainda pode ser acionado sem a presença física do masculino, já que o sistema está internalizado ideologicamente em homens e mulheres em toda a sociedade.

O conceito de gênero³ se difundiu a partir de 1975, com base no artigo da antropóloga Gayle Rubin “O tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, o qual dava ênfase ao caráter relacional de gênero:

Inserindo-se no debate sobre a natureza e as causas da subordinação social da mulher, Rubin elaborou um conceito que denominou *sistema sexo/gênero*. Segundo a autora, esse sistema é o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as “fêmeas” em “mulheres domesticadas”, a autora localiza essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, no espaço da sexualidade e da procriação (PISCITELLI, 2009, p.137).

Dessa forma, a partir do desenvolvimento desses estudos e pesquisas essa abordagem vai ressaltar a divisão sexual do trabalho, as relações heterossexuais e a sexualidade feminina.

O ponto mais importante da formulação sobre a diferença sexual nessa autora é pensar em gênero, articulado à sexualidade, como uma dimensão política. Para Gayle Rubin, gênero não é apenas uma identificação com um sexo, mas obriga que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo. E percebe a opressão dos homossexuais como produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (PISCITELLI, 2009, p. 139).

De acordo com Saffioti, no Brasil, o conceito de gênero alastrou-se rapidamente na década de 1990, principalmente a partir dos estudos de Joan Scott

³ Segundo Saffioti, o primeiro estudioso a mencionar e conceituar gênero foi Robert Stoller em 1968, entretanto o conceito não prosperou logo em seguida. (SAFFIOTI, 2004, p.107)

(1983,1988) que ressalta gênero como uma categoria analítica, enquanto um sistema de relações de poder organizado em torno das percepções das diferenças. Para Scott,

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo. [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida. (SCOTT, 1994, p. 13)

Durante a década de 1980, era comum a referência a um sistema de sexo/gênero, que se disseminou rapidamente, mas também tal sistema sofreu várias críticas que conduzindo à reformulação da ideia de gênero; foi contestada principalmente a noção de identidade que era disseminada na segunda onda feminista, “o objetivo de criar um sujeito político fez com que, durante muito tempo, o pensamento feminista destacasse a identidade entre as mulheres, concedendo pouca atenção às diferenças entre elas”, essas contestações partiram principalmente das feministas negras norte-americanas e das feministas do “terceiro mundo”, já que suas posições sociais e políticas as tornavam diferentes, conseqüentemente diferenciava também as suas reivindicações.

Essas feministas consideravam que seus interesses tinham sido apagados pela ênfase na “identidade” entre mulheres, favorecendo os interesses das feministas brancas e de classe média (PISCITELLI, 2009, p.140).

De acordo com Piscitelli, o sistema de sexo/gênero formulado por Gayle Rubin foi questionado por ser visto como “branco” e imperialista “na leitura de feministas negras a teoria explicava apenas a complementaridade dos sexos, a heterossexualidade obrigatória e a opressão das mulheres mediante o intercâmbio de mulheres no parentesco” (Piscitelli, p.141), assim questionaram contra a modelagem de posições do sistema de sexo/gênero, o qual não consideravam as identidades coletivas enquanto heterogêneas. Essas feministas “exigiram que gênero fosse pensado como parte de sistemas de diferenças, de acordo com os quais as distinções entre feminilidade e masculinidade se entrelaçam com distinções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social e idade”, ou seja, considerado como um sistema de diferenças que envolve dois ou mais eixos de subordinação.

Assim, intensifica-se a perspectiva de interseccionalidade, para alguns estudiosos (CRENSHAW 2002, *apud* MACEDO, 2007); de nó entre categorias para

outras fontes (como por exemplo SAFFIOTI, 2004); e o de alquimia de categorias sociais, já que, por exemplo, quando se combina raça, gênero e idade na classe, não necessariamente teria uma soma simples, mas outros produtos ou sujeitos (CASTRO,1992). Essa perspectiva busca dar conta de múltiplas formas de opressão que envolve esses sujeitos.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177, *apud* MACEDO, 2007).

Reiterando o dito acima:

A adoção de perspectivas de análise interseccionais permite a identificação das relações de dominação que estruturam o contexto socio-histórico como um sistema que interconecta as opressões de raça, classe e gênero, expandindo o foco de análise para além de uma mera descrição de similaridades e diferenças entre esses sistemas de opressão, focalizando prioritariamente, as formas como eles se entrelaçam (MACEDO, 2007, p. 141).

Segundo Macedo (2007), é nessa perspectiva que Saffioti irá apontar para a persistência de sistemas de hierarquização que se entrelaçam, formando um “nó”. Já para Castro (1992), essa perspectiva é concebida como “alquimia de categorias sociais”.

Essas novas discussões proporcionaram um entendimento mais complexo sobre a ideia de dominação – subordinação universal da mulher. Essa nova fase do movimento feminista propõe explorar situações particulares de dominação, pois, como Piscitelli (2009) enfatiza, é preciso levar em consideração “o modo pelo qual o poder opera através de estruturas de dominação múltiplas e fluídas, que se intersectam, posicionando as mulheres em lugares diferentes e em momentos históricos particulares”.

Reiterando as discussões sobre gênero, Fagundes (2005), enfatiza que o sexo é uma categoria anatômico-biológica e o gênero é uma categoria histórico-cultural, implicando na construção social e histórica do ser mulher e do ser homem, corroborando com essa ideia e ampliando-a, Scott (1994, p.13), salienta que “gênero

é a organização social, construída sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas a relações desiguais de poder”.

No Brasil, várias autoras feministas vão discutir os conceitos, as percepções e as transformações nas relações de gênero, contudo, para Saffioti, o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, mas também diz respeito a uma categoria histórica. Compreendido como uma categoria relacional, que modela as relações sociais entre mulheres e homens, entre homem-homem, mulher-mulher, entretanto por conta das relações desiguais historicamente entre homens e mulheres, esses sujeitos são privilegiados, enquanto categoria social de análise.

É salutar evidenciar que gênero, assim como a ideia de raça, tem relação direta com signos e significados e são construções sociais que se dão através de valores e símbolos que são assimilados e internalizados nas relações sociais.

Dessa forma, discutir as políticas sociais em uma perspectiva de gênero, segundo Novellino (2004), é compreender que essas políticas têm o objetivo de contribuir para desenvolver autonomia das mulheres e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens; portanto as políticas de gênero poderiam ser instrumento contra as desigualdades de gênero, bem como desigualdades sociais.

Com relação à política de Assistência Social, particularmente o Programa Bolsa Família, tem-se que este apresenta a mulher como sujeito fundamental para o desenvolvimento do Programa, já que a mesma representa e/ou corporifica essa família e assume responsabilidades que podem vir a interferir no êxito e no desenvolvimento do Programa, a exemplo das condicionalidades.

De acordo com o Decreto Nº 5.209, o qual regulamenta o Programa Bolsa Família, este vai evidenciar no artigo 23, que,

O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento (DECRETO, nº 5.209, 2004, p.14).

Com isso, percebe-se a relevância da mulher para programa como responsável pela família e conseqüentemente responsável também pelo cumprimento das condicionalidades que, quando não cumpridas, podem ocasionar a suspensão ou

cancelamento do recebimento do recurso, isso é evidenciado no artigo 25, do mesmo decreto, o qual expõe:

Art, 25. As famílias atendidas pelo programa Bolsa Família permanecerão com os benefícios liberados mensalmente para pagamento, salvo na ocorrência das seguintes situações:

II- descumprimento de condicionalidade que acarrete suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos, na forma do inciso 4º do art.28.

Já o inciso 4º, do art. 28 “Ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome” disciplinará a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, especialmente no que diz respeito às consequências do seu cumprimento e descumprimento pelas famílias beneficiárias e às hipóteses de interrupção temporária dos efeitos decorrentes do seu descumprimento”. Portanto, a partir dos documentos que regulamentam o PBF constata-se a importância que é dada a mulher enquanto sujeito partícipe e ao cumprimento das condicionalidades.

Sendo o Bolsa Família um programa de assistência direcionado às famílias, como historicamente o papel de zelar e cuidar, esteve diretamente atribuído à mulher, é este sujeito (que a partir da crise do capitalismo contemporâneo e da Reforma do Estado, o primeiro baseado na reestruturação produtiva e o segundo nas políticas neoliberais de ajustes macroeconômico) que vai assumir com o Estado a partilha das responsabilidades no desenvolvimento das políticas sociais principalmente dos programas de transferência monetária ou programas de renda mínima.

Dessa forma, compreende-se a Reforma do Estado, como movimento implementado pelos governos neoliberais brasileiros, como parte da estratégia mundial de enfretamento da crise da acumulação do capital. Segundo Jacob (2006, p.75), essas políticas de ajustes neoliberais trazem consigo as concepções de que “a responsabilidade pela crise é do próprio Estado que, ao longo dos anos produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio”, sendo assim, justificou a necessidade de “reduzir o tamanho do Estado, eliminando-se direitos sociais e trabalhistas conquistados pela sociedade”:

“Reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no

terreno da seguridade social e outros (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.148).

Reiterando o dito acima:

Este movimento deixa potente o fato de serem a família, o setor privado-lucrativo e não lucrativo – e o Estado, os atuais protagonistas das políticas sociais, sob o argumento da complementação ou da responsabilidade da sociedade . (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p.241).

De acordo com Mota (2010), é um fato recorrente a centralidade da família nos programas de assistência social, sejam essas através dos programas do Estado ou das ações das Organizações não governamentais, sob o argumento da participação, da formação de identidades ou ainda na condição de usuários das políticas. É importante salientar que essa mulher que é tratada como historicamente desigual surge nesse momento como “sujeito partícipe” do programa, acrescentando assim a sua carga de trabalho não remunerado em favor do acúmulo do capital e ainda dos programas da política de assistência social.

Nesse sentido, Duque-Arrazola afirma que:

As mulheres participantes das políticas de assistência de renda mínima, pobres e sem empregos, mais do que sujeitos, de fato, são clientes e beneficiárias dos referidos programas. Porém, beneficiárias ressignificadas pelo redirecionamento da ação reguladora e interventiva do Estado para garantir as condições gerais da produção e reprodução capitalista. (DUQUE-ARRAZOLA, 2010, p.243).

É importante destacar que essa condição de cliente/beneficiária capaz de garantir as condições gerais de produção e reprodução do capitalismo não é exclusividade da mulher beneficiária e sim de todos os usuários das políticas focais, principalmente das políticas de combate à pobreza.

De acordo com o exposto, percebe-se que a discussão sobre a política de assistência, em particular o PBF, bem como a atuação da mulher no desenvolvimento desses programas, apresenta muitas contradições, pois esse sujeito, que na sua grande maioria se constitui por mulheres negras, pobres e desempregadas, tem seus tempos femininos de trabalho disponibilizados gratuitamente ao Estado. Desse modo, favorece-se a produção e reprodução do capital e ainda “cria-se”, nessas mulheres, a ilusão da possibilidade de eliminar a pobreza. Contudo, salienta-se que o PBF tem como um dos seus objetivos o alívio imediato da pobreza extrema, em conformidade

com a lógica do capital em que exploração e exclusão são situações/condições cotidianas dessa sociedade.

Contudo, é mister salientar que ao discutir o Programa Bolsa Família na perspectiva de gênero é fundamental caracterizar as mulheres beneficiárias desse programa, pois atrelado às discussões de gênero, faz-se necessário orientar as discussões para as dimensões de classe, raça-etnia e geração, já que, conforme Macedo (2007), “ninguém fala fora do seu contexto”. Isso é ainda enfatizado por Saffioti (2004) quando evidencia “que as pessoas são a história de suas relações sociais”. No caso das mulheres beneficiárias do PBF, essas histórias têm a ver com relações de pobreza, de negritude, de idade, desigualdade, gênero etc. sendo que essas categorias não ocupam lugar hierárquico, determinando maior/menor importância ou sobrepondo-se. Na verdade, elas se imbricam formando o que Lauretis (1987, *apud* SAFFIOTI, 2004, p.79) vai denominar de “sujeitos múltiplos”.

Com relação às mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, é importante reconhecer que elas convivem com múltiplas formas de opressão, que vão constituindo-as e marcando suas histórias de vida.

Portanto, para Macedo (2007),

Essas dimensões de gênero, classe, raça/etnia, idade/geração vão ganhar maior ou menor relevância, a depender das formações histórico-culturais nas quais os sujeitos se inserem configurando identidades e, ao mesmo tempo alteridades (p.140).

Nesta perspectiva, discutir políticas sociais, em especial uma política de combate à pobreza, cuja mulher atua preferencialmente como responsável pelo recebimento do benefício e conseqüentemente responsável pelo acompanhamento e continuidade da inserção da sua família no Programa, exige do(a) pesquisador(a) um olhar mais atento das múltiplas dimensões de exclusão que constituem eixos estruturantes da sociedade brasileira, já que essas contradições se dão no cerne da sociedade capitalista neoliberal e quando “agregadas” elas apresentam características diferenciadas e constituem sujeitos e categorias sociais distintas:

O sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha

a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição. (SAFFIOTI, 2004, p.79).

Portanto, não se trata de adicionar ou sobrepor modelos de opressão e sim perceber como as relações sociais se estruturam e circulam em eixos de poder distintos e excludentes, mas que a maioria das vezes, sobrepõem-se e cruzam-se, formando o que Saffioti denomina de “nó”. Segundo Saffioti (2004, p.78), essas contradições, formadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formam ao longo da história.

2.1.2 Chefia feminina: feminização da pobreza ou desigualdades de oportunidades?

O fenômeno das famílias chefiadas por mulheres não é uma nova realidade na sociedade brasileira. Há algum tempo vem se discutindo esses novos arranjos familiares e as transformações no âmbito da família; principalmente considerando que essas transformações permeiam todos os estratos e segmentos sociais.

Segundo Araujo e Scalon (2005), os dados estatísticos demonstram que aumentaram as famílias compostas por apenas um indivíduo, as famílias monoparentais, as compostas de casais do mesmo sexo e ainda de casais sem filhos; com todas essas modificações/ transformações que vêm se dando na família, Macedo (2007) vai sinalizar que o desafio para os estudos recentes é romper com o tratamento desse objeto de forma “naturalizada e ideologizada pelos padrões historicamente estabelecidos em torno do que é uma família” (p.149) e conseqüentemente passar a perceber como um objeto diverso, multifacetado e em constante transformação. Dessa forma, ampliando também o entendimento sobre chefia feminina de família.

Quanto à família, chamam a atenção as intensas mudanças nas características de sua composição e estruturação, as quais se expressam na diversidade das formas de conjugalidade; as alterações no seu funcionamento, nas formas de organização interna, nas dinâmicas cotidianas e nas hierarquias, que se tornaram menos rígidas e produzem novas formas de interação nas relações de gênero e entre gerações. (ARAUJO e SCALON, 2005, p.9).

Constata-se que, diante de todas essas transformações e modificações nas estruturas familiares ou “nesses novos arranjos”, mulheres e homens, com todas as suas diversidades, são desafiados a “recriar” novas formas de convivência no interior dos seus grupos domésticos, entretanto, convivem de forma objetiva e subjetiva “mudanças” e “permanências” as quais, vão constituir toda a diversidade que é a família:

Primeiro, é preciso tratar de *famílias* (no plural), pois há diversidade quando se fala deste grupo social, o qual está em constante mudança (e também os domicílios); em segundo lugar, admitir que embora haja solidariedade, existe ainda hierarquia, o que significa reconhecer a ocorrência de conflito e violência intrafamiliar; e, por último, assimilar a existência de forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois “borram-se”, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o privado, e a família, nesse contexto, vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas. (MACEDO, 2007, p.152).

De acordo com o documento Comunicado IPEA, n. 65, (2010), vem crescendo a cada ano no Brasil, as famílias “chefiadas” por mulheres. Segundo dados do Censo 2010, as famílias brasileiras chefiadas por mulheres correspondem a 37,2% (Censo Demográfico, 2010). Enquanto que as famílias chefiadas por homens correspondem a 62,8%%.

Segundo as análises apresentadas no documento citado acima, apesar dos avanços significativos das mulheres no mercado de trabalho, os dados analisados ainda evidenciam as distâncias existentes entre homens e mulheres no que diz respeito à participação, à ocupação e à renda. Contudo, o texto enfatiza que vem crescendo nos últimos anos o número de famílias chefiadas por mulheres; trazendo como elemento novo, situações em que mesmo no caso de casais, quando há a presença de um cônjuge e a mulher é identificada como pessoa de referência.⁴

Esse crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres está associado aos diferentes fatores que têm provocado transformações sociodemográficas no Brasil: queda da fecundidade, redução do tamanho das famílias, maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, envelhecimento populacional e processos de individualização dos sujeitos, entre outros (COMUNICADO IPEA, n. 65, 2010).

⁴ “Pessoa de referência” introdução desse novo conceito em substituição ao de “chefe de domicílio”, a PNAD transferiu ao respondente a tarefa de nominar a pessoa, homem ou mulher, responsável pelo domicílio. De acordo com Comunicados do IPEA, N.65 p.5 essa mudança de perspectiva de gênero foi importante, pois a noção de chefia, pela matriz cultural dominante, poderia ser mais facilmente atribuída a figura masculina do domicílio, marido ou pai.

Ainda com relação a mulheres chefes de família, constata-se que 27,2% delas tinham 60 anos de idade ou mais nos dados de 2009, e com relação ao nível de instrução, na média, as mulheres chefes têm mais anos de estudo que os homens chefes, tendência essa confirmada na sociedade como um todo. De acordo com o IPEA, as mulheres apresentam 7,1 anos de estudo, enquanto que os homens apresentam 6,9 anos de estudo.

Destaca-se que o fato de a mulher ser chefe de domicílio não está fortemente relacionado ao acréscimo de tempo disponibilizado em atividade produtiva, já que mulheres chefes e mulheres cônjuges trabalham (remuneradamente) a mesma quantidade de tempo, ou seja, aproximadamente 36,8 horas; dessa forma, constata-se que mesmo as mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores não possuem um acréscimo do tempo de trabalho remunerado ou produtivo.

Outro aspecto discutido ao fenômeno associado ao crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres é o da feminização da pobreza.

Segundo Novellino (2004), o conceito de feminização da pobreza foi introduzido na literatura a partir de 1978, por Diane Pearce. Para Pearce (*apud* NOVELLINO, 2004),

a feminização da pobreza é um processo que se desenvolve a partir do momento em que a mulher com filhos passa a não ter mais o marido ou companheiro morando no mesmo domicílio e se responsabilizando pelo sustento da família (NOVELLINO, 2004, p.2).

A partir do conceito discutido por Pearce (1978), a feminização da pobreza se objetifica ou concretiza nas famílias/domicílios chefiados por mulheres, enquanto as mesmas, sozinhas, precisam prover o seu sustento e dos seus filhos; contudo, Novellino vai enfatizar que a feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho.

De acordo com os estudos Novellino (2004), com relação à mulher e à condição de pobreza, há características básicas no mundo do trabalho que apontam para relações desiguais entre mulher e homem e que provavelmente desencadeiam as condições de pobreza na qual as mulheres se encontram, ou seja, a prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; discriminação salarial; concentração em ocupações que exigem menor qualificação e

consequentemente salários mais baixos e ainda a participação nos mais baixos níveis da economia informal.

Na atualidade, os estudos sobre a feminização da pobreza e chefia familiar feminina além de indicadores sobre mulher no mercado de trabalho, passaram a dar ênfase também a indicadores como consumo familiar, condições de saúde dos filhos, bem como inserção social dos filhos na escola e mercado de trabalho, buscando assim analisar a situação intergeracional da pobreza.

As discussões sobre chefia feminina e feminização da pobreza comporta diferentes posicionamentos, entretanto Castro (1999) vai enfatizar que “feminização da pobreza’ assim como o tema o “empoderamento” das mulheres indicam processos, portanto não podem ser tratados ou “enquadrados de modo funcionalista, como um problema de posição frente a um outro – homem – delimitando-se, quando muito, medidas normativas compensatórias” (CASTRO, 1999, p.89).

De acordo com Castro (1999), a feminização da pobreza aponta em diferentes perspectivas, com relação a famílias monoparentais ou famílias onde a pessoa de referência é a mulher, a autora apresenta diversos olhares para tratar dessa situação/ condição, para Castro:

As mulheres empobrecem não porque se tornam chefes de família, porque deixaram de ter um provedor, mas com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados, ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado ou, os diferenciais de rendimentos entre as mulheres e homens chefes de família de igual escolaridade e idade (1999, p.92).

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com relação à participação da mulher no mercado de trabalho, os dados atuais comprovam que a incorporação da mulher não vem sendo acompanhada de um maior compartilhamento pelos homens, das tarefas vinculadas à reprodução do viver e dos cuidados de uma maneira geral. Segundo dados de 2009 (PNAD), as mulheres responsáveis por famílias de casais com filhos dedicaram, em média, 30,3 horas por semana aos trabalhos domésticos, enquanto os homens na mesma posição gastaram 10,1 horas.

O número médio de horas dedicadas às tarefas domésticas não sofre influência a partir da posição que a mulher ocupa, quer seja cônjuge quer chefe, pois

“mulher na posição de chefe e na posição de cônjuge responde por grande parte do trabalho não remunerado” (IPEA, p.16).

Segundo Comunicado IPEA (2010, p. 16), os dados comprovam a manutenção da tradicional responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos, papel esse que além de permanecer intocado ao longo dos anos também não sofre influência da posição ocupada pela mulher na família. Desse modo, as mulheres chefes de família e que atuam no trabalho remunerado gastam, em média, 26 horas por semana com afazeres domésticos, enquanto as mulheres na posição de cônjuge que não trabalham remuneradamente chegam a gastar 30,6 horas em média.

2.2 PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA

Na contemporaneidade, as políticas de cunho neoliberais de “ajuste estrutural” vêm provocando o empobrecimento generalizado das classes subalternas, tendo como base principalmente o desenvolvimento econômico desarticulado do desenvolvimento social, gerando assim um modelo econômico baseado na sobre-exploração do trabalho e na concentração da riqueza socialmente produzida. Com isso, observa-se o aumento do desemprego, o incremento do trabalho flexível e precarizado e a expansão da pobreza, conseqüentemente gerando políticas sociais de erradicação e combate à pobreza. É nesse ínterim que surge o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada, esses programas são contemporâneos da chamada era neoliberal e vai surgir gradativamente em vários países da América Latina, na tentativa de minimizar a condição de pobreza extrema sofrida pela classe trabalhadora por conta das políticas macroeconômicas de ajuste estrutural.

Segundo Lavinias, Cobo e Veiga:

Imperam políticas restritivas que promovem cortes de gastos públicos, retração da provisão pública de serviços, redução do peso dos servidores, privatização, todas estas dimensões centrais das políticas macroeconômicas de ajuste estrutural, que forçosamente levam a um grau maior de mercantilização dos serviços associados à esfera da reprodução, penalizando as mulheres que devem compensá-los na esfera doméstica. (2012, p.33).

Na tentativa de minimizar as questões sociais advindas dessas políticas de ajustes estrutural, as quais promovem uma mercantilização de serviços associados à esfera reprodutiva, principalmente dos serviços nas áreas de educação e saúde, que serão adotados programas de mínimos sociais para famílias pobres e em situação de vulnerabilidade social, a exemplo do Programa Bolsa Família.

De acordo com Miotto (2008) esses programas são voltados para o desenvolvimento das famílias mais pobres com intuito de reduzir as desigualdades, porém reforçam o caráter familista da política social na contemporaneidade, principalmente em países da América Latina, a exemplo do Brasil. Para Esping-Andersen o caráter familista no sistema de proteção é quando “a política pública considera – na verdade insiste – em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar dos seus membros” (Esping-Andersen, 1991, p.95).

O Programa Bolsa Família foi implantado em outubro de 2003 e promulgado em 2004 com a criação da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, gestão esta que apresentava como princípio norteador o combate à fome e à pobreza no país. O programa é resultado da unificação dos Programas de Garantia de Renda Mínima (PGRM) – Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Programa Auxílio Gás, com a pretensão de uma gestão descentralizada, com destaque para a intersetorialidade entre as políticas e articulação entre os entes federados, com a participação comunitária e o controle social. Isto significa que o modelo e os princípios que orientam o desenho desses programas referem-se a:

Proteção contra risco; combate a miséria; desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades e o exercício pleno da cidadania; redistribuição de riquezas (IVO, 2004, p.57).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que tem como objetivo beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país; o Programa integra o Plano Brasil Sem Miséria que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a setenta reais mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos como educação, saúde e assistência social.

O Programa possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda tem como meta promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, já as ações complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social, o programa atende aproximadamente 13 milhões de famílias em todo o território nacional; os valores dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

2.2.1 Programa Bolsa-Família: Política de Combate à Pobreza

De acordo com Ministério do desenvolvimento Social, esse programa de transferência condicionada de renda atende no Brasil cerca de 13 milhões de famílias, sendo que 92,4% das titulares são mulheres. A partir da extensão do programa, é possível perceber também a expansão da pobreza e da miséria brasileira (MDS, 2009).

Para Ivo (2008), “a pobreza diz respeito a um estado de privação e carência a partir de uma categorização socioeconômica”, entretanto no momento em que é preciso discutir a pobreza, a miséria, as desigualdades sociais brasileiras e as políticas públicas, de modo geral é fundamental buscar a noção de exclusão social.

Segundo Ivo,

exclusão social expressa os processos – social, econômico, político e cultural – pelos quais indivíduos ou grupos são progressivamente desprovidos das condições de participação e reconhecimento social numa dada sociedade, ficando à parte de várias esferas da vida coletiva (Ivo, 2008).

Portanto, é nesta perspectiva que discutiremos as políticas de combate à pobreza e as relações de gênero imbricadas.

Carloto (2006) vai enfatizar que os programas de combate à pobreza, a exemplo do PBF, preconizam a instrumentalização dos papéis das mulheres a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, garantindo, com isso, um melhor desempenho desses programas no contexto neoliberal, sendo essas posições alvo de críticas e de debates das abordagens feministas.

É importante salientar que muito das políticas e dos programas de combate à pobreza podem nas suas práticas estarem estabelecendo ou reproduzindo as relações tradicionais de gênero, quando reforçam os papéis e ocupações tradicionais femininas na divisão sexual e social do trabalho.

Ainda com base nas discussões apresentadas por Cássia Carloto (2006, p.145), o enfoque prioritário das políticas de combate à pobreza, em particular dos programas de renda mínima direcionados a família, tem sido prioritariamente “o papel das mulheres na esfera doméstica, relacionando fundamentalmente à maternidade”. Com isso, há toda uma valorização na criação dos filhos e nos aspectos referentes ao cuidado e manutenção da família; entende-se por “cuidado” [...] a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas” (ARAUJO e SCALON, 2005, p.22), porém, para muitas autoras, esses cuidados não são apenas tarefas ou atividades mecânicas e sim “construção subjetiva das emoções, do afeto e da solidariedade” (ARAUJO et al, 2005 p. 22) construções essas que constituem os indivíduos enquanto ser social:

Essa prática, ao ser socialmente construída e imputada como “responsabilidade” ou naturalizada como “atributo” feminino, se enfraquece como processo social e também onera as mulheres. Ou seja, as formas de viabilizar o *cuidado* nos âmbitos privado e público, numa dinâmica de tempo cada vez mais marcada por imperativos econômicos, afetam a vida dos homens, mas sobretudo a das mulheres (ARAUJO e SCALON, 2005, p.22).

As críticas apresentadas por várias autoras, a essas políticas de combate à pobreza, centrada na família e que têm a mulher como responsável direta pelo acompanhamento do programa são derivadas do fato de se apresentar a mulher como sua principal interlocutora ou como sujeito partícipe. Entretanto, o tratamento que é dado à mulher é voltado para a esfera da reprodução, com isso fixando papéis tradicionais de gênero, pois o programa de combate à pobreza, em especial o Bolsa Família, tem como uma das suas estratégias “ a entrega direta de recursos ou atividades de capacitação que reforçam habilidades consideradas adequadas às

donas de casa e mãe não trabalhadoras”, (CARLOTO, 2006), apesar, da maioria das mulheres beneficiárias desses Programas tentarem conciliar tanto o trabalho produtivo (formal ou informal), quanto o trabalho da esfera da reprodução e o acompanhamento do programa.

De acordo com Carloto (2006) e Lavinias (2012), as políticas de assistência em particular as denominadas de combate à pobreza, apresentam benefícios qualitativamente baixos ou insignificantes que, na sua maioria, não são capazes de promover autonomia financeira; são programas seletivos, focalizados e temporários que não são capazes de erradicar a pobreza de fato, entretanto “reduz a intensidade da pobreza e a magnitude da indigência e sua severidade”. (LAVINAS, 2012, p.36).

2.2.2 Programa Bolsa-Família e a Condição da Mulher

Abordar o fenômeno da condição da mulher beneficiária do programa bolsa família, bem com as relações de gênero é compreender que “o conceito de gênero é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre eles” (CARLOTO, 2006, p.142), relações essas baseadas em desigualdades, assimetrias e subordinação, portanto relações construídas a partir de hierarquias e de poder.

Há que também enfatizar a importância do conceito de gênero, em especial para análise de políticas, pois este enfatiza a construção social e política de cada sexo, sua dimensão simbólica que se materializa em divisões sexuais, assimetrias e hierarquizações reproduzidas institucionalmente, quer no plano macro – pelo Estado, a igreja e o mercado – quer no plano de micropolíticas, pela família e a escola, por exemplo. É quando o masculino e o feminino se desprendem de sexo, ainda que o corpo e a sexualidade sejam referências importantes. Por exemplo, o homem tido como “afeminado” é socialmente desprezado tanto porque “traiu” a prerrogativa de ser superior, um homem, quanto porque “aderiu” ao campo dos inferiores, as mulheres.

Sendo o Bolsa Família um programa de transferência condicionada de renda (PTCR), ele vai demandar algumas atividades para as mulheres que atuam como

principal responsável pela manutenção do programa, atividades essas que, segundo algumas autoras, fixam papéis tradicionais de gênero.

De acordo com Lavinias (2012, p.33), uma das características desse programa é identificar as mulheres como as beneficiárias titulares ou nominais da transferência, na perspectiva de que, “no âmbito das relações de gênero, as mulheres promoveriam um uso mais eficiente e efetivo de um relativamente pequeno alocado a família, evitando assim desperdício e usos indevidos”, entretanto na prática cotidiana, o Estado, a partir de suas políticas sociais reafirma posições de padrões tradicionais de gênero.

Com essas práticas, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, beneficiárias destes programas, responsabilidades ou sobrecargas de obrigações relacionadas à reprodução social. Entendendo como elementos básicos de desigualdades entre homem e mulher a divisão sexual do trabalho e a subutilização dos tempos sociais femininos, a partir do momento em que o Estado, através de suas políticas sociais, gera trabalho reprodutivo e subutiliza esses tempos sociais femininos, ele conseqüentemente determina um menor tempo dessas mulheres para o trabalho remunerado, condição essa que, segundo Lavinias (2012), é determinante para o autonomia das mulheres:

Não existe “efeito BF” na construção de uma percepção valorizante do trabalho remunerado feminino, que, no nosso entender, é central no processo de autonomização das mulheres no âmbito das relações assimétricas de gênero (LAVINAS, COBO, VEIGA, 2012, p.51).

Lavinias, Cobo e Veiga ainda reiteram esse posicionamento ao citar Chant (2007) sobre pesquisas realizadas por essa teórica em três países em desenvolvimento, onde é evidenciado que “só renda não é suficiente para operar o empoderamento das mulheres” ou nas palavras de Chant, “gendered poverty goes well beyond the question of income” (2007, p.337, *apud* LAVINAS, 2012, p.51).

Mais do que renda, as mulheres necessitam de *inputs*, entendidos como meios de desobrigar as mulheres de suas funções domésticas e reprodutivas no âmbito das relações sociais de gênero (LAVINAS, COBO e VEIGA, 2012, p.51).

Sendo assim, Araujo e Scalon vão tecer críticas às políticas sociais atuais quando estas não consideram as transformações ocorridas nas famílias e nas

relações entre homem e mulher, principalmente considerando esses novos arranjos familiares e a inserção da mulher no mundo do trabalho.

As políticas sociais pecam por não satisfazerem às novas necessidades das relações sociais em contexto em que homens e mulheres trabalham fora e até a idade madura; não existem mais famílias extensas, o envelhecimento da população é progressivo {.}. A ausência de uma contrapartida social e pública que ofereça redes de segurança e atenção gera um déficit de *cuidado*, particularmente no tocante a crianças, enfermos e idosos, com impactos especiais sobre as mulheres. Em contexto de precariedade socioeconômica, como no caso brasileiro, tal impacto tende a ser ainda maior. (ARAUJO e SCALON, 2005, p.22).

O programa traz consigo a ideia da maternidade e/ou maternagem quando ele desenvolve mecanismos que reforçam a histórica associação das mulheres com a maternidade e as atividades pertencentes à esfera reprodutiva. É importante salientar que ao direcionar as mulheres *ao cuidado* vai se valorizando no programa aspectos ligados à maternidade e à maternagem, percebendo-se, com isso, uma desvalorização ou um “não lugar” às políticas sociais na área de creches, escolas em tempo integral e outras políticas que abdicariam das ou desonerariam as mulheres dos trabalhos relacionados ao cuidado e a esfera da reprodução.

Para Carloto e Mariano,

a mulher a partir de seus papéis na esfera doméstica ou de reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações, tanto como titular do benefício quanto no cumprimento das condicionalidades impostas (Carloto e Mariano, 2009, p?).

Reiterando o dito acima:

O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças e adolescentes [...] Iguualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo: grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. (CARLOTO e MARIANO, 2009, p.902).

O uso desses tempos sociais femininos e do desenvolvimento de atividades na esfera da reprodução se dá nestes programas através das condicionalidades, pois vários autores vão enfatizar que é preciso atentar para os riscos da cristalização dos papéis sociais de gênero, principalmente na esfera da reprodução social, pois essas práticas podem estar sendo retomadas através desses programas de transferência de

renda condicionada, que percebem a mulher como sujeito principal para a execução e manutenção do programa.

2.3 AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA

Segundo Sardenberg (1999) “gênero é uma categoria fundamental para se saber como as mais diversas formações sócio-históricas nominaram e organizaram as divergências socialmente construídas a partir da percepção das diferenças sexuais”. Dessa forma, utilizaremos esse construto para compreender a relação entre o programa de transferência de renda – PBF e a condição social das mulheres envolvidas neste, assim, necessário se faz lançar um olhar sobre as condicionalidades exigidas pelo programa ou as contrapartidas sociais, as quais dão a tônica ao PBF.

As *contrapartidas* sociais é o termo utilizado pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) para definir as condicionalidades do programa nas áreas de saúde e educação que precisam ser cumpridas pelo núcleo familiar como condição para manutenção e recebimento mensal do benefício, entretanto, as famílias atendidas pelo programa podem vir a ter os seus benefícios suspensos ou cancelados caso haja o “descumprimento de condicionalidade” (DECRETO Nº 5.209, 2005, p.15).

Dessa forma, pretendemos analisar essas condicionalidades e como elas podem influenciar no desenvolvimento da cidadania das famílias beneficiárias do programa e ainda como ao ser associadas ao direito refletem sobre as questões de empoderamento e/ou autonomia das mulheres no sistema de gênero. Destacamos que o conceito de cidadania adotado neste estudo é o mesmo utilizado por Coutinho (2000), o qual percebe a cidadania como o direito de todos os indivíduos se apropriarem dos bens produzidos coletivamente, ou seja, cidadania enquanto mecanismo que possibilita a reapropriação dos bens sociais, materiais e culturais; contudo, sem perder de vista a dimensão “histórico-processual” (p.55) dessas relações sociais.

Segundo Carvalho e Fernandes (2009), essa estratégia de políticas com condicionalidades parte da premissa de que programas de transferência de renda não constitui um fim em si mesmo. Mesmo sendo compreendido como um importante

instrumento de superação da pobreza era necessário estar aliado a outras práticas capazes de promover a emancipação das famílias beneficiadas em diferentes aspectos. Para Patrus Ananias⁵ (2006 e 2007),

O Bolsa Família constituiria uma “política emancipadora”, na medida em que o cumprimento das condicionalidades, com maior acesso aos serviços públicos de educação e saúde, levaria ao rompimento do processo de reprodução intergeracional da pobreza (ANANIAS, 2007, p3.).

Para muitos teóricos, associar o recebimento da transferência monetária às condicionalidades no que se refere à educação e saúde, possibilitaria que as crianças pobres tivessem um maior tempo de escolaridade, conseqüentemente ficassem afastadas do mundo do trabalho o que possibilitaria melhores oportunidades na vida adulta, rompendo assim, um ciclo de pobreza geracional extrema.

Segundo Rosana Freitas (2008), as condicionalidades dos programas de transferência de renda objetivam melhorar os níveis educacionais, impedir a evasão escolar, o trabalho infantil e melhorar os indicadores de saúde e nutrição.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social, na área de educação, a família precisa comprovar a frequência mínima de 75% de carga horária escolar mensal de crianças ou adolescentes de 6 a 17 anos de idade e que compõem as famílias beneficiárias. Já na área de saúde, o cumprimento da agenda de saúde e nutrição para famílias beneficiárias requer que tenham em sua composição gestantes, nutrizes ou crianças menores de 7 anos de idade; o que caracteriza as condicionalidades para as famílias beneficiárias.

Dessa forma, compreendemos que ao mesmo tempo em que as condicionalidades impõem responsabilidades às mulheres beneficiárias no cumprimento do programa, as condicionalidades também podem proporcionar uma queda nas desigualdades históricas do país, na medida em que permitem ou oportunizam educação e saúde a uma parcela da população que não teve esses direitos garantidos ao longo dos anos.

De acordo com a literatura, com relação às condicionalidades no programa, existem opiniões divergentes sobre o seu uso ou não nas políticas, existem autores que rejeitam as condicionalidades sob a alegação de que o simples fato da condição

⁵ Patrus Ananias de Souza – Ministro do Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome, do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, nos períodos de 2004 a 2010.

de cidadão, garante aos indivíduos o acesso aos serviços sociais básicos, enquanto outros defendem as contrapartidas sobre inúmeros argumentos, principalmente pelo argumento de que tais exigências podem servir como estratégias para favorecer o acesso aos serviços sociais básicos, e assim romper o ciclo de pobreza.

Nessa perspectiva, percebe-se uma contradição com relação às contrapartidas, já que elas podem ser analisadas por diferentes perspectivas, entretanto é importante ressaltar que nas discussões sobre relações desiguais entre homens e mulheres, e ainda com relação ao empoderamento da mulher na esfera familiar é fundamental haver divisões mais simétricas e iguais com relação às responsabilidades dos domicílios. Isso tem de ser dar principalmente com as atividades relacionadas à esfera do cuidado, pois o empoderamento no plano familiar passa pela justa divisão de responsabilidades com o cônjuge, responsabilidades essas de ordem financeira e doméstica.

Nessa perspectiva, entende-se que as condicionalidades do PBF proporcionam a presença de crianças e adolescentes na escola por um período do dia, sendo uma ação significativa para promoção de acesso à educação. Entretanto, esse elemento não se caracteriza como meta em curto prazo, haja vista que educação é um processo contínuo e sistêmico e que seus resultados demandam um tempo mais longo, isso se pensarmos no programa como uma ação imediata de alívio à pobreza e transformação social.

É mister salientar que para as políticas sociais atuais a educação é considerada como elemento essencial para a promoção do capital cultural e social de crianças, conseqüentemente busca-se educar em um período maior (tempo de escolarização) e um número maior de crianças (universalizar o acesso), visando assim, reduzir ou erradicar a transmissão intergeracional de pobreza.

À medida que se pensa nas condicionalidades no âmbito educacional, pode-se pensar ainda na qualidade dessa educação. Será que ela promove aprendizagem, conhecimento e cidadania de fato? São visualizados esses resultados nos testes padronizados? Existe uma política educacional efetivamente comprometida com um processo de formação e ensino? Há condições de trabalho e valorização salarial dos docentes? Há qualidade nas estruturas físicas das escolas, participação dos pais e cidadãos em geral, articulação entre as políticas públicas? Essas e outras questões

nos permitem refletir sobre o programa como um todo, as suas condicionalidades e todos os sujeitos que estão envolvido no PBF.

Salientamos que refletir sobre as condicionalidades é discutir sobre a qualidade dessa política pública e as possibilidades de empoderamento das mulheres enquanto titulares e responsáveis pelo programa; portanto, compreendendo que “empoderamento é a tradução literal do inglês empowerment; significa atribuir poder às mulheres, elevando, por exemplo, sua auto-estima” (SAFFIOTI, 2004 p.93) ou empoderar, que significa “possuir alternativa(s) sempre na condição de categoria social” (p.114). Entretanto, a autora enfatiza que para o sujeito possuir alternativas, ele precisa dominar saberes a respeito de si e dos outros enquanto categoria social que demandam, partilham e disputam o poder;⁶ poder como “processo cotidiano e infinito [...] mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais” (p.13), pois essas conquistas vão se dar no coletivo de lutas, onde o sujeito se reconhece enquanto sujeito político e social.

Nesta perspectiva, o empoderamento precisa ser uma ação coletiva, que transforma ou eleva as mulheres enquanto categoria social, já que historicamente foram tratadas numa condição de exploração-dominação. Para tanto, Saffioti vai enfatizar que:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo) liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente a responsabilidade é delas, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficiente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil (SAFFIOTI, 2004, p.114).

Dessa forma, é importante perder o “olhar inocente” sobre o construto empoderamento feminino ou empoderamento da mulher e como esse é percebido pelas políticas sociais, para não se incorrer em erros de percebê-lo como uma ação individual, que não transforma o sujeito feminino e ainda não é capaz de superar as relações de exploração – dominação que envolvem as relações de gênero; entretanto,

⁶Segundo Foucault“ o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduo é um dos primeiros efeitos de poder (FOUCAULT, 1981, *apud* SAFFIOTI, 2004,p.13

é importante salientar que com relação ao programa bolsa família o significado ou as percepções de empoderamento ou autonomia pode adquirir vários sentidos: como ter maior independência em relação ao companheiro, maior poder de consumo, tanto para os filhos como consumo pessoal, poder de circulação, relação menos hierarquizadas com os membros da família, o sentido e o significado de empoderamento.

Com base nas leituras realizadas, percebemos que há uma quantidade significativa de estudos que argumentam que os programas de transferência de renda condicionada reduzem a pobreza, melhoram indicadores de educação e de saúde e aliviam vários outros sofrimentos. Entretanto, há também um forte debate a respeito da efetividade dos programas e se as transferências de renda deveriam ser condicionadas ou não, e o que de fato representa essas políticas a nível global.

Segundo Pessaro (2006), o programa é considerado assistencialista, na medida em que,

não opera melhorias efetivas na qualidade de vida das famílias beneficiárias, é incapaz de controlar efetivamente o cumprimento das condicionalidades e não apresenta metas nem incentivos à melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos (*apud* CARVALHO e FERNANDES, 2009, p.379).

Contudo, as pesquisadoras Lavinias, Cobo e Veiga vão enfatizar que esses programas de transferência condicionada de renda

introduzem uma ruptura de paradigma na forma de enfrentamento da pobreza, ao criarem mecanismos regulares de transferências monetárias de renda aos grupos marcados por alto grau de destituição e exclusão social (2012, p.32).

E ainda que “tais grupos estavam absolutamente desprotegidos, sem recursos a qualquer mecanismo de mitigação da miséria, mesmo que temporário” (LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012, p.32). Entretanto, para Lavinias (2007), a contrapartida condiciona o direito constitucional à assistência, ao cumprimento de exigências numa situação em que os potenciais beneficiários já se encontram em situação de extrema vulnerabilidade. Para autores como Medeiros, Britto e Soares (2007) exigir que a

população mais pobre cumpra contrapartidas⁷ implica uma negação do direito de receber parte da riqueza socialmente produzida.

⁷ De acordo com orientações do MDS, ao ingressar no programa, a família se compromete a cumprir as condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, que são manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola e cumprir os cuidados básicos em saúde (cumprimento de calendário de vacinação para as crianças entre 0 a 6 anos, e a agenda pré e pós - natal para as gestantes mães em amamentação).

3 A PESQUISA: OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentam-se os caminhos metodológicos percorridos na perspectiva de atingir os objetivos da pesquisa. Entende-se a metodologia como o caminho do pensamento e a prática que é exercida na abordagem da realidade, ou seja, conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento, o qual inclui as concepções teóricas de abordagem, os instrumentos e técnicas que possibilitam a construção do contexto e ainda o olhar criativo do investigador sobre a realidade pesquisada (GOMES; MINAYO, 2010).

3.1 DELINEAMENTO

Para atingir o objetivo de analisar a condição de vida das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa família no município de Lauro de Freitas, optou-se por desenvolver um estudo teórico - empírico, dentro de uma perspectiva metodológica qualitativa, a qual, segundo Minayo *et al* (2010) trabalha com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes ou seja, um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos sociais.

Para Gil (1999, p.64), o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, diz respeito tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados. Para esse autor, entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas. Dentre os elementos fundamentais para a identificação do delineamento da pesquisa, ele vai enfatizar que “o procedimento adotado para a coleta de dados” é o que melhor caracteriza e identifica o delineamento.

Sendo assim, com base nas discussões/reflexões sobre a condição da mulher beneficiária do PBF e buscando analisar as possibilidades de desenvolver autonomia e transformação ou não, a partir da sua inserção como beneficiária desse Programa, no município de Lauro de Freitas, que é feito o delineamento desta pesquisa; para

tanto, é analisado o PBF, suas condicionalidades e a possibilidade de desenvolver autonomia nas mulheres a partir da efetiva participação no programa.

Compreendemos que pensar na metodologia de trabalho é nos questionarmos: que caminho percorrer para dar respostas às questões de pesquisa? Qual ou quais as metodologias que darão conta do objeto em questão? Quais as concepções teóricas que fundamentará a pesquisa? Em meio a todas essas questões, Augusto Trivinos (1987) vai evidenciar a importância do olhar situado do pesquisador sobre o objeto na busca de ampliar as possibilidades de interpretação sobre os fenômenos, e ainda da relevância das suas impressões pessoais e do posicionamento:

O pesquisador por coerência, por disciplina, deve ligar a apropriação de qualquer ideia à sua concepção do mundo, em primeiro lugar, e, em seguida, inserir essa noção no quadro teórico específico que lhe serve de apoio para o estudo dos fenômenos sociais (TRIVINOS, 1987, p. 13).

Ratifica-se que a pesquisa tem como objetivo investigar a condição da mulher beneficiária do PBF e a possibilidade de desenvolver autonomia na perspectiva de gênero a partir da atuação das mulheres beneficiárias no referido programa, confrontando as relações de gênero, os tempos sociais femininos e a divisão social do trabalho.

Problematizou-se a condição de existência das mulheres nos aspectos social, material e simbólico relacionando-os às políticas de transferência de renda (PBF) e o papel desses sujeitos no cumprimento das condicionalidades, além da possibilidade de autonomia ou transformação desses sujeitos na relação direta com o programa. Sendo assim, o problema da pesquisa constitui no seguinte questionamento: em que medida o Programa Bolsa Família possibilita ou promove a autonomia das mulheres que atuam como sujeitos coparticipantes do Programa?

Entende-se que as questões de pesquisa são fundamentais para o processo de elaboração e execução da investigação. Segundo Yin, é a partir das questões de pesquisa que irá se definir o melhor método ou os métodos da pesquisa. De acordo com Yin,

A definição das questões de pesquisa é provavelmente o passo mais importante a ser dado no processo de pesquisa. O segredo é entender que

suas questões de pesquisa possuem tanto substâncias quanto forma (2010, p.31).

Sendo assim, trabalhou-se com as questões gerais sobre os construtos do programa e ainda as questões direcionadas com intuito de problematizar o objeto da pesquisa.

Desta forma, para melhor compreensão do problema desdobraram-se três questões norteadoras da investigação (i) Quais as condições objetivas e subjetivas em que vivem os sujeitos que são beneficiados por esse Programa? (ii) Quais as atividades e atribuições sociais que as mulheres desempenham enquanto responsáveis pela família na efetivação e manutenção do Programa? (iii) Quais as percepções das mulheres sobre o Programa, com relação à autonomia, a divisão sexual do trabalho, os tempos sociais femininos e ao seu empoderamento em diversos tipos de relações sociais?

Na busca de respostas para as nossas questões de pesquisa e para melhor problematização do objeto, optamos pela combinação entre ensaio a partir da revisão bibliográfica e pesquisa empírica. Com o intuito de obter maior rigor metodológico, desenvolvemos um estudo de caso, pois segundo Robert Yin, (2010, p. 24) “o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Portanto, o desejo de utilizar como método o estudo de caso se dá pela necessidade de maior compreensão do problema estudado e uma “interpretação em contexto” (ANDRE e LUDKE, 1986, p. 18), com isso compreendendo as ações, as percepções e as interações dos sujeitos, o contexto onde os mesmos estão inseridos e as suas problemáticas.

De acordo com Yin (2010, p.32), o estudo de caso é preferido no exame dos eventos contemporâneos, e conta com muitas técnicas utilizadas nas pesquisas históricas, porém, são incluídas as técnicas de observação direta dos eventos e as entrevistas, técnicas essas que geralmente não são usadas nas pesquisas históricas. Yin enfatiza que o grande diferencial do estudo de caso é a capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – e que o mesmo deve fazer generalizações analíticas ou generalizações teóricas buscando análises mais detalhadas e a ampliação da compreensão dos fenômenos.

Segundo Robert Yin:

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. (Yin, 2010, p. 39).

É importante salientar que o método de estudo de caso possibilita a utilização de pesquisas qualitativas e quantitativas, sendo assim, para melhor desenvolver essa pesquisa, optou-se pela perspectiva qualitativa e investigou-se a condição das mulheres beneficiárias do programa, através do estudo de caso de algumas famílias moradoras do bairro de Itinga (Lauro de Freitas). A seleção das famílias participantes da pesquisa ocorreu através de contatos realizados na Central da Bolsa Família – instituição municipal que realiza a gestão do Programa no município.

A abordagem com ênfase qualitativa permite conhecer as condições sociais dos sujeitos pesquisados e ainda possibilita uma relação mais próxima entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa.

Como delineamento desta pesquisa que visa investigar e analisar a condição da mulher beneficiária do PBF elegeu-se como procedimentos adotados para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa empírica, integrando dados estatísticos levantados através da Central de Gestão da Bolsa Família, órgão de gestão municipal de Lauro de Freitas. Para a realização da coleta de dados, apropriou-se da técnica de observação direta, a qual segundo Marconi e Lakatos (2010), reúne a observação e a entrevista.

Para coleta de dados empíricos, foi realizada entrevista semiestruturada e observação. Segundo Gil (1999, p.118), “a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social, sendo eficiente para obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano”.

As entrevistas e observações foram realizadas no conjunto residencial Dona Lindu, conjunto habitacional popular, o qual segundo a Central do Bolsa Família apresenta um número significativo de famílias beneficiárias do programa. Esse conjunto fica localizado no bairro de Itinga.

As entrevistas foram direcionadas às mulheres beneficiárias do programa que são chefes de famílias ou não, atentando-se para contemplar mulheres beneficiárias

que exerçam algum tipo de trabalho formal ou informal. Pretende-se com esse instrumento obter maior nível de detalhamento da real situação de vida desses sujeitos pesquisados; salienta-se que durante a realização das entrevistas foi realizada ainda a técnica da observação como instrumento auxiliar para análise da realidade concreta.

3.2 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS

Utilizaram-se como instrumentos adotados para coleta dos dados as técnicas de observação direta dos eventos e as entrevistas a partir de um roteiro.

De acordo com Gil (1999) e Richardson (1999), a observação constitui elemento fundamental para a pesquisa científica, pois ela é sistematicamente planejada, registrada e ligada a proposições as quais dá validade às análises dos fenômenos observados.

A observação é uma técnica imprescindível na pesquisa social, e seu uso é valorizado na coleta de dados, ela pode ser conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Já a entrevista, Gil enfatiza que “é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (1999, p.117).

A entrevista é uma das principais fontes de informação para o estudo de caso, sendo imprescindível para compreensão dos eventos da realidade,

as entrevistas de estudo de caso exigem que você opere em dois níveis ao mesmo tempo: satisfazendo a necessidade de sua linha de investigação, enquanto, simultaneamente, apresente questões “amigáveis” e não “ameaçadoras” em suas entrevistas abertas (YIN, 2010, p.133).

Portanto, para direcionar as entrevistas, foram construídos roteiros semiestruturados, pois isso possibilitou que as entrevistadas discorressem sobre o tema em questão sem se limitar às indagações formuladas pela entrevistadora, ou seja, fica propício à ampliação das informações solicitadas.

Para Cervo e Bervian (1996), o entrevistador não deve confiar demasiadamente na sua memória, nesse sentido, optou-se por utilizar equipamento eletrônico para a gravação das entrevistas, pois este permite absorver todo o material

fornecido pelo entrevistado. Essas informações foram posteriormente transcritas, e em seguida, analisadas e os resultados, apresentados na presente dissertação.

3.3 PROCEDIMENTOS

Na perspectiva de atender aos objetivos propostos por este estudo e as diretrizes previstas para uma pesquisa no campo das Ciências Sociais que se descrevem, a seguir, as etapas que foram percorridas ao longo da realização da pesquisa. É importante ressaltar que uma pesquisa no campo das Ciências Sociais considera aspectos como a historicidade do objeto e do contexto onde este está inserido, a relação dialógica e de identidade entre o investigador e o objeto a ser pesquisado, já que a pesquisa lida com indivíduos que por implicações “culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo, tem um substrato comum de identidade com o investigador”. (GOMES; MINAYO, 2010).

Com relação aos procedimentos desta pesquisa, inicialmente foi realizada a revisão de literatura para dar sustentação às discussões propostas ao longo deste estudo que discute o Programa Bolsa Família e as relações de gênero que estão imbricadas neste programa de transferência de renda condicionada.

Dando continuidade, foram estabelecidos os objetivos e a metodologia para a realização da pesquisa de campo.

Ao longo desse processo foi definido o público-alvo da pesquisa e elaborado os instrumentos de coleta de dados, o roteiro semiestruturado que consta no Apêndice A e também foi redigido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Após esta etapa, o estudo foi encaminhado para Plataforma Brasil, para cumprir os trâmites do Comitê de Ética, o qual foi aprovado e tem como nº do CAAE: 19567813.700005600 e como nº do parecer 550.735. Parecer em anexo (Anexo A). Em seguida, deu-se início à coleta de dados.

Por meio de visita realizada (agendada previamente) à Central do Bolsa Família, foi passado pela coordenadora desta instituição para a pesquisadora o contato

telefônico de mulheres beneficiárias do PBF e moradoras do Conjunto Habitacional D. Lindu, que participava com mais frequência das atividades desenvolvidas neste órgão.

Em seguida, foi realizado contato por telefone com as mulheres indicadas pela Central do Bolsa Família e agendado dia e horário para a realização das entrevistas. É importante destacar que assim que se deu início às entrevistas as próprias mulheres moradoras do Conjunto Habitacional indicavam outras para participar da pesquisa.

Destaca-se ainda que a escolha das mulheres pesquisadas se deu aleatoriamente buscando constituir uma amostra representativa ou indicadora de tendências.

Todas as mulheres participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram entrevistadas individualmente, nos seus próprios apartamentos, de acordo com a disponibilidade de dia e horário de cada uma delas, com isso, assegurando privacidade no relato de suas histórias de vida. Todas as entrevistas foram gravadas para que nenhum dado se perdesse.

Foram entrevistadas um total de 20 mulheres ao longo do período de 8 meses, as entrevistas duravam em média de 30 a 40 minutos, na maioria das vezes, os filhos das entrevistadas estavam em casa ou retornando da escola. Durante a entrevista, foi possível realizar observação do cotidiano das entrevistadas, a sua relação com os filhos, as falas não ditas, os olhares, as expressões, pois muitas das falas silenciadas desvelavam-se significativamente em expressões e olhares.

É importante destacar que as entrevistas aconteciam com uma certa fluência quando os companheiros das entrevistadas não estavam em casa, e que quando os mesmos chegavam, havia uma certo constrangimento ou timidez por parte das mulheres entrevistadas, frequentemente aligeirando as entrevistas.

As entrevistas foram realizadas basicamente no final da tarde, quando as entrevistadas retornavam dos seus trabalhos ou já tinham realizado todas as atividades domésticas.

Para efeito de coleta de dados, como já foi apresentado anteriormente, foi utilizada a observação, entrevista semiestruturada e a análise documental, entretanto é importante salientar que a análise e a interpretação dos dados são procedimentos fundamentais para a compreensão de uma pesquisa na sua totalidade.

Ao proceder com a análise dos dados, o pesquisador estará munido de todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e todas as informações disponíveis que subsidiaram a pesquisa.

A análise e interpretação dos dados são procedimentos imbricados, que mantêm uma estreita relação entre si e dizem respeito ainda à visão de mundo do pesquisador e as teorias que embasam sua prática, pois as análises e interpretações dos dados consideram os conhecimentos obtidos anteriormente pelo pesquisador.

De acordo com Antonio Carlos Gil,

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (Gil, 1999, p.168).

Corroborando com a citação acima e ampliando entendimento sobre as análises dos dados, Andre e Ludke (1986, p.45) enfatizam que a análise de dados consiste na “organização de todo material, procurando identificar tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado”.

Para as informações obtidas a partir das entrevistas, as quais foram registradas em gravações e, posteriormente transcritas, foram estabelecidas categorias de análise considerando o método de análise de conteúdo. Este, segundo Bardin (1977 *apud* TRIVIÑOS, 1987), refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações tendo em vista a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens; sendo que a categorização, descrição e interpretação compõem etapas essenciais.

De acordo com Moraes (1999, p.17), os autores se referem a diferentes etapas inerentes à análise de conteúdo usando diferentes terminologias que, entretanto, assemelham-se. Nesse sentido, para Moraes, as etapas são apresentadas, a saber:

a preparação das informações, unitarização ou transformação do conteúdo em unidades, categorização ou classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação (MORAES, 1999).

Ainda com relação às etapas que compõem análise do conteúdo, Trivinos (1987) denomina as fases como pré- análise, descrição analítica e interpretação inferencial, contudo o autor chama atenção para as abordagens e tratamento das técnicas utilizadas durante a análise para não incorrer no risco do não desvelamento dos fenômenos investigados.

Não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem [...]. Os investigadores que só ficam no conteúdo manifesto dos documentos seguramente pertencem à linha positivista (TRIVINOS, 1987, p.162).

Com relação às análises dos dados obtidos nas entrevistas, inicialmente foi realizada a sua transcrição, em seguida os dados foram submetidos a tratamento.

Salienta-se que o roteiro de entrevista (Apêndice A) foi dividido em dois itens, I. Identificação da entrevistada e seu grupo familiar domiciliar e II. Condição do sujeito feminino, autonomia e o PBF.

Na primeira situação, buscou-se tabular os dados referentes à identificação da entrevistada e seu grupo familiar domiciliar, os dados foram tabulados buscando identificar percentual referente a idade, cor/raça, estado civil, quantidade de filhos grau de instrução, quantitativo de pessoas que moram na casa e contribui com os gastos, ocupação, se trabalha registrado; compondo assim um total de 12 análises, em seguida foi construído um quadro-referência(Apêndice C) o qual buscou mapear o perfil das mulheres entrevistadas.

Com relação aos dados coletados no roteiro de entrevista no segundo item que trata sobre o sujeito feminino, autonomia e o PBF foi realizada a preparação das informações, a transformação do conteúdo em unidades, construção de categorias empíricas, descrição e interpretação dos dados obtidos, confrontando os argumentos da literatura e os resultados dos dados obtidos na pesquisa.

A análise dos dados, está estruturada numa parte descritiva com dados sobre as condições de vida das mulheres beneficiárias do programa e as percepções das

mulheres no que diz respeito ao Programa Bolsa Família e a perspectiva de gênero, dando ênfase às categorias autonomia e empoderamento. Essas categorias envolvem opiniões relacionadas a percepções e práticas quanto às questões de gênero, às atribuições das mulheres, à divisão sexual do trabalho, aos tempos sociais femininos e maternidade, por fim, dados sobre o programa baseados nos seus documentos considerando a perspectiva de gênero confrontando com as propostas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

A parte descritiva apresenta ainda tabelas e os depoimentos transcritos das mulheres entrevistadas, com objetivo de ampliar a compreensão das análises. Para identificar as entrevistadas, utilizamos a letra “E” referente a “Entrevistada “ seguida da numeração para identificá-las apenas para efeitos desse estudo. Considera-se que este método de análise possibilita níveis de compreensão mais aprofundados dos fenômenos proposto e conseqüentemente atenderia aos objetivos da pesquisa.

3.4 LOCAL E SUJEITOS DA PESQUISA

O estudo sobre o Programa Bolsa Família e as relações de gênero não foi uma decisão que ocorreu de maneira aleatória. Este estudo se delineou de um processo reflexivo sobre a condição da mulher, moradora do município; que precisava conciliar emprego, família e ainda o acompanhamento das condicionalidades do programa, principalmente nos aspectos educacionais; fator esse primordial para o pagamento ou cancelamento da bolsa; condição essa que, por sua vez, exigia dessas mulheres mais uma responsabilidade de cunho burocrático para acompanhamento e recebimento de uma política social.

Entender a condição de existência dessa mulher, mãe, trabalhadora, chefe de família e ainda corresponsável pelo acompanhamento com eficiência desta política social foi uma das minhas inquietações; desta forma, constituem como sujeitos da pesquisa, mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, do município de Lauro de Freitas, estado da Bahia.

O universo desta pesquisa é composto por uma população de aproximadamente 13 mil famílias beneficiárias do PBF; desse universo recorreu-se a

uma amostra arbitrária, selecionando do cadastro vinte mulheres responsáveis diretas pelo recebimento e gestão do recurso, em idade ativa, no exercício ou não do trabalho produtivo. Não se pretende expansões dos dados conseguidos daí considerarmos a amostra arbitrária, ou seja, não estatisticamente significativa mais indicadora de tendências.

Lauro de Freitas é um dos dez municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador (RMS), o município foi criado mediante a Lei de n.º 1753 de 27 de julho de 1962, sancionada pelo então governador do Estado da Bahia, Juracy Magalhães, em 31 de julho do mesmo ano, data considerada como criação da cidade. A figura 01 apresenta a localização e extensão territorial do município.

Figura 1: Localização de Lauro de Freitas



Fonte: <http://maps.google.com.br>

O município apresenta como limites as cidades de Salvador, capital do Estado da Bahia, Simões Filho, Camaçari e a oeste o Oceano Atlântico. Segundo o IBGE, em 2012 sua população foi estimada em 171.042 habitantes espalhados em quase 60 km². A figura 02 apresenta a sua localização com relação à região Metropolitana de Salvador.

Figura 2: Localização de Lauro de Freitas – RMS



Fonte: <http://maps.google.com.br>

É importante ressaltar que o município é um dos menores, em extensão territorial da Região Metropolitana de Salvador, entretanto seu crescimento populacional é destacado, pois sua urbanização se manifesta com mais intensidade, tendo a primazia de ser a área de maior concentração demográfica e de urbanização acelerada.

O município de Lauro de Freitas, antiga Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, data a sua fundação em 1608, a partir do nascimento da missão de Santo Amaro do Ipitanga instalada pelo bispado de D. Constantino Barradas, aqui se instalando a Paróquia de mesmo nome, já se encontrando nessas terras, índios tupis e tupinambás.⁸ Mais tarde, em virtude de sua proximidade com o mar, o que favorecia o escoamento da produção agrícola, instalou na região engenhos de açúcar, iniciando assim um processo de utilização de mão-de-obra escrava africana, desenvolvendo-se ali uma população local composta por índios e negros. Esse é um fato relevante, pois ainda hoje o município apresenta um número considerável de afrodescendentes ou negros.

⁸ Cf: DIAS, Patrícia Chame. "Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança de perfil da população" In: Conjuntura e Planejamento. Salvador: SEI, nº 124, p.29-35, Setembro de 2004. PARANHOS, Emanuel e FREITAS, Gildásio. *Cartilha Histórica de Lauro de Freitas* Lauro de Freitas, 1993.

Lauro de Freitas é um município marcado por uma grande divisão social. De um lado, pessoas com alto poder aquisitivo, que trabalham e estudam em Salvador, ou na Região Metropolitana, e que utilizam a cidade como lugar de descanso nos fins de semana, por conta de suas belas praias e seus condomínios de luxo. De outro lado, pessoas com baixo poder aquisitivo, que em sua maioria trabalham como empregadas domésticas, prestadores de serviços ou no mercado informal, em condição de vida extremamente precária, no que diz respeito à moradia, trabalho, saúde, educação e outros equipamentos e serviços.

Atualmente, o município passa por um processo de expansão populacional e imobiliária intenso, apresentando uma demanda cada vez maior por políticas sociais ou por atenção mais significativa do poder público.

O *locus* da investigação foi o bairro de Itinga, uma vez que é o bairro mais populoso da cidade, com mais de 70 mil habitantes (Censo Demográfico, 2010), e com um aspecto social relevante para a investigação, pois, segundo dados da Central de Gestão da Bolsa Família, esse bairro condensa um número significativo de beneficiários do programa. No bairro de Itinga, optou-se pelo Conjunto Residencial D.Lindu, novo empreendimento imobiliário do bairro, o qual tem capacidade para receber aproximadamente 5 mil pessoas: é dividido em três setores, sendo (A, B e C), e foi destinado para famílias com renda de zero a três salários mínimos.

O Conjunto Residencial D. Lindu foi construído através do Programa Minha Casa, Minha Vida, entregue aos moradores no ano de 2011, sendo que muitos dos moradores contemplados estavam escritos no Cadastro Único, eram beneficiários do Programa Bolsa Família e não tinham casa própria.

Durante as entrevistas, foi possível observar o contentamento ou a satisfação dos moradores com relação às novas moradias, pois muitos relatavam que viviam em casas em situação de risco ou ainda vivendo do bolsa aluguel. Entretanto, observamos que essas moradias atuais não são arejadas, com cômodos minúsculos e não apresentam nenhum aparato para o recebimento dos moradores, a exemplo de creches públicas, escolas, postos de saúde, área de lazer; contudo, por outro lado, essas moradias são construídas com materiais duráveis e saneamento considerado adequado, a exemplo de rede geral de água e esgoto e coleta direta de lixo. As figuras 3 e 4 apresentam imagem do Conjunto Residencial.

Figura 3 e 4: Imagens do Conj. Residencial D. Lindu



Fonte: Arquivo da Pesquisa de Campo (2013)

Historicamente a população brasileira pobre não é proprietária das suas moradias ou geralmente vive em condições de moradia e infraestrutura social extremamente precárias, sem saneamento básico ou com o mínimo de dignidade, com isso percebe-se o nível de satisfação dessas mulheres com relação à casa própria.

3.5 MAPEANDO AS MULHERES ENTREVISTADAS

Os dados seguintes apresentam o perfil dessa população pesquisada com relação a variáveis referentes à idade, cor/raça, estado civil, grau de escolaridade, quantitativos de filhos e moradores por residências, participação na contribuição com os gastos e mercado de trabalho, com objetivo de traçar um perfil ou mapear essas mulheres pesquisadas.

De acordo com a pesquisa de campo, as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família entrevistadas apresentam idades muito variadas, compreendendo a faixa etária de menos de 20 anos a mais de 60 anos. A caracterização destas, com relação à idade é apresentada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da idade das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D.Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Menor de 20 anos		
21 a 39 anos	18	80
60 anos	1	10
61 a mais	1	10
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, percebe-se que 80% das mulheres participantes da pesquisa estão em idade que varia de 21 a 39 anos, totalizando 80% das participantes, com isso é possível perceber que a maioria das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que moram no Conjunto Residencial D. Lindu tendem a ser jovens e em idade ativa.

Destacamos que das mulheres pesquisadas somente uma se encontra na faixa etária de 40 a 60 anos, o que corresponde a 5% e também apenas uma na faixa etária acima de 61 anos.

Considerou-se relevante para a pesquisa saber como as mulheres se autoidentificam quanto a sua cor/raça. A Tabela 2, a seguir, mostra os dados revelados.

Tabela 2 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da autoidentificação quanto à cor/raça das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

COR/RAÇA	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Branca		
Parda	10	50
Preta	9	45
Amarela		
Indígena	1	5
Outras		
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação à distribuição por cor/raça das mulheres que compõem o universo pesquisado, constata-se que 95% são pardas ou pretas, nenhuma das entrevistadas se declarou branca e apenas (1) 5% se declarou indígena, a distribuição condiz com a caracterização da população pobre do país e com relação ao município de Lauro de Freitas o qual tem uma população significativa de negros e pobres.

Os dados obtidos referentes ao estado civil das mulheres participantes da pesquisa são apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto ao estado civil das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Solteira	15	75
Casada	4	20
Separada/ divorciada	1	5
Viúva		
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 3, observa-se que há um número significativo de mulheres que se consideram solteiras, entre as entrevistadas, sendo um total de 15 (75%) mulheres, entretanto é importante salientar que mesmo se considerando solteiras, a grande maioria convive com o companheiro. Das mulheres participantes da pesquisa, 4 (20%) são casadas e apenas 1 (5%) está separada recentemente do companheiro.

Todas as mulheres participantes da pesquisa afirmam ter filhos. O número de filhos variou de 1 a 6 filhos, conforme a Tabela 4, que segue.

Tabela 4 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de filhos das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

N° DE FILHOS	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Um	3	15
Dois	5	25
Três	5	25
Quatro	6	30
Cinco		
Seis	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação ao número de filhos das mulheres pesquisadas, nota-se que a grande maioria tem de dois a quatro filhos. Destas, 6 mulheres o que equivale a (30%) possuem quatro filhos; Já 5 das mulheres entrevistadas o que equivale a (25%) possuem três filhos e o mesmo quantitativo de mulheres (5 ou 25%) possuem dois filhos.

Do grupo de mulheres entrevistadas, apenas 3 mulheres, ou seja (15%) possuem um filho, e apenas uma mulher (5%) possui 6 filhos.

A Tabela 5 apresenta os dados encontrados com relação à escolaridade das mulheres pesquisadas.

Tabela 5 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto ao grau de instrução das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Ensino Fundamental Incompleto	11	55
Ensino Fundamental Completo		
Ensino Médio Incompleto	4	20
Ensino Médio Completo	4	20
Ensino Superior	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os dados apresentados, observa-se que todas as mulheres participantes da pesquisa tiveram acesso à educação formal. Sendo que a maioria das mulheres apresentam o Ensino Fundamental incompleto, fazendo um total de 11 mulheres, o que refere-se a 55% das entrevistadas. Quatro (20%) mulheres informam ter o Ensino Médio incompleto e a mesma quantidade, 4 (20%) também revelam ter concluído o Ensino Médio. Das entrevistadas, apenas 1 (5%) informa ter Ensino Superior.

Com relação ao número de pessoas que vivem nas residências das mulheres beneficiárias do PBF, os dados encontrados estão apresentados na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de pessoas que moram na casa das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

Nº DE PESSOAS QUE MORAM NA CASA	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Um	1	5
Dois	1	5
Três	7	35
Quatro	1	5
Cinco	4	20
Seis	3	15
Sete	2	10
Oito	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Na tentativa de compreender a socialização da renda da família, buscou-se estabelecer um paralelo entre o número de pessoas que contribuem com os gastos e a quantidade de pessoas que vivem na casa. Neste caso, constata-se que, de acordo com os dados apresentados, o número de moradores que vivem nas residências das mulheres beneficiárias do PBF, varia de 1 a 8 pessoas, com destaque para as residências que possuem três moradores, as quais totalizam 7

(35%) das mulheres entrevistadas. É importante destacar que nas residências que possuem três moradores, a sua maioria é composta pela entrevistada (mãe) e dois filhos – com isso, percebe-se que a mulher é única pessoa adulta da família que possui renda, conseqüentemente essa mulher é reconhecida como a provedora da família.

Quatro (20%) das mulheres entrevistadas convivem com cinco pessoas por residências, neste caso, percebe-se que geralmente nessas residências existe a presença de um homem adulto, a entrevistada e três crianças, ou seja, essa entrevistada convive com o companheiro, que na maioria das vezes não é o pai biológico das crianças, mas por conta dessas novas famílias reconstituídas eles assumem com as entrevistadas o papel de pai.

Três (15%) das entrevistadas convivem com seis pessoas nas residências, e duas (10%) convivem com sete pessoas nas residências, nesse caso, o que totalizam (5) mulheres há um número excessivo de moradores se levarmos em consideração os tamanhos das residências, referindo-se a pessoas por metro quadrado.

As demais mulheres entrevistadas, particularmente quatro (20%) cada uma delas convivem com 1 pessoa, 2 pessoas, quatro pessoas e 8 pessoas. Nota-se que as famílias mais numerosas geralmente são compostas pelas entrevistadas, seus filhos e seus netos, ressalta-se que em alguns casos, os netos são filhos das filhas, que na maioria das vezes ainda são menores de idade, com isso, produzindo mais demandas financeiras para estas famílias que já vivem em condição acentuada de pobreza.

A Tabela 7 apresenta os dados referentes ao número de pessoas que moram nas residências das mulheres entrevistadas beneficiárias do PBF e contribuem com os gastos, segue a Tabela.

Tabela 7 – Distribuição das frequências absolutas e relativas do número de pessoas que moram e contribuem com os gastos nas casas das mulheres beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

PESSOAS QUE CONTRIBUEM COM OS GASTOS	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Mulher	6	30
Mulher e companheiro	10	50
Mulher e filhos	1	5
Mulher e outros parentes	3	15
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 7, do grupo de mulheres entrevistadas, 10 (50%) informaram que tanto elas quanto seus companheiros contribuem com os gastos. Destaca-se que 6 (30%) das mulheres entrevistadas informaram que só as mesmas mantêm suas casas, ou seja, essas mulheres são consideradas a pessoa de referência da família, geralmente é a única pessoa adulta do domicílio e são responsáveis por todos os gastos com a família.

Já 3 (15%) das mulheres entrevistadas informaram que ela e outros parentes (a exemplo de mãe e irmãos) contribuem com os gastos. Somente 1 (5%) informou ser responsável pela despesa da casa juntamente com o filho.

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de 1970, em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização (BRUSCHINI, 2000, p 85) sobre o mercado de trabalho a participação da mulher beneficiária do PBF os dados obtidos encontram-se a seguir, na Tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que trabalham formal ou informalmente beneficiárias do PBF, no Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

Nº DE MULHERES QUE TRABALHAM	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não	13	65
Sim	7	35
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação aos dados apresentados na Tabela 8, constata-se que as mulheres beneficiárias do PBF entrevistadas 13 (65%) estão desempregadas e 7 (35%) estão exercendo trabalho remunerado, é importante ressaltar que a maioria das mulheres trabalham informalmente e desempenham funções que variam de trabalhadoras domésticas, diaristas, revendedoras e auxiliar de serviços gerais.

Percebe-se que se trata em sua grande maioria de trabalhadoras em tempo parcial, de empregos precarizados e informais. Segundo Hirata apud Duque –Arrazola (2010, p.233) a subjetividade dessas mulheres revelam “a vontade de permanecer numa atividade remunerada, a despeito da penúria geral do emprego”, por conta da sua carga de responsabilidade social de gênero com a reprodução social da família e ainda como provedora do seu bem-estar.

Dessa forma, percebe-se que o desemprego ou emprego precarizado aparece como a maior fonte de vulnerabilidade da população pobre, principalmente quando esta condição está atrelada ao gênero e a raça.

Destaca-se ainda que há a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho em consequência do aumento da renda da familiar, “a sua renda tem ajudado a arcar com os gastos da família e a defender o nível socioeconômico adquirido, evitando maior deterioração na situação de bem-estar” (BRUSCHINI, 2000, p. 89), entretanto, de acordo com o mapeamento do perfil das mulheres pesquisadas muitas são responsáveis diretas pelo bem-estar da família, portanto, na maioria das vezes a renda feminina pode ser, e geralmente é, a única renda do domicílio proveniente do trabalho produtivo.

Foi perguntado às mulheres participantes da pesquisa quais das entrevistadas trabalham ou trabalhou de carteira assinada. A Tabela 9, a seguir apresenta os dados obtidos.

Tabela 9 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que trabalham ou exercem trabalho registrado, beneficiárias do PBF, moradoras do Condomínio Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

TRABALHA OU TRABALHOU REGISTRADO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não	10	50
Sim	10	50
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os dados apresentados na Tabela acima, 10 (50%) das mulheres informaram que nunca trabalharam de carteira assinada e 10 (50%) mulheres informaram que sim, que já trabalhou ou trabalha registrado.

Considerou-se relevante conhecer quais dos moradores das residências das mulheres beneficiárias do PBF têm renda proveniente do trabalho registrado. Os dados são apresentados na Tabela 10, a seguir.

Tabela 10 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de moradores que têm renda proveniente do trabalho registrado nas residências das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

RENDA PROVENIENTE DO TRABALHO REGISTRADO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Nenhum dos moradores	14	70
Companheiro	3	15
Mulher	1	5
Filho	1	5
Mulher e companheiro	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Percebe-se, de acordo com os dados apresentados, que 14 (75%) das mulheres entrevistadas informaram que nenhum dos moradores da residência possuem renda proveniente do trabalho registrado, percebendo-se assim, que tanto as mulheres quanto os homens das residências pesquisadas trabalham informalmente. Três (15%) das entrevistadas informaram que seus companheiros trabalham de carteira assinada, enquanto só 1 (5%) das entrevistadas relatou exercer

trabalho registrado. Contudo, apenas 1 (5%) das entrevistadas informou que ambos trabalham de carteira assinada.

Em resumo, mapeamos algumas informações obtidas quando do estudo de caso, identificando as beneficiárias do PBF, residentes no Conjunto Residencial D. Lindu. São mulheres pobres, que tendem a conviver com alto nível de vulnerabilidade e de exclusão social. Negras em sua grande maioria, desempregadas ou empregadas em atividades de baixo rendimento e sem cobertura trabalhista, aliás tanto elas como os cônjuges. Além disso, registra-se baixo capital cultural quanto a estudos e possivelmente com alta carga de responsabilidade para a sobrevivência do grupo doméstico, já que grande parte dos membros da família de residência, que tendem a ser mais de 3 membros, não colaboram para o orçamento familiar. Ou seja, no plano de necessidades materiais, o PBF de fato viria a colaborar para minimizar situações de pobreza extrema.

No capítulo seguinte, revisita-se o debate sobre as condições de vida e mais – discute-se sobre empoderamento e sentidos do PBF segundo os depoimentos das entrevistadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente capítulo, são apresentados e discutidos os resultados obtidos nesta pesquisa que teve por objetivo analisar a condição de vida de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e moradores do Conjunto Habitacional D. Lindu, situado no município de Lauro de Freitas-Ba, no bairro de Itinga.

É importante salientar, que a pesquisa foi realizada exclusivamente com mulheres titulares do PBF, e que o debate sobre a condição de ser sujeito, autonomia e o lugar do Programa Bolsa Família se orientou primeiro para identificar a história de vida das mulheres entrevistadas, fazendo o possível de ter como ponto de inflexão quando elas passaram a receber o benefício, a fim de identificar se nas percepções das mulheres sobre sua história de vida o PBF ocupa lugar de destaque e de que forma.

Destaca-se que nesta seção serão apresentados os dados obtidos através das entrevistas com as mulheres beneficiárias do PBF e que para garantir o sigilo quanto à identificação das entrevistadas, ao apresentar os depoimentos citados no corpo do texto, será utilizada a letra “E” referente à “Entrevistada” seguida da numeração para identificá-las apenas para efeitos da pesquisa.

4.1 PERCEPÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PBF SOBRE SUAS FAMÍLIAS

As análises dos dados com relação à percepção da mulher sobre suas famílias indicam tendências comuns às famílias em situação de pobreza. Geralmente essas famílias convivem em uma “rede de parentesco” (Bruschini, 2000) seus domicílios são formados por mães, padrastos, filhos de diferentes relacionamentos, avós e até mesmo vizinhos. Nesta rede de parentesco, os cuidados são divididos e socializados entre as pessoas que vivem no mesmo domicílio. Essa convivência enseja relações de solidariedade, ajuda mútua e conflitos, pois no seio da família há

muito espaço contraditório onde se materializa diversas relações. Ou seja, nas famílias, as relações são dinâmicas e contraditórias.

Sendo importante destacar que a família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações que se estabelecem entre o sujeito e a sociedade, portanto, básica para a integração indivíduo e sociedade:

A família brasileira, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de práticas de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência [...] (Ferrari; Kaloustian 2008, p.11).

De acordo com a PNAS/2005, pode-se considerar que se está diante de uma família quando se encontra com um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Já o Cadastro Único define um conceito de família para tratar os sujeitos beneficiários do programa sociais. Nessa ordem, o conceito de família é estendido ou ampliado para todos os indivíduos que compartilham um domicílio comum: “família, unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, e eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos os moradores em um mesmo domicílio” (DECRETO n° 6135, 2007. Art. 4° inciso 1). Esses dois sentidos de família são vivenciados pelas mulheres entrevistadas, nota-se que para elas a família tem um sentido mais extenso e compreendem todos os que vivem juntos ou estabelecem qualquer relação de solidariedade.

Com base na pesquisa, percebe-se que para as mulheres beneficiárias do PBF a família é compreendida como sinônimo de dificuldade e superação, e faz parte de uma rede de obrigações e solidariedades. As mulheres afirmam ter convivido com muitas dificuldades, tanto na sua família original quando criança, quanto nesta nova família constituída, porém salientam que sentem a necessidade de todo dia estar superando essas dificuldades para poder garantir uma vida melhor para os filhos:

Minha relação familiar é um pouco complicada, desde que me entendo por gente me sinto independente, pois tive pouca relação com meus pais biológicos, vivi com uma família de criação que foi boa, porém sentia falta dos meus pais, casei duas vezes e tenho três filhos desses relacionamentos e agora estou feliz, estou casada de novo com meu velho (E. 4) .

Os filhos ocupam o lugar central nessas relações familiares, principalmente para as mulheres/mães. E aspectos como cuidados e proteção pautam as vidas dessas mulheres. Geralmente os filhos são tidos na adolescência e modificam a vida dessas mulheres ao longo dos anos. Muitas delas afirmam,

“Minha alegria é ter meus filhos, embora reconheço que foi muito cedo, pois poderia ter dado continuidade aos meus estudos e organizado melhor a minha vida” (E. 6).

Outra entrevistada complementa essa fala, quando enfatiza:

“Engravidei aos 16 anos por falta de experiência, não sabia que tinha que cuidar da criança, essa época foi muito difícil pra mim [...] vivi sete anos como pai do meu primeiro filho, chegou um tempo que preferi abandoná-lo, hoje moro com outro homem e tenho mais dois filhos [...]” (E. 19).

A partir das transformações ocorridas na sociedade contemporânea, de várias ordens, como a econômica, política, social, e cultural, constatam-se também transformações/modificações nas estruturas familiares ou novas formas de convivências no interior dos seus grupos domésticos. No Brasil vai aumentando cada vez mais as famílias compostas por um indivíduo, as monoparentais, as famílias de casais sem filhos e ainda as de casais do mesmo sexo (ARAUJO; SCALON, 2005) e também as famílias reconstituídas, as quais foram bastante acentuadas no universo da pesquisa. Entende-se por famílias reconstituídas aquelas constituídas depois de separação ou divórcio.

Durante a pesquisa, constatou-se que na maioria das vezes essas famílias são monoparentais ou reconstituídas, destacando-se a existência de filhos de diferentes relacionamentos, sendo, segundo algumas das entrevistadas, um dos motivos ou causa de discussões e conflitos familiares. Conflitos esses baseados principalmente na forma de criação e educação desses filhos.

As mulheres entrevistadas alegam que existe um tratamento diferenciado por parte dos seus companheiros para com os filhos das uniões anteriores. Segundo uma entrevistada:

Minha vida familiar é de bastante conflito, por conta dos ciúmes dele (companheiro) e também pelo tratamento grosseiro que ele tem com minhas duas filhas do meu primeiro relacionamento (E. 6).

É com base nas suas percepções sobre família, que as mulheres investigadas se declaram pessoas de referência. Para uma das entrevistadas “família são meus filhos e podemos contar uns com os outros” (E. 10). É com esse mesmo entendimento de pessoa de referência da família que a entrevistada (E. 9) relata os seus relacionamentos conjugais, bem como seus termos e as responsabilidades com relação aos cuidados e proteção com os filhos: “Minha família é relacionada a muito sofrimento e preocupação. Ainda grávida da primeira filha, fui abandonada pelo meu companheiro, morei sozinha com duas filhas em uma casa muito precária, em seguida com mais um filho fui abandonada de novo e precisei ser o pai e a mãe dos meus filhos” (E. 9).

No que diz respeito à pessoa de referência, no Brasil houve um crescimento de 37,2% (Censo Demográfico, 2010) da participação da mulher como pessoa de referência da família. Já na pesquisa em questão constata-se que as mulheres beneficiárias investigadas em sua maioria são consideradas “Pessoa de referência” da família, mesmo levando em consideração que muitas delas convivem com seus companheiros. Essas mulheres são jovens, pois se encontram na faixa etária entre 24 a 39 anos, ou seja, 80% das entrevistadas e ainda são consideradas negras, já que com relação à distribuição cor/raça 50% se autoidentificam pardas e 45% se autoidentificaram pretas, dando um total de 95% das mulheres negras e jovens.

Dessa forma, é coerente supor que no universo de famílias pobres chefiadas por mulheres exista uma ocorrência maior entre aquelas chefiadas por mulheres negras, pois existem mais famílias negras em situação de pobreza e miséria. (CARLOTO; MARIANO, 2009) Entretanto autoras como NOVELINO, 2004; CASTRO, 1999; LAVINAS, 1996, vão enfatizar que a feminização da pobreza comporta diferentes perspectivas, mas fundamentalmente se nutre do alto grau de discriminação que sofrem as mulheres no mercado de trabalho onde recebem rendimentos menores que os homens e por desempenharem atividades menos qualificadas.

[...] Não significa que estariam os trabalhadores homens no campo e na cidade em condições ideais ou mesmo razoáveis. Por outro lado, sempre respinga na mulher, nas crianças e nos jovens o aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora, não só em termos de orçamento familiar, mas também em termos de vitimização por evidências no público e no privado, no âmbito doméstico (CASTRO 1999, p. 90).

Diante do exposto, constata-se que a percepção das mulheres beneficiárias do PBF sobre suas famílias apresenta uma diversidade de compreensões, contudo de comum, a materialidade de suas vidas. São mulheres partícipes de famílias efetivamente pobres, cujos responsáveis têm baixo grau de escolaridade e precárias condições de trabalho. São mulheres que compartilham a noção de família como instituição socializadora e ampliada, baseada em altos níveis de solidariedade. Para essas mulheres, a família é básica na perspectiva de tentar driblar a pobreza e as desigualdades. Segundo uma entrevistada “família é um ajudando o outro, e fico muito feliz de ter o apoio de meus irmãos, minha irmã e minha mãe para poder criar meus filhos” (E. 13).

4.1.1 Percepção das mulheres beneficiárias sobre o “ser mulher”

Historicamente as relações de gênero são pautadas em relações de poder, de hierarquia, de prestígio, que naturalizam e cristalizam a dominação masculina e destinam às mulheres a uma posição subalterna de minoridade e de submissão (FAGUNDES, 2005). É a partir da tentativa de compreender como as mulheres beneficiárias do PBF percebem a sua condição enquanto mulher e buscando compreender a construção dessa identidade feminina e suas implicações na sociedade contemporânea que se analisa os dados encontrados nesta pesquisa.

Destaca-se que a identidade feminina é socialmente construída e que, ao longo da vida, mulheres e homens vão vivenciando papéis diferenciados, que geralmente diz respeito a relações desiguais e assimétricas:

Para além da diferença biológica e sexual entre homens e mulheres, as sociedades elaboram de maneira diferenciada social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores e costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. (CAMPOS; TEXEIRA, 2010, p.21).

Segundo Fagundes (2005) antes mesmo do nascimento de uma criança, diferenças entre meninos e meninas compõem o imaginário social e ocupam os pensamentos, as expectativas e atitudes dos adultos que as aguardam.

Mesmo entendendo que essas relações de diferenças vão se dar no campo das desigualdades, historicamente vai se perpetuando essa ideia de superioridade e de hierarquia fazendo com que as mulheres vivenciem situação de dominação/opressão constante.

Dessa forma, percebe-se que a sociedade “cria” diferenças, que a maioria das vezes é naturalizada para tratar ou justificar as identidades de homens e mulheres.

Portanto, desde o início da nossa cultura, a menina tem aprendido que ser mulher é saber cuidar da casa, das crianças, do marido, lavar, passar, cozinhar etc. Aprende também que ser mulher é adotar a postura do servir, do estar a dispor, de obedecer, sempre a uma figura masculina, (pai, irmão, marido), já os meninos, também desde cedo, aprendem que ser homem é ser forte, viril, corajoso, e que devem estar no comando das experiências do outro, nesse caso o outro, as mulheres, e assim vão se sedimentando ideias e práticas não igualitárias.

No entanto, ao abordar com as mulheres da pesquisa, ou seja mulheres de específica classe e raça sobre suas percepções sobre o que é ser mulher, sua trajetória como mulher, seus sonhos e desejos, inicialmente buscou-se compreender os seus diferentes olhares sobre a questão.

Segundo as entrevistadas, a “condição” de mulher em nenhum momento foi percebida como algo fácil, principalmente considerando as suas condições objetivas e subjetivas de vida. Condições essas baseadas em relações de desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais. A priori, percebidas como indivíduos que historicamente não se constitui como sujeitos femininos de direitos. Os depoimentos seguintes ilustram a percepção das entrevistadas sobre “ser mulher”:

[...] Ser mulher nunca foi um mar de rosas [...] sempre relacionado a muito sofrimento, vivi muitos conflitos familiares por ser mãe solteira muito cedo, sem renda e duas filhas para criar sozinha. (E. 2)

[...] Ser mulher é ser guerreira, é sobreviver a todos os tipos de sofrimentos. (E. 7)

[...] Sempre foi muito difícil ser mulher, principalmente considerando os contratempos que tive [...] tive meu primeiro filho na adolescência, o pai do meu filho era errado e ainda passei um ano na casa de detenção feminina. (E. 17)

Com base nos depoimentos, percebe-se que essas mulheres relatam histórias de vidas baseadas em sofrimento, desigualdades, discriminação, dominação, opressão e muitas outras categorias relacionadas as múltiplas desigualdades, que podem estar associadas à classe, gênero, raça e geração, entre outros sistemas de descrição de posições sociais. Mas principalmente a combinação de tais sistemas. Note-se que à questão sobre o que é ser mulher, uma faz referência à mulher mãe adolescente; outra à mulher que esteve em uma relação com um “homem errado”; ou à mulher que passou por experiência de prisão: ou à mulher ‘chefe de família’. Ou seja nenhuma delas se referiu a uma mulher essencializada, genérica.

Muitas das entrevistadas informam que não são capazes de explicar ou definir com clareza o que é ser mulher, porém lembram-se das dificuldades vividas na infância, dos tratamentos diferenciados que eram dados por seus pais com relação aos seus irmãos, e ainda das discriminações sofridas por serem mulheres, negras, pobres, mães solteiras, com baixo nível de escolaridade etc.

Insiste-se, as entrevistadas relacionam a sua condição de mulher, atrelada à condição de ser mãe, e conseqüentemente ser a pessoa de referência da família, situação essa que traz uma carga excessiva de responsabilidades na criação e no cuidado dos filhos e companheiros.

As mulheres entrevistadas percebem excessos de trabalhos desenvolvidos na esfera da reprodução e que os mesmos não são valorizados, muitas delas relaciona o ser mulher às atividades relacionadas à proteção e aos cuidados dos seus familiares.

[...] Não sei bem explicar o que é ser mulher, porém difícil mesmo é a responsabilidade de ser mulher e mãe, e cuidar sozinha da casa e dos filhos. Ser mulher e mãe é muita luta (E. 11)

[...] Ser mulher é acordar cedo trabalhar cuidar dos filhos, ser guerreira do dia-a-dia (E. 14).

[,,] Ser mulher é ser dona de casa, cuidar dos filhos, da família, participar de tudo que diz respeito às crianças. [...] Ser mulher é difícil casei cedo, tive filhos cedo e nunca aprendi com minha mãe como cuidar de casa, da família, do bebê (E. 19).

No entanto, por não compreender os arranjos que regem esse modelo de sociedade e as ideologias que permeiam as desigualdades de gênero, muitas das

entrevistadas continuam alimentando os seus sonhos e desejos de construção de outra possibilidade de vida. Note-se que a educação formal e sua idealizada associação com mobilidade social é figura comum das narrativas dessas mulheres e que no horizonte dessas perspectivas, os filhos, poder colaborar para que eles tenham uma vida melhor são referências constantes. Tais narrativas questionam o conceito de empoderamento que não passe por vivências, limites nessas e a ética de cuidados, quando os filhos, ou seja, a responsabilidade com estes, além de carga é uma gratificação, um refúgio, uma forma de empoderar-se, ainda que no plano da micropolítica, ou no privado.

[...] Meu sonho é voltar a estudar para ter um bom emprego e dar um bom futuro para os meus filhos, para que não sigam o exemplo da mãe. Sonho em mudar de vida voltar a estudar, fazer faculdade e me estabelecer no mercado de trabalho (E. 5)

[...] Sonho em concluir o 2º grau, fazer uma faculdade, ter um bom emprego, enquanto isso pretendo ir trabalhando para ajudar minha família, [...] quero ver meu filho crescer e casar, ver os meus netos (E. 15).

[...] Cursar uma faculdade para assim conseguir melhorar as condições de vida dos meus filhos, pois tenho consciência que eles merecem ter um pouco mais de conforto (E. 20).

Dadas as condições de vida dessas mulheres, baseadas em dificuldades em todos os âmbitos, algumas das mulheres expressam uma falta de expectativa com relação às possibilidades de mudanças, evidenciando um desânimo, como se já estivessem consumidas por todas as adversidades vividas, assim percebe-se nesse universo pesquisado diferentes grupos de mulheres, mulheres que carregam expectativas positivas perante suas condições de vida e outras consumidas e desmotivadas. Esses sentimentos são expressos em depoimentos de outras entrevistadas:

[...] Não tenho mais projetos, sonhos ou desejos, quero apenas trabalhar, pagar minhas contas e se possível viver em paz se tem ninguém perturbando a minha vida (E. 8).

[...] Antes tinha muitos sonhos, de estudar, ter um bom emprego, ter uma família, hoje desistir de tudo isso [...] e faço apenas trabalhar e criar meu filho sozinha, pois agora não tenho mais pai, nem mãe. (E. 14).

A partir desses depoimentos, é possível perceber que as desigualdades produzidas no cerne da sociedade capitalista atingem a todos os indivíduos, mas

particularmente as mulheres, expondo-as a uma total vulnerabilidade, usurpando sonhos e utopias, restringindo à condição de opressão, dominação, exclusão do espaço público e de qualquer possibilidade de cidadania.

De acordo com as mulheres entrevistadas, as suas percepções sobre ser mulher estão relacionadas a ter força, a ser provedora, a ser capaz de assumir sozinhas as responsabilidades com os filhos e a casa. Para muitas das mulheres, “ser mulher é ser digna de si mesmo. É não depender de ninguém, eu estou separada há 8 anos e crio minhas duas filhas sozinhas, pra mim isso é ser mulher” (E. 13).

As entrevistadas revelam que ser mulher para elas sempre foi uma tarefa difícil, principalmente quando consideram os contratempos que tiveram na vida, como: trabalhar muito cedo, não poder estudar, cuidar da casa e dos irmãos mais novos, muitas destacam na atualidade principalmente as responsabilidades de ser mulher e mãe e ter que cuidar sozinha dos filhos. Segundo uma das entrevistadas, “ser mulher e mãe é uma luta” (E. 11). A partir dessa fala, percebe-se as dificuldades vividas por estas mulheres que precisam conciliar o ser mulher e a maternidade, demonstrando assim as responsabilidades que lhes cabem.

Todas essas dificuldades com relação à vida dessas mulheres foram constatadas pela pesquisadora ao observar as suas condições objetivas de vida: precisam cuidar dos filhos, levando em consideração os aspectos objetivos e subjetivos, pois grande parte dos filhos são frutos de relacionamentos anteriores, em que os pais não assumem a corresponsabilidade na criação, deixando exclusivamente para as mulheres a responsabilidade desses filhos, hoje em famílias reconstituídas.

É mister salientar que, para a maioria das mulheres entrevistadas, o ser mulher está relacionado à força física, a ser batalhadora, a não poder errar, a assumir a responsabilidade com os filhos como se fossem as únicas responsáveis por eles.

A tentativa de compensação da vida dos filhos, ou seja, tentar garantir que os filhos tenham uma vida menos sofrida que as suas (nota-se um sentimento de culpa por não poder dar os bens materiais, afeto e até mesmo o nome do pai no registro) é percebida na fala das entrevistadas quando questionadas com relação aos seus sonhos, desejos e expectativa enquanto mulher. Essas mulheres expressam uma culpabilização constante no que concernem as suas condições de vida.

Ao serem questionadas sobre seus sonhos e desejos 7 (35%) das mulheres respondentes dão ênfase a sua inserção no mercado de trabalho, dar continuidade aos estudos e conseqüentemente conseguir um trabalho melhor que garanta para a sua família uma melhor qualidade de vida, 3 (15%) das entrevistadas relatam como sonhos ou desejos ver os filhos felizes, e quando as mesmas se referem a felicidade dos filhos, acrescentam o desejo de vê-los formados, trabalhando e casados (principalmente as meninas).

Na maioria das vezes os sonhos estão ligados diretamente à felicidade e a possibilidade de uma condição de vida para os filhos, melhor do que a que as mesmas tiveram.

Para essas mulheres, melhorar de vida é ver a família progredir e segundo Sarti (2005, p. 85) “o trabalho é concebido dentro dessa lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar” e possibilita a realização dos sonhos, desejos e expectativas.

Os sonhos geralmente referem-se a um desejo concreto de ser inserida no mercado de trabalho, para a partir daí mudar a sua vida e a vida dos seus filhos. “Sonho em ter um trabalho para dar o melhor para minha família” (E. 16), entretanto, mesmo muitas dessas mulheres não estando no mercado de trabalho formal elas veem o trabalho como uma possibilidade de crescimento, a exemplo da entrevistada (E. 1)⁹ que desde muito cedo trabalha como empregada doméstica:

Hoje venho procurando outros tipos de emprego, até mesmo de empacotadora, mas que tenha a possibilidade de crescer, pois o que eu mais queria na vida era ter a possibilidade de estudar para ter no futuro uma profissão melhor (E. 1).

Tais afirmações reforçam o desejo premente das mulheres pobres de obter uma boa inserção no mercado de trabalho ou mesmo serem inseridas nesse. Percebe-se que existe uma expectativa latente das mulheres entrevistadas em se preparem melhor para serem inseridas no mercado de trabalho, porém numa sociedade capitalista não há lugar para todos no mercado de trabalho, com isso muitas dessas mulheres vivem a vã esperança de que, preparando-se melhor teriam a

⁹ Entrevistada 1 tem 31 anos, quanto a sua cor e raça se considera negra, tem uma filha de três anos de idade trabalhou a longo de sua vida como empregada doméstica, porém sempre trabalhou registrada, está desempregada a 2 anos. Fonte: Pesquisa de campo realizada pela autora (2013).

garantia do trabalho e conseqüentemente estarem envolvidas em situações em que sejam vistas e que se considerem com mais dignidade.

No capitalismo nunca couberam todos, porque é um sistema de acumulação implacável de capital, não um sistema social, o que torna qualquer expectativa de “pleno emprego” veleidade crédula, a não ser que se mudem radicalmente os pressupostos dessa sociedade, implicando a superação da postura liberal capitalista. (DEMO, 2005, p. 12) .

Com a precarização e flexibilização do trabalho, particularmente para as mulheres, predominam os contratos de trabalho temporário, terceirizados e informais, sem garantia de direitos trabalhistas e sociais. Contudo, constata-se que as mulheres revelam uma vontade de permanecer numa atividade remunerada mesmo considerando a penúria geral do emprego, dado ao peso de suas responsabilidades sociais de gênero com a reprodução social da família e ainda ou principalmente por ser na maioria das vezes provedoras do bem estar das famílias. (Duque-Arrazola, 2010)

Para Araujo e Scalon (2005), o significado do trabalho pode ser pensado por três ângulos: como fonte de realização pessoal – que pode conferir *status* e constituir elemento de afirmação econômica; como elemento de apropriação de autonomia do indivíduo, ou seja, a realização pessoal torna-se secundária e a necessidade econômica imperativa; ou como elemento que permanece central na constituição das identidades do indivíduo.

Porém, constatou-se durante a pesquisa realizada que o acesso das mulheres pobres ao trabalho remunerado permanece condicionado pela domesticidade de suas relações, “como se fosse uma dimensão exterior as suas vidas” (ARAUJO; SCALON, 2005, p.19), portanto, o lugar do trabalho está orientado principalmente às condições materiais de sobrevivência dessas mulheres:

A segregação ocupacional por gêneros se mantém, reorganiza-se a divisão sexual do trabalho e mantêm-se as imagens de gênero da ideologia patriarcal que definem as mulheres como “força de trabalho secundária”, complementar e de altos custos, comparado aos homens, em razão dos custos indiretos com a maternidade e os cuidados da reprodução. [...] A divisão generizada ou sexuada do trabalho se reproduz nas formas reestruturadas do mundo da produção e do trabalho assalariado contemporâneo. (DUQUE –ARRAZOLA, 2004, p. 222).

Para autoras como Hirata (1997), Duque-Arrazola (2004) e Mota (2010) diante das transformações e inovações tecnológicas e ainda no contexto da reestruturação produtiva tanto as mulheres quanto os homens vão integrar cada vez mais a superpopulação relativa¹⁰ conceito utilizado e caracterizado por Marx como:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população. (MARX, 1994 p.733).

Essa superpopulação relativa ou massa de trabalhadores excluídos vai ser cada vez mais atingida pela precarização do trabalho expressa na deterioração dos salários, flexibilização do emprego, e assim promovendo uma maior informalização das relações de trabalho, conseqüentemente a degradação das condições de trabalho e da proteção social. Todavia, observa-se que esse processo vai atingir também, e em especial, a mulher transformando-a na figura salarial identificada por Hirata (1997) como “figura salarial feminina de crise” ou seja, essa figura vai compor com clareza o perfil das mulheres pesquisadas, trabalhadoras em tempo parcial, de empregos precarizados e informais que tentam agregar a renda proveniente desse trabalho remunerado aos programas de mínimos sociais, como por exemplo os programas de transferência de renda, em especial o PBF.

4.1.2 Percepção das mulheres beneficiárias sobre o PBF

Ao se abordar com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em quais circunstâncias de vida conheceu o programa, passou a ser beneficiária e como este inflexionou sua vida, a maioria das mulheres destacam que quando passou a receber o benefício vivia em condição de vida com muita dificuldade e que o PBF pôde promover um pouco de alívio em meio as suas vidas repletas de dificuldades e

¹⁰ Ver em K. Marx, O Capital, Crítica da Economia Política – Capítulo XXIII (A Lei Geral da Acumulação Capitalista).

pobreza. Sendo assim, é possível afirmar que o Programa é eficiente no que diz respeito ao alívio imediato da pobreza como previsto pelas suas normas.

Das mulheres entrevistadas, 16 (80%) informaram que no período que foram contempladas estavam passando por muitas dificuldades financeiras, principalmente por serem pessoas de referência da família, com filhos pequenos, morando de aluguel ou em condições muito precárias e frequentemente desempregadas. Isto é percebido, inclusive, nas falas das entrevistadas, “[...] quando passei a receber o benefício estava vivendo com muita dificuldade, estava separada e criando os meus três filhos sozinha” (E.3).

Mesmo evidenciando o baixo valor do benefício às mulheres destacam que este proporcionou mudanças nas suas vidas, principalmente considerando a relação de dependência ou de ajuda destas, com os familiares e os vizinhos, “[...] recebo o benefício há cinco anos, quando passei a receber já estava convivendo com meu segundo companheiro e já tinha 2 filhos, o benefício ajudou principalmente nos momentos de aperto quando estávamos nós dois desempregados, antes do bolsa família precisava sempre recorrer a minha mãe” (E. 6).

Segundo LAVINAS (2012), o maior impacto do Programa Bolsa Família consiste em reduzir a intensidade da pobreza e a magnitude da indigência e sua severidade.

Diante das falas das mulheres, constata-se que há uma tentativa de relacionamentos com intuito de acerto, entretanto, observa-se que, cada relação desfeita, traz consigo filhos de pais distintos e que na maioria das vezes esses pais não compartilham das responsabilidades com a criação e educação dos filhos, promovendo mais vulnerabilidade e talvez a reprodução desse ciclo geracional de pobreza.

Das entrevistadas, quatro, ou seja (20%) das mulheres não responderam essa questão; contudo durante entrevista e observação, percebe-se que suas histórias de vida, com relação ao período que foram contempladas com o Programa, não são diferentes dos relatos expostos pelas mulheres que responderam essa questão, Para CARVALHO; FERNANDES, (2009, p. 373) “trata-se, portanto, de famílias efetivamente pobres, cujos responsáveis têm baixo grau de escolaridade e precárias condições de ocupação”.

Segundo a entrevistada (E. 9), quando ela se cadastrou no Bolsa Família “estava grávida, separada e morando numa casa muito precária deixada por minha mãe, logo recebi a visita das assistentes sociais e fui viver do bolsa aluguel e do PBF”.

Segundo a mulher entrevistada:

Depois que passei a receber o benefício, melhorou bastante a minha vida e da minha família, pois era visível as dificuldades que eu passava [...] o recurso chegou numa boa hora, num momento de extrema precisão para mim e minha família (E.6).

Com isso, nota-se que há uma semelhança com relação ao momento em que essas mulheres passaram a receber o benefício, observa-se também que são famílias em situação de pobreza extrema, em condições de moradia e infraestrutura extremamente precárias, mulheres geralmente com filhos menores de idade e pessoa de referência da família, vivendo em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Neste mesmo bloco de questões sobre o PBF, foi abordado como as mulheres utilizam o recurso. Um total de 12 (60%) das mulheres entrevistadas informam que utilizam o benefício principalmente para pagar contas fixas, como: apartamento, água, luz e comprar alimentação; já 4 (20%) das entrevistadas informam que utilizam basicamente com alimentação vestuário e calçados para as crianças, as demais (3 mulheres, 15%) informam utilização diversas, entretanto sempre relacionada a pagamentos referentes ao lar, uso pessoal e/ou compras para as crianças. Apenas 1 (5%) não respondeu.

De acordo com os estudos que discutem sobre o PBF, o valor do benefício é irrisório, contudo, como a condição de pobreza das famílias é bastante acentuada o benefício torna-se relevante e assume um significado real, mesmo que modesto, para as famílias beneficiadas, condição essa exposta por Carvalho e Fernandes:

O Programa alivia a pobreza e a carência das famílias assistidas, mas não produz mudanças efetivas e duradouras na sua situação. Além do pequeno valor da transferência, ele não vem contemplando a questão da inserção produtiva dos seus beneficiários nem desenvolvendo políticas orientadas nesse sentido. Existe a expectativa de que ocorram mudanças a mais longo prazo, com a interrupção do processo de reprodução da pobreza que seria propiciado pelo cumprimento das condicionalidades (CARVALHO; FERNANDES, 2009, p.382) .

Constata-se que o Programa tem viabilizado principalmente o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da alimentação, principalmente considerando que a maioria dessas famílias vivia em condição de pobreza extrema. No caso das famílias pesquisadas, há uma modificação com relação ao uso do recurso, surgindo assim contas fixas, por conta dos novos modelos de moradias, os quais exigem o pagamento dos apartamentos, água e energia elétrica, ampliando assim a utilização dos recursos.

É importante salientar que durante as entrevistas realizadas ficou evidente a importância da manutenção das novas moradias e também a condição de moradia, portanto, o benefício passa a obter relevância fundamental para a manutenção dessas residências principalmente se referindo ao pagamento das mensalidades dos apartamentos, conta de água e energia e ainda a necessidade primária que é a alimentação.

A seguir, na Tabela 11, discrimina-se a utilização do benefício pelas mulheres entrevistadas.

Tabela 11 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da utilização do recurso do PBF pelas mulheres beneficiárias, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

UTILIZAÇÃO DO RECURSO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Pagar conta de luz, água, fazer unha, cabelo e comprar remédio.	1	5
Pagar contas de luz água alimentação e transporte da neta.	1	5
Pagar apartamento, água, luz, alimentação e material escolar.	12	60
Alimentação.	1	5
Alimentação, vestuário e calçados para crianças.	4	20
Não respondeu.	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

4.1.3 Percepção das mulheres beneficiárias sobre as condicionalidades do PBF

Contrapartidas sociais é o termo utilizado pelo (MDS) para definir as condicionalidades do Programa nas áreas de saúde e educação que precisam ser cumpridas pelo núcleo familiar como condição para manutenção e recebimento mensal do benefício.

Com base na pesquisa de campo, fica evidenciado que a mulher (mãe, avó, tia, vizinha) é a pessoa responsável do núcleo familiar de acompanhar a manutenção das condicionalidades do Programa.

Ao serem abordadas sobre se há alguma dificuldade para acompanhar o Programa, a maioria das mulheres entrevistadas disse que não, um total de 85% das entrevistadas não veem qualquer tipo de dificuldade para acompanhar o PBF, apenas 10% das mulheres disseram que sim, veem dificuldades para acompanhar o Programa e apenas uma, ou seja 5% não respondeu essa questão.

Destaca-se que existe uma contradição com relação às respostas obtidas nessa questão. Mesmo que 85% das mulheres entrevistadas informem que não há dificuldades para acompanhar o Programa muitas delas nas suas falas evidenciam que o Programa traz algumas exigências ou dificuldades, entretanto essas exigências são percebidas como obrigações ou deveres.

Algumas entrevistadas salientam que: “[...] Não vejo nenhuma dificuldade para acompanhar o Programa, [...] às vezes dá um certo trabalho, mas é algo que deve fazer, trabalho dá, sobretudo porque tenho que faltar um dia de trabalho” (E. 7). A maioria das entrevistadas enfatiza que o Programa não apresenta dificuldade porém, destaca as formas de conciliar este e suas outras atividades.

É necessário ficar um dia sem trabalhar para ir até a escola solicitar atestados e organizar as vacinas para que no período de recadastramento esteja tudo pronto [...] O programa ajuda com as despesas, por isso não considero fardo, muitos vivem somente disso, por isso deve deixar tudo organizado” (E. 8).

A partir dos depoimentos é possível perceber que mesmo considerando que não há dificuldade em acompanhar o Programa muitas delas que trabalham

compreendem que o Programa traz algumas “dificuldades” principalmente com relação ao seu trabalho remunerado.

Das entrevistadas, apenas 10% das mulheres percebem e destacam dificuldades com relação ao acompanhamento do Programa. Para a entrevistada (E. 9), o Programa “[...] é mais uma obrigação, é mais um trabalho, pois sou obrigada a pesar as crianças e pegar o atestado todo mês, entretanto não deixo de cumprir tais obrigações” (E. 9). Salientam ainda que a maior dificuldade encontrada no Programa é com relação ao desbloqueio do cartão. Quando este é bloqueado por algum motivo, elas informam que é um trabalho burocrático para o desbloqueio e a maioria das vezes há um tempo significativo de espera para o desbloqueio, gerando atraso no recebimento do benefício.

Com relação às condicionalidades do Programa, a questão quatorze¹¹ trata diretamente da temática, contudo para autoras como Freitas (2008) e Carvalho et al (2009) as condicionalidades têm como objetivo melhorar os níveis educacionais, impedir a evasão escolar, o trabalho infantil e melhorar os indicadores de saúde e nutrição, conseqüentemente garantir para as crianças atendidas melhores oportunidades na vida adulta e ainda a interrupção de um ciclo de pobreza intergeracional extrema. Compreendendo as condicionalidades a partir dessa perspectiva, as mulheres pesquisadas conseguem perceber as condicionalidades como instrumento que pode garantir uma melhor condição de vida para seus filhos, mesmo que para isso elas precisem superar obstáculos constantes.

De acordo com a pesquisa de campo, as entrevistadas não percebem nenhuma dificuldade em cumprir com as condicionalidades do Programa. Algumas mulheres enfatizam que as condicionalidades são para o bem das crianças e que a exigência com relação ao peso só acontece duas vezes por ano. Muitas informam que trabalham por turno ou como diarista, portanto, conseguem conciliar o seu trabalho com acompanhamento das condicionalidades.

As entrevistadas que informam ter dificuldade para cumprir com as condicionalidades do Programa alegam principalmente a distância entre os postos de

¹¹ Questão: Fale sobre as condicionalidades do Programa, como se dá o acompanhamento dos filhos na área de educação e saúde, a participação da própria mulher na Secretaria de Assistência Social, se conhece o conselho do programa, se percebe o Programa como mais uma obrigação para as mulheres? Fonte: Roteiro da entrevista. Pesquisa de campo realizada pela autora (2013).

saúde. As mulheres que apresentam essas críticas são geralmente, as que têm uma quantidade maior de filhos em uma faixa etária menor (em média 3 a 4 filhos) e apresentam dificuldades para encaminhar para pesagem, vacina etc.

Com relação a frequentar a Secretaria de Assistência Social, o CRAS ou a Central do Bolsa Família, 17(85%) das mulheres informaram que frequentam uma dessas instituições apenas para o cadastramento do Programa, já 3(15%) das mulheres entrevistadas informaram que frequentam com regularidade tanto o CRAS quanto a Secretaria de Assistência Social principalmente para realizar acompanhamento com psicólogos e/ou assistentes sociais. “[...] Sempre frequento o CRAS, como não tive mãe utilizo muito os trabalhos das assistentes sociais e das psicólogas do CRAS.” (E.18). Uma outra entrevistada enfatiza

“[...] hoje vou com mais frequência ao CRAS e a Central do Bolsa Família, principalmente depois que meu cartão foi bloqueado, pois meu filho fez uma cirurgia e a escola não justificou a falta, precisei andar muito para resolver essa situação ”(E. 15).

Sobre conhecer o Conselho de Assistência Social ou o Conselho do PBF, segue a Tabela 12:

Tabela 12 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que conhecem ou não conhecem o Conselho de assistência Social, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

SE CONHECE O CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não	17	85
Sim	1	5
Não respondeu	2	10
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Das mulheres entrevistadas 17 (85%), disseram não conhecer o Conselho de Assistência Social ou o Conselho do Programa Bolsa Família, apenas 1 (5%) da entrevista informa conhecer o Conselho e 2 (10%) das mulheres entrevistadas não responderam.

Quando perguntamos às mulheres beneficiárias se percebem o Programa como mais uma obrigação ou mais uma responsabilidade encontramos os seguintes resultados. (Ver Tabela 13, a seguir).

Tabela 13 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que percebem o Programa como mais uma obrigação ou não, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

PERCEBE O PBF COMO MAIS UMA OBRIGAÇÃO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não	17	85
Sim	2	10
Não respondeu	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Das mulheres entrevistadas 17 (85%), informaram que não percebem o Programa como mais uma obrigação ou mais uma responsabilidade para as mulheres, muitas das entrevistadas concebem o Programa como uma grande ajuda ou como elemento de sustentação das suas vidas, o que está de acordo com a influência da “precariedade das condições de sobrevivência das suas famílias” CARVALHO; FERNANDES (2009, p. 372).

A entrevistada (E. 3) expõe:

“não acho que o Programa é mais uma obrigação para as mulheres, acho que as condicionalidades são importantes para a manutenção do Programa que é uma ajuda às famílias que precisam.” (E. 3)

Nota-se que, para as entrevistadas, o Programa faz parte da rotina da família e principalmente das mulheres, para elas é mais uma atividade do seu cotidiano:

[...] não vejo o Programa como mais um trabalho e sim uma alerta, porque se não tivesse o Bolsa Família algumas mães não levaria o filho para o posto médico, para tomar vacina ou procurava vaga na escola para matricular os filhos. Para mim, o Programa não é mais uma obrigação e sim uma rotina (E. 4).

Com base na pesquisa, observa-se que muitas mulheres não veem o Programa como direito e sim como um “favor” do Estado “[...] acho que o programa

ajuda nas despesas e muitos vivem disso, portanto, deve deixar tudo organizado” (E. 8), portanto se colocam à disposição do Programa se tornando incapazes de fazer crítica.

Das entrevistadas, 2 (10%) percebem o Programa como mais uma obrigação e enfatizam que “acho o Programa mais uma responsabilidade e não concordo com as mulheres que engravidam com o intuito de aumentar o valor do benefício” (E. 7), somente 1 (5%) das mulheres não respondeu à questão.

4.1.4 Mulher e comunidade

Com relação ao bloco de questões que discute sobre “mulher e comunidade”, os dados referentes à participação das mulheres na comunidade encontram-se na Tabela 14, a seguir.

Tabela 14 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das mulheres beneficiárias do PBF que participam ou não participam da comunidade, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não participa e não conhece a comunidade	7	35
Participa sempre da comunidade	8	40
Participa pouco da comunidade	5	25
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com as respostas, 7 (35%) das mulheres entrevistadas disseram não participar da comunidade, justificando que não participam porque não conhecem, já que os vizinhos são novos e elas não os conhecem nem tão pouco se relacionam com eles. “Não tenho muita convivência com os vizinhos, conheço só os moradores do prédio onde moro, não conheço bem a comunidade e nem participo” (E. 1).

Mesmo havendo um número significativo de entrevistadas que informam não participar da comunidade, há também um número significativo de mulheres que participam e colaboram ativamente na comunidade, ou seja, 8 (40%) das entrevistadas informam que participam bastante da comunidade e se envolvem em questões relacionadas ao seu próprio prédio, e/ou comunidade de um modo geral,

“[...] participo bem da comunidade, me relaciono muito bem com os vizinhos, participo da igreja, organizo bazar e pretendo desenvolver atividades recreativas com as crianças” (E. 2).

Das entrevistadas, 5 (25%) mulheres informam participar pouco da comunidade, justificam que participam apenas quando são convidadas para alguma atividade pelos vizinhos líderes do prédio ou pela associação de moradores.

A despeito das atividades sociais e culturais na comunidade, a maioria das mulheres informa não estarem envolvidas em atividades socioculturais. Destacam que a única atividade sociocultural que há na comunidade é o grupo de capoeira, e as crianças participam. Nota-se que as entrevistadas percebem a importância das atividades socioculturais, e que elas e as crianças não estão por falta de oportunidade, sendo que a que há, a exemplo da capoeira, é sempre bastante valorizada por muitas das entrevistadas. “[...] aqui a única atividade sociocultural é a capoeira, deixo que meu filho participe mesmo me preocupando com a sua segurança” (E. 6).

Mesmo percebendo a falta de estrutura e as dificuldades para a realização dessa atividade, as entrevistadas destacam a sua importância para as pessoas envolvidas e para a comunidade de um modo em geral. Segundo uma das entrevistadas, “Atividade sociocultural só a capoeira, eu gosto muito, pois evita das crianças ficarem na rua [...] no ano passado também tinha um projeto de alfabetização de adultos hoje só tem na capoeira e mais nada” (E. 10).

Quando abordadas sobre suas atividades de lazer, a maioria 15(75%) das mulheres entrevistadas informam que suas atividades de lazer são sempre voltadas para os filhos, a exemplo de ir à praia, parques, *shoppings*. A maioria das mulheres enfatiza que a atividade de lazer realizada com maior frequência são as visitas aos familiares, sendo destacada como atividade de baixo custo e que cabem no orçamento doméstico dessas famílias.

Nota-se que o tempo de lazer das mulheres pesquisadas aparece relacionado com o tempo do “outro” – da casa, dos filhos, do cuidado – geralmente nunca utilizado em proveito próprio. É importante destacar que na sociedade contemporânea houve a redução do chamado tempo livre ou tempo pessoal e conseqüentemente o aumento do tempo dedicado ao trabalho pago. Com relação às mulheres entrevistadas, esse tempo de lazer é submetido à lógica do capital e fracionado entre o trabalho produtivo e o trabalho da esfera da reprodução.

São 3 (15%) das mulheres entrevistadas que destacaram não realizar nenhuma atividade de lazer ou apenas ficar em casa ou em frente ao prédio, já 2 (10%) das entrevistadas não responderam esse questionamento.

Quando questionadas sobre atividades de lazer na comunidade, foi enfatizado por muitas das entrevistadas que há no Conjunto Residencial um parquinho para as crianças e o campo de futebol, entretanto em nenhum momento há um destaque para atividade de lazer em uso pessoal, quando muito, algumas das mulheres explicitam o lazer como ficar um tempo em frente aos prédios conversando enquanto as crianças brincam ou frequentar um bar na localidade.

4.1.5 Divisão sexual do trabalho doméstico

Os estudos realizados sobre a divisão sexual do trabalho apontam que apesar das modificações /transformações ocorridas no mundo do trabalho e da tendência crescente à participação da mulher na esfera pública, essas questões não são determinantes para alterar significativamente as características da divisão do sexual do trabalho doméstico.

Segundo Araujo e Scalon (2005), a reprodução da vida e como ela se efetua varia historicamente e entre as culturas, de acordo com os contextos nos quais os indivíduos estão inseridos, e envolvem recursos tecnológicos, condições econômicas e organizacionais.

Com base nessas modificações/ transformações ocorridas na sociedade, mas que entretanto, não chegam a modificar a as relações de gênero principalmente nas

esferas reprodutivas é que elegemos esse bloco de questões¹² como pistas para o debate sobre a divisão sexual do trabalho doméstico. A Tabela 15 a seguir demonstra os dados encontrados.

Tabela 15 – Distribuição das frequências absolutas e relativas sobre a divisão do trabalho doméstico das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não há divisão do trabalho doméstico	9	45
Divisão do trabalho doméstico entre a entrevistada e filhos.	8	40
Divisão do trabalho doméstico entre entrevistada e companheiro	3	15
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

As atividades domésticas ou as atividades relacionadas à reprodução, as quais envolvem um conjunto de ações necessárias à organização e o funcionamento dos domicílios, o cuidado com as crianças e com os adultos idosos e ainda o uso do tempo livre são determinados pelo modelo de sociedade e moldados historicamente pelas mudanças e transformações socioculturais.

Com relação à divisão do trabalho doméstico, 9 (45%) das mulheres entrevistadas informam que geralmente, nas suas casas não há divisão do trabalho doméstico, 8 (40%) das entrevistadas informam que a divisão das tarefas domésticas são realizadas entre elas (entrevistadas) e seus filhos menores. Apenas 3 (15%) das mulheres informam que há a divisão do trabalho doméstico entre essas e os seus companheiros.

As entrevistadas informam que estando desempregadas ou empregadas são elas que realizam as atividades domésticas, essa situação é relatada pela maioria das

¹² Questão: Como se dá a divisão do trabalho doméstico? Quais as atividades que você realiza no espaço doméstico? Você acha que há desigualdade na relação homem e mulher? Como você divide e organiza os tempos sociais? Fonte: Roteiro da entrevista. Pesquisa de campo realizada pela autora (2013).

mulheres, as quais são as responsáveis por todo trabalho relacionado à esfera da reprodução da vida familiar:

[...] sou eu que faço todo trabalho doméstico de cuidar da casa a ir pagar as contas, ele dá o dinheiro mais eu que fico com toda a responsabilidade. [...] Com certeza, quando eu estiver trabalhando quando chegar em casa terei que cuidar da minha filha, ajudar na tarefa da escola e cuidar da casa, isso é certeza! (E. 1).

A partir dos depoimentos, observa-se que as relações nas famílias ainda se baseiam em relações desiguais com uma forte tendência a divisão sexual do trabalho, onde os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e da esfera pública, enquanto as mulheres, mesmo sendo inseridas no trabalho produtivo são responsáveis diretas pelo trabalho de reprodução da família.

Segundo Araujo e Scalon (2005), os dados levantados na pesquisa “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada” apontam que aqueles referentes à divisão do trabalho doméstico no Brasil confirmam o que vem sendo constatado por vários estudos, ou seja, que a divisão sexual do trabalho ainda continua sendo amplamente dominada pelo padrão tradicional, contudo percebe-se algumas mudanças em relação às décadas anteriores.

A partir da pesquisa de campo, constata-se que essas mudanças são tímidas, principalmente nas classes populares, onde as atividades do cotidiano são marcadas por padrões tradicionais, e as atividades de reprodução social ainda são responsabilidades exclusivas das mulheres, mesmo estas também estando inseridas no mercado de trabalho; sendo assim, nota-se que não há divisão do trabalho doméstico. Se as mulheres não forem inserindo os filhos menores na realização das tarefas domésticas estas logo seriam realizadas unicamente pelas mesmas; percebe-se que as mulheres realizam geralmente todas as atividades domésticas, principalmente as atividades do ritmo do cotidiano ou as atividades diárias.

Constata-se ainda que as atividades de cunho mais domésticos ou tradicionalmente do universo feminino parecem permanecer como práticas não realizadas pelos homens, indicando assim quão tradicionais continuam sendo algumas práticas.

Dessa forma, percebe-se que há uma forte resistência a mudanças nas relações de gênero principalmente nas atribuições conferidas a partir dos papéis

sexuais socialmente estabelecidos. Nota-se que o trabalho relacionado com a reprodução social permanece como algo fundamentalmente da esfera doméstica e de responsabilidade da mulher.

Com relação às três mulheres que informam que compartilham a divisão do trabalho doméstico com os seus companheiros, duas delas destacam que os mesmos estão desempregados, portanto, consideram justo que eles (companheiros) realizem algumas atividades domésticas, porém é enfatizando que essas práticas são realizadas por conta do desemprego dos mesmos. Segundo uma entrevistada, “a divisão do trabalho doméstico aqui é justa, meu marido faz as coisas, pois eu estou trabalhando e ele está desempregado” (E. 7), entretanto, apenas uma das entrevistadas informa que o companheiro a ajuda independente de estar empregado ou desempregado.

Autoras como Fraser (2009), Mota (2010), e Duque-Arrazola (2004) vão enfatizar que a cultura política do capitalismo organizado pelo Estado, já que não valoriza ou dá importância social ao trabalho não remunerado de atenção e cuidado à família, ou seja ao trabalho de reprodução social da vida, institucionaliza compreensões androcêntricas de família e de trabalho, com isso naturaliza injustiças de gênero e as removem das contestações políticas, percepções essas constatadas na pesquisa.

4.1.6 Tempos sociais femininos

Com relação aos tempos sociais femininos, ressalta-se que esses são diferenciados quando consideradas as relações desiguais de gênero e os lugares tradicionalmente ocupados por homens e mulheres na sociedade.

Sendo assim, busca-se compreender como se dá os tempos sociais femininos e como esse se materializa na esfera da reprodução e da produção das mulheres pesquisadas, sendo importante destacar que os tempos sociais das mulheres pesquisadas são divididos ou organizados entre os tempos femininos de reprodução e o trabalho remunerado, que a maioria das vezes são trabalhos precarizados, em tempo parcial e baseado na informalidade.

Com relação à divisão e organização dos tempos sociais femininos, a tabela a seguir apresenta os resultados encontrados.

Tabela 16 – Distribuição das frequências absolutas e relativas da organização dos tempos sociais das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

TEMPOS SOCIAIS FEMININOS	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Trabalho remunerado e atividades de reprodução social	8	40
Atividades de reprodução social	7	35
Trabalho remunerado, atividades de reprodução social e frequência à escola noturna.	2	10
Atividades de reprodução, frequência à escola noturna e procura por emprego.	2	10
Atividades de reprodução e engajamento sociocultural	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Quando perguntado às entrevistadas sobre a organização dos seus tempos sociais muitas ficaram inquietas por perceberem que seus tempos sociais limitam-se apenas ao trabalho remunerado e às atividades de cuidado dos seus lares, filhos e companheiros.

Com base na pesquisa, constata-se que 40% das entrevistadas, o que perfaz um total de oito (8) das entrevistadas, informam que organizam seus tempos sociais entre o trabalho remunerado e as atividades de reprodução da vida da família, sendo importante destacar que as trabalhadoras desenvolvem atividades de diaristas, empregadas domésticas e vendas de produtos. A maioria das vezes, esses trabalhos são informais, permitindo uma maior flexibilidade e a possibilidade de conciliar o trabalho remunerado e as atividades na esfera do cuidado.

Das entrevistadas 35%, ou seja, sete (7) das mulheres pesquisadas informam que o seu tempo social se refere apenas a desenvolver as atividades da esfera da reprodução social, principalmente as atividades relacionadas com cuidados, porém as

entrevistadas demonstram a vontade de estar inseridas no mercado de trabalho, mesmo compreendendo esses trabalhos como trabalhos precarizados e desumanos. Muitas das entrevistadas justificam que o fato de terem filhos pequenos e de a localidade onde vivem não possuir creches e escolas em tempo integral dificultar as suas vidas para conciliar o trabalho produtivo e o bem estar dos filhos:

A ausência de uma contrapartida social e pública que ofereça redes de segurança e atenção gera um déficit de cuidado, particularmente no tocante às crianças, enfermos e idosos, com impactos especiais sobre as mulheres. Em contextos de precariedade econômica, tal impacto tende a ser ainda maior. (ARAUJO; SCALON, 2005, p.23).

Destaca-se que a economia do cuidado, assim como as responsabilidades familiares e a execução das atividades da esfera da reprodução ao serem atribuídas exclusivamente às mulheres as prejudicam e tem conseqüências no desenvolvimento de sua cidadania social, portanto a busca por perspectivas que venham promover relações mais simétricas e iguais precisa ser a tônica das relações existentes entre mulher e família, mulher e Estado, mulher e sociedade de um modo em geral , já que o cuidado vai além da ideia de atividades mecânicas e simples tarefas. A economia do cuidado possui valor de uso e troca e tem a ver com a construção subjetiva do afeto, da solidariedade e das emoções, do contato. “O “cuidado”, ao ser socialmente construído e imputado como responsabilidade exclusiva da mulher ou naturalizado como atributo feminino, se enfraquece como processo social e também onera as mulheres” (ARAUJO; SCALON, 2005, p.22), negando-lhes o exercício pleno dos seus direitos enquanto mulher e sujeito feminino.

Percebe-se que as formas de viabilizar o cuidado nos âmbitos privados e públicos, considerando uma dinâmica de tempo cada vez mais marcada por imperativos econômicos, afetam a vida dos homens, mas, sobretudo a das mulheres.

Segundo uma entrevistada: “[...] sou eu que faço todo trabalho doméstico e quando tive minha filha precisei sair do emprego para cuidar dela e da casa [...] e com certeza quando eu estiver trabalhando quando chegar em casa terei que cuidar de minha filha, ajudar na tarefa da escola e cuidar da casa (E. 1).

Dessa forma, evidencia-se o total envolvimento das mulheres pesquisadas com as atividades da esfera da reprodução e do cuidado.

FAGUNDES (2005) vai enfatizar que, excluindo os limites biológicos relacionados com a função da gestação, homens e mulheres podem se envolver e desempenhar todos os aspectos relacionados ao cuidado, entretanto, a tradicional associação entre o cuidado e a mulher é uma questão de gênero, e assim como todas as outras desigualdades construídas historicamente na relação homem e mulher podem ser contestadas para que as mulheres possam ir de encontro as essas relações de poder de gênero e tenham a possibilidade de exercer cidadania de fato.

Ainda sobre o organização do tempo social feminino, constatou-se que 10% das entrevistadas utilizam seus tempos sociais entre o trabalho remunerado, as atividades de reprodução social e o retorno à escola. As entrevistadas salientam que apesar de toda essa ampla jornada de trabalho percebem a necessidade da escolarização para as suas vidas.

Das mulheres entrevistadas, também 10%, ou seja, duas (2) informam que seu tempo social é compartilhado entre as atividades de reprodução social, o retorno a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a busca constante pelo emprego, já que as mesmas estão desempregadas e são responsáveis diretas pelo bem estar dos filhos.

Apenas uma das entrevistadas, ou seja 5%, ressaltou que concilia seu tempo social entre as atividades de reprodução e o engajamento sociocultural, entretanto, destaca-se que a entrevistada encontra-se num momento mais organizado da vida, com os filhos adultos e uma condição de vida mais estável, sendo uma exceção às condições de vida que a maioria das mulheres entrevistadas apresentam.

Segundo Araujo e Scalon (2005), existe um processo de mudança nas percepções de homens e mulheres em direção a uma cultura mais igualitária, convivendo com a persistência de práticas mais tradicionais, que parecem estar mudando de forma lenta e pontual em aspectos determinados, entretanto com relação à divisão sexual do trabalho e a organização do tempo social feminino as mulheres entrevistadas alegam mudanças pouco significativas:

Divido meu tempo entre o trabalho de diarista, meus afazeres domésticos e o cuidado com meus filhos [...] às vezes eu vou à casa da minha mãe ou da minha irmã, ou visito algum parente em local mais distante, porém é quando tenho tempo, já que esse só dá para cuidar da casa e trabalhar [...] Consigo

conciliar emprego, os trabalhos domésticos e as visitas na casa da minha irmã, é a única coisa diferente que faço, senão fico só trabalhando (E. 13).

[...] faço todo o trabalho doméstico, acompanho a educação do meu filho e da minha irmã que mora comigo, cuido da minha família e vivo constantemente procurando emprego, vou à escola à noite e ainda consigo me envolver nos problemas da comunidade [...] (E. 15).

[...] cuido da minha família e trabalho fora e quando sobra tempo visito a casa dos meus parentes, sempre chego em casa muito cansada e ainda tenho que cuidar de três filhos bem danados, pois meu marido trabalha viajando e eu fico praticamente sozinha com as crianças [...] (E. 17).

Sobre as desigualdades na relação entre homem e mulher, as entrevistadas percebem quando essas desigualdades estão relacionadas à sua vida ou ainda quando elas conseguem trazer para sua realidade, porém têm dificuldade de explicitar como se dá essas desigualdades na sociedade. A Tabela 17 explicita esses dados.

Tabela 17 – Distribuição das frequências absolutas e relativas quanto à percepção da relação desigual entre homem/mulher das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

DESIGUALDADE NA RELAÇÃO HOMEM/MULHER	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Sim	14	70
Não	2	10
Não respondeu	4	20
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação à Tabela acima, 14 (70%) das entrevistadas percebem a relação desigual entre homem e mulher; 2 (10%) das mulheres entrevistadas não percebem desigualdade na relação entre homem e mulher e 4 (20%) não responderam a questão. A maioria das mulheres entrevistadas percebe a relação desigual entre homens e mulheres principalmente na família e no mercado de trabalho, sendo esses dois aspectos os mais enfatizados pelas entrevistadas, as quais destacam as desigualdades vividas no ambiente familiar:

“vejo muita desigualdade na relação homem e mulher, principalmente na classe baixa, quando a mulher constitui família afeta muito mais a vida da mulher, principalmente se trabalha fora como era o meu caso, há uma sobrecarga de trabalho para essas mulheres [...] eu sei que essa relação de

desigualdade acontece em muitas casas, acho que na maioria das casas” (E. 1).

Sobre a relação desigual no ambiente familiar, as entrevistadas evidenciam as extensas jornadas de trabalho, a falta de divisão das atividades domésticas e ainda a necessidade de abandonarem seus empregos ou tentar conciliar os mesmos com as atividades da esfera do cuidado e atenção à família. Dessa forma, fica evidente como seus empregos são percebidos como secundários e de pouca importância, mesmo que em muitas situações a renda proveniente desses empregos sirva de complemento para a renda da família.

A despeito do crescimento do emprego formal e informal das mulheres, ao longo dos tempos, sua participação tem sido diferente e desigual a dos homens, tanto em termos das profissões que exercem, quanto dos cargos, salários, promoção e qualificação, ou seja, ainda se mantém a imagem do trabalho da mulher como “força de trabalho secundária” (DUQUE-ARRAZOLA, 2010).

Corroborando com essa ideia, as entrevistadas vão ressaltar que no mercado de trabalho “mesmo as mulheres realizando as mesmas funções que os homens ainda recebem menos e são tratadas de forma diferente” (E. 15). A entrevistada (E. 18) enfatiza “[...] principalmente no trabalho os homens se mostram sempre superiores às mulheres, mesmo executando as mesmas tarefas”.

4.1.7 Efeitos do programa bolsa família

Com relação à questão que trata sobre a possibilidade de conciliar o acompanhamento do Programa e seu trabalho remunerado, caso a entrevistada trabalhe formal ou informalmente, a Tabela abaixo, expõe os dados:

Tabela 18 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que conciliam ou não conciliam o acompanhamento do Programa e seu trabalho remunerado, beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

PBF X TRABALHO REMUNERADO	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Sim	15	55
Não	4	20
Não respondeu	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Das mulheres entrevistadas, 15 (55%) informam que sim, conciliam o acompanhamento do PBF e o seu trabalho remunerado, entretanto é importante salientar que muitas mulheres mesmo informando que é possível conciliar relatam que de fato e na prática precisam faltar um dia de trabalho, utilizar o dia de folga ou mesmo pedir ajuda a familiares ou vizinhos para realizar as atividades do Programa a contento. Segundo uma entrevistada: “[...] sempre deu para conciliar o Programa e meu trabalho, quando precisava resolver as coisas do Programa pedia folga ou ia no turno oposto do trabalho” (E. 18).

De acordo com a pesquisa de campo, nota-se que as mulheres têm consciência que precisam organizar a vida para dar conta das condicionalidades do Programa, pois muitas chegam a relatar que: “É possível porque trabalho como diarista e fico alguns dias em casa [...]” (E. 13). Com isso, há uma tentativa de construção de arranjos possíveis para compatibilizar atividade remunerada, trabalho doméstico e acompanhamento do Programa, dessa forma, há reorganização de várias jornadas de trabalho para atender a essa condição de gênero. Entretanto percebe-se essa busca de autonomia quando as mulheres tentam conciliar a efetividade do Programa às suas várias jornadas de trabalho, inclusive o trabalho remunerado.

4.1.8 Recebimento do benefício, autonomia e empoderamento

Para Saffioti (2004), empoderamento pode significar atribuir poder negado historicamente às mulheres elevando sua autoestima, por exemplo. Essa autora

ressalta que “empoderar é possuir alternativas na condição de categoria social” (2004,p.114). Entretanto, para possuir alternativas se faz necessário dominar saberes a respeito de si e do outro enquanto categoria social que partilha e disputa poder¹³. Nesse sentido, Scott (1994, p. 12) enfatiza que “o saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específico, já que todos constituem relações sociais”.

Para Lavinias (2012), se ao ser concedida à mulher a titularidade do benefício do Programa Bolsa Família se promovesse o empoderamento dela, poder-se-ia esperar que isso a levasse à valorização de um processo maior de autonomia em vários aspectos, principalmente autonomia financeira, que segundo as autoras só é possível através do trabalho remunerado.

Discutir o processo de empoderamento da mulher enquanto categoria social e beneficiária nominal do PBF perpassa pelo entendimento que o empoderamento nas relações de gênero está atrelado ao processo de maior compreensão de direitos, de maior participação na esfera pública, de maior poder de decisão e reivindicação e também maior autonomia financeira.

Araujo e Scalon (2005) destacam que são as relações de poder um dos elementos considerados mais importantes para explicar a permanência das assimetrias entre homens e mulheres, e essas relações de poder envolvem aspectos simbólicos e materiais. Para as autoras, a dimensão econômica ainda continua relevante para determinar o grau de autonomia nessas relações.

Em conformidade com Lavinias, Cobo e Veiga (2012), a existência de uma maior autonomia financeira pode ser verificada se as mulheres beneficiárias demonstrarem a opção pelo trabalho remunerado (em lugar de um recuo com base no recebimento do benefício e na permanência exclusiva na esfera doméstica); pelo retorno ou pela continuidade dos estudos; pela adoção de um padrão reprodutivo que rompa com o modelo de prole numerosa. Ou seja, que a mulher tenha uma participação na vida pública que lhe garanta modelar sua vida privada sem assimetrias, divisões que lhe tenham como inferior ou que lhe deem menos reconhecimento social.

¹³ Discussão sobre poder e saber em Foucault (1981) *Microfísica do poder*.

Para autoras como Lavinias (2012), Araujo e Scalon (2005) o poder de compra, pode significar um condição de autonomia e inclusão, já que se vive numa sociedade orientada pelo mercado e pelo consumo. Embora seja questionável por muitos autores essa autonomia relacionada ao poder de compra; contudo para as mulheres beneficiárias do PBF e sem nenhuma outra renda, a alternativa do benefício e o poder de compra adquirido será manifestado como uma espécie de autonomia, mesmo se referindo a compras mínimas e básicas, a exemplo de alimentação, vestuário, material escolar etc.

Com relação à questão que aborda se ao serem beneficiárias do PBF as mulheres passaram a ter mais autonomia, tem-se a Tabela 19, a seguir:

Tabela 19 – Distribuição das frequências absolutas e relativas de mulheres que afirmam ou negam que aumentou o nível de autonomia das mulheres beneficiárias do PBF, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

PBF X AUTONOMIA FEMININA	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Sim	17	85
Não	2	10
Não respondeu	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

A intenção da pesquisa é discutir se ao serem contempladas no Programa Bolsa Família aumentou o grau de autonomia das mulheres entrevistadas, o seu poder de decisão, a sua capacidade de “possuir alternativas” (Saffioti, 2004) na condição de categoria social. Contudo, há que se ter claro que o termo autonomia que se usa na pesquisa não necessariamente tem tal alcance no plano de compreensão do termo pelas mulheres, mas já é uma aproximação ao debate: 17 (85%) das mulheres entrevistadas afirmam que sim, principalmente referindo-se à autonomia em um sentido mais estrito, relacionado à posse do cartão benefício, ao poder de compra, ter uma relação menos submissa com os companheiros, liberdade com o uso do recurso; enquanto apenas 2 (10%) das mulheres dizem que não e somente 1 (5%) não respondeu a questão.

Entre as mulheres que afirmam que sim, que o Programa Bolsa Família possibilitou mais autonomia, foram apresentadas diferentes perspectivas e justificativas dentre elas: (a) aumento do poder de compra (6 respostas, 30%); (b) direito de circulação e poder de crítica (Ex: frequentar as instituições, abrir conta em banco, etc), (3 respostas, 15%); (c) autonomia financeira (2 respostas, 10%); (d) liberdade para se separar do companheiro (1 resposta, 5%). É relevante destacar que 6 (30%) das mulheres afirmam sim para o aumento da autonomia, porém não conseguem explicar em que sentido se deu esse aumento da autonomia.

Com relação às mulheres que afirmam que com o ingresso no Programa aumentou o seu nível de autonomia, muitas delas se referem a uma autonomia financeira limitada, dada a sua extrema condição de pobreza e ausência de qualquer renda. Segundo uma entrevistada: “acredito que passei a ter mais autonomia, aumentou o meu poder de compra, de decidir sobre algumas coisas, mas reconheço que o dinheiro é pouco, por isso tenho muitas limitações” (E. 5).

Entende-se que a autonomia não está relacionada apenas ao consumo. Mas por conta do modelo de sociedade baseada no capital o consumo passa a ter um papel fundamental nessa lógica, determinando assim, uma forma ilusória de inclusão nessa sociedade de consumo;

[...] sei que vou comprar algo mínimo como um palito de fósforo e não vou precisar dar explicação. Não há mais tanta necessidade de justificar ao marido o que pretendo fazer com o dinheiro, por isso reconheço a autonomia das mulheres após o Programa [...] para mim, aumentou o meu poder de decisão, me dando mais ousadia e isso não é mal [...] (E. 6).

[...] acredito que aumentou a autonomia das mulheres [...] agora as beneficiárias podem abrir conta no banco, ter acesso a cursos profissionalizantes, pode entrar e sair em qualquer lugar [...] a mudança acontece de forma diferente na vida de cada pessoa, algumas beneficiárias têm consciência de seus direitos, mas nem todas”. (E. 15).

Para Lavinás, Veiga e Cobo (2012) existem fatores que são fundamentais para colaborar para a construção da autonomia das mulheres, como presença de filhos em creches e escolas, presença de um adulto que possa compartilhar o trabalho doméstico, acesso a eletrodomésticos, emprego remunerado, emprego formal, maior grau de escolaridade e outros, entretanto é importante ressaltar que muitas das mulheres pesquisadas não possuem esses elementos, então há uma dificuldade para perceber os processos de autonomização dessas mulheres.

Das 2 (10%) mulheres que disseram que não aumentou sua autonomia uma delas enfatiza que “[...] vejo o Programa como uma ajuda, não acho que aumentou minha autonomia ou meu poder de decisão, pois sempre me vi como uma pessoa liberal ou livre” (E. 2). A entrevistada evidencia que o Programa é uma ajuda financeira, mas não chega a transformar sua vida.

De acordo com as respostas obtidas, é notório que o Programa proporciona uma melhor condição de vida para as mulheres beneficiárias, principalmente com relação à renda familiar. É importante destacar que as mulheres referem-se à independência financeira, ou ao poder de compras mínimas ou básicas, a exemplo de alimentação, vestuário, pagamento de contas de água, energia elétrica etc. Contudo, é possível constatar que as mulheres têm consciência que o valor do benefício é muito pouco e o que transformaria suas vidas de fato seria a inserção no mercado de trabalho.

Para as mulheres pobres que recebem uma transferência de renda, está claro que o benefício não substitui o trabalho remunerado, porém tampouco garante todas as condições necessárias para que se possa exercer uma atividade remunerada, fator esse que pode verdadeiramente reduzir o grau de destituição de suas famílias (LAVINAS 2012, p. 40).

Foi questionado às mulheres beneficiárias se as mesmas concordam que as mulheres é que devem ser as titulares do benefício. A respeito desse questionamento, 18 (90%) mulheres informam que sim, as mulheres que devem ser as titulares do PBF e 2 (10%) informam que não.

As mulheres que disseram sim, justificam que são as mulheres que ficam com as responsabilidades dos filhos, principalmente quando os pais se separam, portanto, elas que sabem das necessidades da família. Muitas informam ainda que as mulheres têm mais dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e que são mais vulneráveis.

Das mulheres que disseram não, que as mulheres não deveriam ser as titulares do PBF, uma justificou que deveria ter direitos iguais tanto para homens quanto para mulheres; e uma outra não justificou.

4.1.9 Críticas ao programa bolsa família

Ao serem questionadas sobre críticas ao Programa, 13 (65%) das mulheres entrevistadas disseram não ter críticas, enquanto 7 (35%) das beneficiárias traçaram algumas que são apresentadas na Tabela 20, a seguir.

Tabela 20 – Distribuição das frequências absolutas e relativas das críticas apresentadas ao Programa Bolsa Família das mulheres beneficiárias, do Conjunto Residencial D. Lindu, Lauro de Freitas-Ba, 2013.

CRÍTICAS AO PBF	FREQUÊNCIA (N)	PERCENTUAL (%)
Não há críticas	13	65
Valor baixo do benefício.	3	15
Filas e desorganização durante o cadastramento.	1	5
Qualificação profissional para os beneficiários.	2	10
Falta fiscalização mais efetiva	1	5
TOTAL	20	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

São 13 (65%) as mulheres entrevistadas que relatam não terem nenhuma crítica ao Programa. Das beneficiárias que traçaram críticas ao Programa, 3 (15%) delas fazem crítica ao valor do recurso, o qual é insignificante quando comparado a condição de vida que essas famílias passam. Argumentaram que

o valor do benefício não é suficiente para uma família com três crianças pequenas, malmente eu compro alimentação para elas[...] (E. 5).

[...] acho que o valor do benefício deveria aumentar principalmente para as mães que criam filhos ou filhas sozinhas e não trabalham (E. 14).

Duas mulheres criticam a falta de qualificação profissional para as beneficiárias, segundo elas era importante que o Programa investisse na qualificação profissional e na inserção no mercado de trabalho.

Apenas 1 (5%) das beneficiárias apresenta crítica à falta de fiscalização efetiva, argumentando que “[...] conheço pessoas com condição baixa que não recebe o benefício e há também pessoas com melhores condições que recebem.” (E. 1)

Somente 1 (5%) mulher beneficiária critica as filas e a desorganização durante o cadastramento. Na sua fala, constata-se uma crítica geral à forma de organização do Programa: “[...] o programa me ajuda bastante, mas tenho crítica às filas durante o cadastramento, quando o cartão bloqueia há uma demora para o desbloqueio, acho que deveria melhorar o valor do dinheiro, tem pessoas que não conseguem trabalhar e dependem do benefício para sobreviver” (E. 9).

Com base nos depoimentos, constata-se que as mulheres percebem o Programa como grande ajuda em suas vidas, contudo elas criticam as condições em que se dá a realização do Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a condição da mulher beneficiária do PBF e a possibilidade desse Programa promover autonomia e empoderamento às mulheres partícipes foi a priori um dos principais objetivos desse estudo. Constata-se ter havido uma ampliação do conhecimento sobre o PBF e as relações de gênero, contudo, é importante destacar, que não se esgotaram as discussões sobre a temática aqui abordada.

As análises e discussões sobre a Política de Assistência, em particular o PBF atreladas às questões de gênero proporcionaram à pesquisadora um olhar sensível, já que o estudo reporta-se a mulheres, pobres, negras, em sua grande maioria jovens, desempregadas ou atuando em subempregos, em muitos casos sendo a pessoa de referência da família – que assume a responsabilidade de uma família extensa e que historicamente foi percebida como sujeito sem direitos.

É importante salientar que essa condição em que milhões de brasileiros são excluídos de qualquer cidadania é dada por conta de uma forte concentração de riquezas, de um crescimento econômico desprovido de projeto democrático coletivo e ainda da tradicional ausência do Estado para conceder e garantir direitos a esse segmento da sociedade.

Destaca-se que esse estudo teve como objetivo geral, analisar a condição da mulher beneficiária do PBF, segundo várias dimensões e sua trajetória e a possibilidade desse Programa desenvolver autonomia e empoderamento às mulheres partícipes, possibilitando a sua transformação em sujeitos feminino.

Tendo em vista responder as questões norteadoras que foram abordadas ao longo do desenvolvimento desse estudo, a saber:

- Quais as condições objetivas e subjetivas em que vivem as mulheres que são beneficiadas por esse Programa?
- Quais as atividades e atribuições sociais que as mulheres desempenham enquanto responsáveis pela família na efetivação e manutenção do programa?

- Quais as percepções das mulheres sobre o Programa, com relação à autonomia, a divisão sexual do trabalho, os tempos sociais femininos e ao seu empoderamento em diversos tipos de relações sociais?

Na tentativa de responder essas questões, é que foram traçadas breves considerações acerca da temática e os principais resultados encontrados durante o percurso investigativo são apresentados no decorrer deste capítulo.

Os dados encontrados demonstram que as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família envolvidas na pesquisa são mulheres jovens, negras e em idade ativa, a grande maioria vive com o companheiro, mesmo se dizendo solteiras, demonstrando de início uma complexidade nessas relações conjugais.

Todas as mulheres que compõem o universo da pesquisa possuem filhos, a maioria ainda menores de idade e são consideradas pessoas de referência das famílias. As famílias são compreendidas com rede de solidariedade ou segundo Bruschini (2002), como “rede de parentesco”, que vai além da consanguinidade.

Salienta-se que no cotidiano das mulheres pesquisadas, a família se embasa tanto na díade mães e filhos, quanto na rede de solidariedade e convivência em comum, o que pode ou não incluir o cônjuge. Ora tal necessidade e idealização da família como grupo de referência primário para lidar com as vulnerabilizações sociais questiona a reflexão teórica sobre empoderamento, em que se considera que a autonomia da mulher, seu poder de ser sujeito seria incompatível com a ‘dependência’ (afetiva e econômica) dos membros masculinos, em particular ‘o marido’ e que no caso de um programa como o Bolsa Família, o empoderamento da mulher passa pela autonomia que esta tem no manejo do benefício, uma vez que tal autonomia está condicionada por responsabilidades, eticamente assumidas, com os filhos e a família – é quando o debate sobre o poder das mulheres requer uma reflexão sobre as oportunidades materiais, as condições sociais de poder exercer tal poder.

É importante discutir o conceito de empoderamento, como frisamos, considerando as condições de vida e as condições necessárias para que tal processo se realize o que passa pelo público e pelo privado e também por significados subjetivos e afetividade, como o sentido construído socialmente de maternidade e que de fato é um tipo de poder para as mulheres, principalmente quando não empoderadas socialmente em outros espaços.

Constata-se que as mulheres vivem em condição de pobreza extrema e alto nível de exclusão social, em muitos casos tendo como renda apenas o benefício do Programa Bolsa Família, o qual tem como objetivo beneficiar famílias chefiadas por trabalhadores pobres, que participam intensamente do mercado de trabalho ou se encontram desempregados por falta de oportunidade de ocupação.

O Programa Bolsa Família é definido na atualidade como maior programa de transferência de renda condicionado criado no Brasil e tem apresentado efeitos positivos na redução na indigência e da pobreza extrema. Evidentemente não se pode negar a sua eficácia com relação a garantir uma maior renda às famílias beneficiadas, contudo quando nos deparamos com os estudos que buscam analisar o PBF numa perspectiva de gênero – baseando-se principalmente no Decreto nº 5.209, (2004, p.14) o qual regulamenta o Programa e enfatiza que,

“O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento”, (BRASIL, 2004, p.14)

Mesmo compreendendo que de acordo com o Brasil, 2004 a matricialidade sociofamiliar passa a ter papel de destaque no âmbito da Política Nacional de Assistência, cabe algumas reflexões a cerca de como o Estado pensa as políticas sociais. Essa reflexão cabe em especial às políticas de combate à pobreza, nas quais as mulheres estão inseridas como responsáveis legais pelo recebimento do benefício e conseqüentemente como responsáveis pela unidade familiar.

Nessa perspectiva, cabe refletir que, dada a condição legal de responsáveis pelo recebimento do benefício, poder-se-ia ser garantidas e/ou proporcionadas às mulheres beneficiárias as oportunidades de experimentar transformações no *status* estrutural em que elas se encontram na sociedade, como também na sua situação social frente à sua família e à comunidade em um contexto de maior autonomia.

Ressalta-se que a temática de gênero e as categorias autonomia e empoderamento são elementos alocados na agenda social do Programa Bolsa Família, apesar de não estarem incorporados legalmente por sua normativa e diretrizes.

De acordo com algumas estudiosas feministas, as críticas mais contundentes ao Programa tem sido o seu caráter de reforço conservador à família, identificando a mulher como figura feminina do cuidado, por meio da funcionalização dos tempos sociais femininos a favor do reforço de uma moral familiar baseada na tradicional divisão sexuais de papéis, o que foi confirmado durante a pesquisa.

Segundo Carloto (2006), o Programa faz a instrumentalização dos papéis das mulheres a partir de suas responsabilidades na esfera reprodutiva, garantindo assim, um melhor desempenho desses programas no contexto neoliberal.

É importante salientar que muito dos programas ou políticas de combate à pobreza podem, nas suas práticas, estarem estabelecendo ou reproduzindo as relações tradicionais de gênero, quando reforçam os papéis e ocupações tradicionalmente femininas na divisão sexual do trabalho.

Constata-se que ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar. Esta, por sua vez, é percebida somente por meio de seus papéis femininos, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, os programas de transferência de renda centrados na família pobre não rompem com a relação mulher x Estado ou mulher x cidadania na qual a mulher está fora do âmbito público, da escolha, da autonomia e da cidadania.

Contudo, é importante destacar que durante a pesquisa observa-se nas mulheres beneficiárias uma busca por autonomia, principalmente quando elas tentam conciliar o acompanhamento do Programa, as atividades da esfera da reprodução e o seu trabalho remunerado, já que as mulheres evidenciam que relações mais autônomas e iguais só são possíveis com condições para o exercício de uma outra perspectiva de vida, fortalecida a partir de emprego e renda, da elevação do grau de escolaridade, da participação nas esferas públicas, entre outras condições que possibilitem que se tornem mais independentes.

Dessa forma, percebe-se assim uma tentativa de rompimento com essa visão preestabelecida do Programa sobre a percepção dessa mulher como cuidadora, exclusivamente dona de casa. Existe assim uma tentativa de conciliar todas essas atividades, principalmente o trabalho remunerado, com o intuito de obter mais autonomia e mais poder de decisão.

Na busca para tentar conciliar esses tempos sociais, ocorre uma sobrecarga de trabalho, o que é considerado por LAVINAS, COBO e VEIGA (2012) como “o custo da autonomia” tentativa de construção de vários arranjos para compatibilizar trabalho remunerado e trabalho doméstico. A partir dessas práticas conciliatórias, as mulheres vão divergindo do papel que o Programa lhes atribui de cuidadoras da família.

Nesses programas, fica reforçado o lugar da mulher na reprodução social e o Estado se retira desse âmbito, pois se ele transfere renda, não fornece um conjunto de políticas intersetoriais que, de fato, poderiam liberar a mulher em seus tempos no cotidiano.

Percebe-se que o PBF certamente proporcionou impactos positivos na vida das mulheres pesquisadas, principalmente no aspecto referente à garantia de um rendimento regular para famílias que geralmente não possuíam nenhuma renda e viviam em condição de pobreza extrema, entretanto se faz necessário assegurar o acesso completo a outros direitos sociais.

O estudo de caso de fato indica que para as mulheres beneficiárias o Programa ainda que não suficiente até para uma melhor condição de vida é necessário, sendo uma importante ajuda. Mas, muitas delas têm consciência de que o mais importante não seria uma ajuda estatal, mas vir a ter qualificação profissional e emprego. Quanto à colaboração do Programa, para que essas mulheres se façam sujeitos políticos, sujeitos femininos, ou seja, desfrutem de um empoderamento em relação a seus parceiros e na sociedade, não se dispõe de evidências claras, ainda que elas declarem que sim que o Programa colabore com alguma autonomia, contudo limitam o sentido de autonomia a dispor de recursos mínimos para os filhos ou para casa. Os horizontes sobre maior autonomia em termos de circulação ou não depender de um homem ou adquirir algo para si, e mais lazer são bem limitados, pela força das necessidades.

De fato arriscamos a considerar que o PBF é importante para as mulheres, seus filhos e a sua família, como um tipo relativo de empoderamento, já que em relação ao parceiro dispõem de uma fonte de renda que elas manejam. Mas fica muito aquém como mecanismo estrutural de retirada das mulheres da pobreza e de um empoderamento que lhes possibilite se modelar como sujeitos no feminino.

Não consideraria que há propriamente uma perspectiva de gênero no Programa, no sentido de colaborar para uma maior autonomia das mulheres beneficiadas e minimizar as divisões sexuais de trabalho, de poder e de espaços de prazer, ainda que se diminua a dependência da mulher ao homem. Como afirmam alguns autores, sobrecarrega-se a mulher com as tradicionais tarefas de cuidar da escolaridade e saúde dos filhos e não conta essa com o respaldo de creches, escolas em tempo integral, restaurantes populares e cursos de qualificação e colaboração para o emprego. Contudo há que se reconhecer que as mulheres beneficiadas consideram o Programa importante e que o foco do Programa ainda com relativa perspectiva de gênero, colabora contra a pobreza extrema e as condições de vida das mulheres e suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. O caminho da emancipação social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.A3,1 de jul. de 2007.
- ANANIAS, Patrus. Transferir renda e superar a pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3, 27 de agosto de 2006.
- ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- Brasil, Presidência da República. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 08/12/1993 (LOAS)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 40/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003, 386 p.
- BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 2004b. p. 3.
- BRASIL. Lei Ordinária nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a lei n.º 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jan. 2004a. p. 1.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Nº. 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Brasília, 10 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm>.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2005.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, 2000.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. Programa Bolsa Família e gestão municipal no estado da Bahia: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza? Salvador: 2010. **Dissertação de Mestrado** - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Universidade do Estado da Bahia. 183f.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. **Programa Bolsa Família e gestão municipal: empoderamento das mulheres ou redimensionamento da feminização da pobreza?** Salvador: 2009. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional. Universidade do Estado da Bahia. 183f.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Revista Katálysis**. v.13, n.1. Florianópolis, jan/jun de 2010, p. 20-28

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, jul. 2006, p. 139-155.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 17, p. 901-908, set./dez. 2009.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Algumas considerações sobre o Bolsa Família. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.98, p. 362-387, abr./jun. 2009.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CASTRO, Mary Garcia. Emancipação, cidadania e juventudes: Estes tempos. **Cadernos Flacso**. n. 11. Rio de Janeiro: maio 2014.

CASTRO, Mary Garcia. Feminização da pobreza em cenário neoliberal. In: **Anais da I Conferência Estadual da Mulher**. Rio Grande do Sul: Coordenadoria Estadual da Mulher - Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHANT, Sylvia H. **Gender, generation and poverty: exploring the feminisation of poverty in Africa, Asia and Latin America**. Edward Elgar Publishing, 2007.

COMUNICADO IPEA n 65. **PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família**. IPEA. Brasília. Nov. 2010

COMUNICADO IPEA n. 75. **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. IPEA. Brasília. Fev. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialização em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n. 1, p.171-188, 2002.

DEMO Pedro. **Dureza: Pobreza política de mulheres pobres**. Campinas: Autores Associados, 2005.

DIAS, Patrícia Chame. Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança de perfil da população. **Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, nº 124, p.29-35, Set. 2004.

DUARTE, Maria Amélia Bracks. **Infância perdida**. Disponível em: <<http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/pub73.html>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

DUQUE-ARRAZOLA Laura Suzana. O Lugar das mulheres nas políticas de assistência social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco. Recife: 2004. **Tese de doutorado**. Universidade Federal de Pernambuco, CCCA. Serviço Social.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O sujeito feminino nas políticas de assistência. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

ESPING- ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo: n. 24, p. 84-116, 1991.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. **Mulher e Pedagogia: Um vínculo re-significado**. Salvador: Helvécia, 2005.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. **Introdução**. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). 8 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, UNICEF, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Programa de Combate à Pobreza: o poder das mulheres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 96, p. 49-63, nov. 2008.

Garcia-CASTRO, Mary. Alquimia das categorias sociais na produção de sujeitos políticos: Gênero, raça e geração entre líderes do Sindicato de Trabalhadores

Domésticos em Salvador. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 57-74, jan./abr. 1992

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. 2004, v. 13, n. 2. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acessado em: 10 maio 2013

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HIRATA, Helena. Globalización, trabajo y tecnologías: una perspectiva de género, **Encuentro Internacional Mulher e saúde**, 8, Rio de Janeiro, 1997

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291920&search=bahia%7Clauro-de-freitas>>. Acessado em: 10/05/2013

IVO, Anete Brito Leal. A Reconversão do Social-dilema da redistribuição do tratamento focalizado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n.18, p.57-67, 2004.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA, 2008. 258p

JACOB, Vera Lucia Chaves. O público privado na educação superior brasileira: a privatização da universidade pública. In: SILVA, Maria Abadia da; SILVA, Ronalda Barreto da. (Orgs.) **A ideia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 8 ed. São Paulo: Cortez/ Brasília, UNICEF. 2008

LAURETIS, Teresa de. **Technology of gender**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, p.1-30, 1987.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza. O caso brasileiro**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816>>. Acesso em 23 abr. 2013.

LAVINAS, Lena. **Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social**. Ciênc. saúde coletiva. 2007, vol.12, n.6, p. 1463-1476. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600009>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

LAVINAS, Lena. Universalizando direitos. **Observatório da Cidadania relatório 2004**. Rio de Janeiro: Obercid, 2004.

LAVINAS, Lena; COBO, Barbara; VEIGA, Alinne. Bolsa Família: impactos das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. **Revista Latino Americana de Población**, ano. 6, n.10, p.31-56, jan./jun. 2012.

LISBOA, Tereza Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres na políticas sociais. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli ED. A; **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Márcia S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela Carvalho; CASTRO, Mary Garcia. (Orgs.) **Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MEDEIROS, Marcelo; BRITO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil. Contribuições para o debate. **Texto para discussão**, n.1.283, Brasília: Ipea, jun. 2007.

MINAYO M. C. de S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTA, Ana Elisabete. (org) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1993.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populares**, v.1, 2004.

PARANHOS, Emanuel; FREITAS, Gildásio. **Cartilha Histórica de Lauro de Freitas**. Lauro de Freitas, 1993.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. (Orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs). **Política Social, família e juventude: Uma questão de direitos**. 6 ed. São PAULO: Cortez, 2010.

PESSARO, Floriano. É preciso superar os limites. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A3, 28 de outubro de 2006.

PESTANO, Cíntia Ribes; REIS, Carlos Nelson. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 5, v. v, p. 1-27, Nov. 2006.

PISCITELLI, Adriana. Gênero, a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, H. I. B; FERRANTE, V. L. S. B. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. **Revista Política e Administração**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, março/1985. p. 255-284.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Gênero, violência e patriarcado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SARDENBERG, Cecília M. B; MACEDO, Márcia S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e gênero: perspectivas transversais**. Salvador: UFBA, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCOTT, Joan. Prefácio A Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, p.11-27, 1994. (Alterar no corpo do texto/ citação direta)

SILVA, Andréia Bispo Silva. **Trabalho infantil: uma análise da produção do conhecimento na Faced**. Salvador, 2005 (Monografia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Currículo, formação profissional na educação física & esporte e campos de trabalho em expansão: antagonismos e contradições da prática social. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, v. 4, n. 7, p. 43-51, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - Mulheres Beneficiárias do PBF

Data: ____/____/____

Horário de início: _____

Horário de término: _____

I. Identificação da entrevistada

1. Idade.

- Menor de 20 anos
- 21 a 39 anos
- 40 a 60 anos
- 61 anos ou mais

2. Cor/raça.

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena Amarela
- Outras

3. Estado Civil.

- Solteira
- Casada
- Separada/ Divorciada
- Viúva
- Outro: _____

4. Possui filhos?

Não Sim - Quantos? _____

5. Grau de instrução.

- Não frequentou escola.
- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.

6. Quem mora na casa e quem contribui com os gastos?

7. A senhora trabalha? Qual a sua ocupação? Trabalha ou já trabalhou de carteira assinada?

8. Quais dos moradores dessa residência tem renda proveniente do trabalho registrado?

II. Condição do Sujeito Feminino, autonomia e o PBF

9. Pedir a entrevistada que fale sobre sua família, quem é, como vivem, como lidam com questões como sobrevivência, solidariedades, trocas e conflitos.

10. Pedir a entrevistada que fale sobre sua trajetória como mulher, o que é ser mulher, seus projetos, sonhos e desejos.

11. Fale sobre o PBF, como conheceu, o que mudou na vida pessoal e familiar, como utiliza os recursos e quais as dificuldades encontradas no Programa?

12. Fale sobre as condicionalidades do Programa, como se dá o acompanhamento dos filhos na área de educação e saúde, a participação da própria mulher na Secretaria de Assistência Social, se conhece o Conselho do Programa, se perceber o Programa como mais uma obrigação para as mulheres?

13. Fale sobre sua participação na comunidade, seu envolvimento com as atividades sociais e culturais da comunidade e as suas atividades de lazer.

14. Pedir a entrevistada que fale como se dá a divisão do trabalho doméstico? Quais as atividades que são realizadas por ela? Se percebe desigualdades na relação homem e mulher e como se dá? Como ela divide e organiza os tempos sociais?

15. Você acha que dá para conciliar o acompanhamento do Programa e o seu trabalho remunerado? (caso a entrevistada trabalhe formal ou informalmente).

16. Você acha que a partir do período que começou a receber o benefício do Bolsa Família você passou a ter mais autonomia, mais liberdade mais poder de decisão?

17. A senhora sabe que mais de 90% das mulheres são as titulares do Bolsa Família, você concorda que as mulheres que devem receber o benefício?

18. Quais as críticas que você tem sobre o Programa e como este pode ser melhorado?

19. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação para finalizar a nossa entrevista?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A(o) senhora(o) está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa intitulada: **O Sujeito Feminino e a Políticas de Assistência Social: Uma análise da condição da mulher no programa Bolsa família –Estudo de Caso no município de Lauro de Freitas**, que será desenvolvida pela pesquisadora Andréia Bispo dos Santos Silva, mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a condição de vida das mulheres que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e a possibilidade de uma ação emancipatória de gênero em decorrência da sua efetiva participação no programa. Para a coleta de dados/informações será desenvolvida uma entrevista, cujo roteiro compreenderá perguntas relacionadas ao tema estudado, com duração aproximada de trinta minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, a senhora pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

- Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, a senhora poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.
- As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.
- Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo. Por isso, a entrevista será gravada para possibilitar o registro de todas as informações dadas, as quais serão posteriormente transcritas, após transcrição os sujeitos da pesquisa terão acesso às cópias das entrevistas e poderão sinalizar possíveis desvios de interpretação por parte da mestranda.
- Sua participação não implica em nenhum custo financeiro.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora poderá entrar em contato através do endereço/telefone:

Andréia Bispo dos Santos Silva – mestranda
Mary García Castro –orientadora
Universidade Católica do Salvador
Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania
Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação
Salvador-Ba
CEP: 40.231-902
Telefones: (71) 3365-1468 ou (71) 8653-5138 (Andréia Bispo)

Considerando as observações acima:

Eu, _____ aceito, voluntariamente, participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE C - QUADRO COM CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES PESQUISADAS E SEU GRUPO FAMILIAR

	IDADE	COR RAÇA	ESTADO CIVIL	FILHOS	QUANT.	GRAU INSTRUÇÃO	PESSOAS EM CASA	CONTRIBUIÇÃO COM DESPESAS	TRABALHA	OCUPAÇÃO	TRAB. OU TRAB. COM REGISTRO	TRAB. REGISTRADO NA RESIDENCIA
E 1	31	Negra	União estável	Sim	1	Médio Completo	Entrevistada, marido e filho	Entrevista e companheiro	Não	Babá	Sim	Companheiro
E 2	65	Negra	Solteira	Sim	2	3ºGrau	Entrevistada	Entrevistada	Não	Professora	Sim	Nenhum
E 3	27	Preta	Solteira	Sim	4	Fund. Incompleto	Entrevistada, companheiro e filhos	Entrevistada e companheiro	Não	Manicure	Não	Nenhum
E 4	39	Preta	Solteira	Sim	3	Médio Incompleto	Entrevistada, companheiro e 2 filhos	Entrevistada e companheiro	Não	Vendedora de acarajé	Sim	Nenhum
E 5	24	Parda	Solteira	Sim	3	Médio Incompleto	Entrevistada, companheiro e filhos	Entrevistada e companheiro	Sim	Diarista	Não	Nenhum
E 6	26	Parda	Solteira	Sim	4	Fund. Incompleto	Entrevistada, companheiro e filhos	Entrevistada e companheiro	Não	Auxiliar de cozinha	Não	Nenhum
E 7	26	Parda	Solteira	Sim	4	Médio Completo	Entrevistada, companheiro e 1 filho	Entrevistada	Sim	Decoradora de bonecas	Sim	Entrevistada
E 8	49	Negra	Solteira	Sim	4	Fund. Incompleto	Entrevistada, 2 filhos e 2 netos	Entrevistada e filho	Sim	Cuidadora de Idosos (Voluntária)	Não	Filho
E 9	28	Parda	Solteira	Sim	3	Fund. Incompleto	Entrevistada, companheiro e 3 filhos	Entrevistada e companheiro	Sim	Empregada doméstica	Não	Companheiro (Construção civil)
E 10	38	Parda	Solteira	Sim	6	Fund. Incompleto	Entrevistada, 6 filhos e 1 neto	Entrevistada	Sim	Serviços Gerais	Não	Nenhum
E 11	29	Parda	Solteira	Sim	2	Médio Completo	Entrevistada e 2 filhos	Entrevista(ajuda do ex-marido)	Não	Auxiliar de produção	Sim	Nenhum

Continua

Continuação

IDADE	COR RAÇA	ESTADO CIVIL	FILHOS	QUANT.	GRAU INSTRUÇÃO	PESSOAS EM CASA	CONTRIBUIÇÃO COM DESPESAS	TRABALHA	OCUPAÇÃO	TRAB. OU TRAB. COM REGISTRO	TRAB. REGISTRADO NA RESIDENCIA	
E 12	37	Parda	Separada	Sim	2	Fund. Incompleto	Entrevistada e 2 filhos	Entrevistada	Não	Empregada doméstica	Sim	Nenhum
E 13	36	Negra	Solteira /separada	Sim	3	Fund. Incompleto	Entrevistada, filhos, mãe e 2 irmãos	Entrevistada, mãe irmão	Sim	Diarista	Não	Nenhum (mãe aposentada)
E 14	37	índia	Solteira	Sim	1	Fund. Incompleto	Entrevistada e filho	Entrevistada(ajuda do irmão e do tio)	Não	Diarista, garçõnete, babá, fábrica	Sim	Nenhum
E 15	30	Negra	Casada	Sim	1	Médio Incompleto	Entrevistada, companheiro, filho e 1 irmã	Entrevistada e companheiro	Não	Vendedora	Não	Companheiro
E 16	34	Parda	Solteira	Sim	2	Fund. Incompleto	Entrevistada, 1 filha e 1 neto	Entrevistada	Não	Empregada doméstica	Não	Nenhum
E 17	26	Parda	Solteira	Sim	3	Médio Incompleto	Entrevistada, companheiro e 3 filhos	Entrevistada e companheiro(maior parte companheiro)	Não (Seguro Desemprego)	Auxiliar de produção/fábrica	Sim	Entrevistada e companheiro
E 18	28	Preta	Casada	Sim	4	Fund. Incompleto	Entrevistada, Companheiro, 5 crianças	Entrevistada e companheiro	Não(afastada INSS)	Serviços gerais	Não	Nenhum
E 19	26	Negra	Solteira	Sim	4	Fund. Incompleto	Entrevistada Esposo e 4 filhos	Entrevistada e Companheiro	Não	Revendedora de produtos	Sim	Nenhum
E 20	30	Parda	Solteira	Sim	2	Ensino Médio	Entrevistada e 02 filhos	Entrevistada	Não	Auxiliar de Produção	Sim	Nenhum

ANEXOS

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIÃO METROPOLITANA DE
EDUCAÇÃO E CULTURA S/C
LTDA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SUJEITO FEMININO E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Uma Análise da Condição da Mulher no Programa Bolsa Família- Estudo de Caso no
Município de Lauro de Freitas- Bahia

Pesquisador: ANDRÉIA BISPO DOS SANTOS SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 19567813.7.0000.5600

Instituição Proponente: Universidade Católica do Salvador

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 550.735

Data da Relatoria: 10/03/2014

Apresentação do Projeto:

O presente trabalho discute o Programa Bolsa Família(PBF) e as relações de gênero que estão imbricadas neste programa de transferência de renda condicionada. O principal objetivo é analisar as condições sociais e materiais de existência dos sujeitos femininos beneficiários do Programa e a possibilidade dessa política promover autonomia e empoderamento às mulheres que atuam como sujeitos partícipes. Ainda, o autor compreende empoderamento como uma ação reflexiva e/ou inflexionada que transforma o sujeito em agente ativo, em dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a condição do sujeito feminino e sua transformação/empoderamento ou não a partir da sua participação no Programa Bolsa Família, no município de Lauro de Freitas.

Objetivo Secundário:

Refletir criticamente sobre a condição do sujeito feminino na política de assistência social através do PBF e a sua operacionalização no município de Lauro de Freitas, ou seja, como se concebe esse sujeito enquanto corresponsável neste programa de renda mínima;

Endereço: Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600

Bairro: Centro **CEP:** 42.700-000

UF: BA **Município:** LAURO DE FREITAS

Telefone: (71)3378-8900 **Fax:** (71)3378-8900 **E-mail:** jose.fernando@kroton.com.br

UNIÃO METROPOLITANA DE
EDUCAÇÃO E CULTURA S/C
LTDA



Continuação do Parecer: 550.735

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

LAURO DE FREITAS, 10 de Março de 2014

Assinador por:
José Fernando Oliveira Costa
(Coordenador)

Endereço: Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600 CEP: 42.700-000
Bairro: Centro
UF: BA Município: LAURO DE FREITAS
Telefone: (71)3378-8900 Fax: (71)3378-8900 E-mail: jose.fernando@troton.com.br